

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TATIANE MOURA AMARAL

FORÇAS ARMADAS, SUBSTANTIVO FEMININO:
O INGRESSO DAS MULHERES NAS ACADEMIAS MILITARES E SUAS
CONSEQUÊNCIAS PARA O *HABITUS* MILITAR BRASILEIRO

UBERLÂNDIA, MG
2020

TATIANE MOURA AMARAL

FORÇAS ARMADAS, SUBSTANTIVO FEMININO:
O INGRESSO DAS MULHERES NAS ACADEMIAS MILITARES E SUAS
CONSEQUÊNCIAS PARA O *HABITUS* MILITAR BRASILEIRO

Monografia apresentada ao Instituto de
Economia e Relações Internacionais da
Universidade Federal de Uberlândia como
requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais, sob
orientação da Prof. Dra. Lara Martin
Rodrigues Selis e co-orientação da Prof.
Dra. Bárbara Vasconcellos de Carvalho
Motta

Uberlândia
2020

TATIANE MOURA AMARAL

**FORÇAS ARMADAS, SUBSTANTIVO FEMININO:
O INGRESSO DAS MULHERES NAS ACADEMIAS MILITARES E SUAS
CONSEQUÊNCIAS PARA O *HABITUS* MILITAR BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Instituto de
Economia e Relações Internacionais da
Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Lara Martim Rodrigues Selis

Orientadora

Instituto de Economia e Relações Internacionais – UFU

Profª. Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta

Co-orientadora

Departamento de Relações Internacionais - UFS

Profª. Débora Figueiredo Mendonça do Prado

Instituto de Economia e Relações Internacionais – UFU

Profª. Sandra Aparecida Cardozo

Instituto de Economia e Relações Internacionais – UFU

Uberlândia, 15 de janeiro de 2021.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, e a jornada que com ele se encerra, se deve aos esforços de inúmeras pessoas. Os agradecimentos iniciais se destinam, é claro, àqueles que tornaram a graduação possível: Renata e Agnaldo. Sem o afinho, o carinho e a compreensão de vocês nada disto seria possível. Obrigada por sempre acreditarem em minha capacidade e por se doarem a mim e aos meninos. Aos meus irmãos, Felipe e Ana Clara, que incontáveis vezes foram paz e calma, além de saudade diária nesta jornada. Obrigada por entenderem a distância e ausência durante estes anos e por serem sempre fortes. A Rosemayre e Rinaldo, tios que mesmo de longe continuaram me apoiando e acreditando em meus sonhos da melhor forma possível, obrigada por me possibilitarem tal experiência. A Maria Theresa, Larissa, Rodrigo, João Rene, Nathália, Gabriela e Thais, amigos que a cada volta para casa foram um lugar de aconchego. Nem sempre a partida e a distância são fáceis, mas saber que vocês sempre apoiaram e apoiarão meus vãos faz com que a saudade de casa suportável.

Agradeço, ainda mais, àqueles que fizeram de Uberlândia meu lar durante esses quatro anos: Caroline Ferreira, Ingrid, Eric, Caroline Leite, Larissa, Deborah, Giovana e Guilherme. Obrigada por darem um novo sentido à palavra amizade e por me oferecerem uma chance, transformando sempre, de alguma maneira, dias difíceis em lembranças gostosas. À Julia N., por tantos aprendizados que serão duradouros. Ao Lorenzo e Larissa, que caminharam ao meu lado oferecendo força, incentivo e sinceridade. À Brenda, que tanto me ensinou a ressignificar e trouxe, nos dias que não parecia provável, incansável apoio. A Rafaela e Laura, que me permitiram momentos de aconchego, carinho e irmandade diariamente, além de incontáveis risadas, abraços, diversão, leveza e amor. A Eloisa e Júlia Hansen, minha gratidão eterna, pois além de um porto seguro, me trouxeram companhia, colo, café e esperança; eu não chegaria até aqui sem vocês. Que um dia eu seja capaz de retribuir todo o amor e incentivo que recebi e que possamos comemorar juntos.

Por fim, agradeço aos professores do IERI pelos ensinamentos e por uma nova perspectiva de como resistir e ser agente de mudança. Em especial, agradeço à professora Bárbara, que ao longo da orientação nunca deixou de acreditar em mim e me mostrar que a Academia é também um lugar de admiração e carinho mútuo. E à professora Lara, que se prontificou a tornar esta pesquisa viável, sempre com cuidado e paciência para comigo. Vocês são inspiração constante para a profissional que almejo ser. Universidade Federal de Uberlândia, despeço-me, assim, esperando poder fazer jus a tudo aquilo que estes anos significaram para mim.

“In this worldview, women are forever being acted upon [...] Rarely are women seen as the explainers or the reshapers of the world. Rarely are they made visible as thinkers and actors”.

(CYNTHIA ENLOE, 2014)

RESUMO

Este estudo objetiva, de maneira geral, perceber em que medida a inserção feminina nas Academias Militares das Forças Armadas alteram o *habitus* do campo militar brasileiro. A partir da constatação de que a entrada feminina no alto oficialato tornou confuso o limite entre o “eu” militar e o “outro”, a quem a identidade militar usa como referencial de oposição, pela necessidade de inserir no “nós” o corpo que representa o oposto do corpo de um soldado, propomos o argumento de que as vivências, os costumes e as características corpo feminino possibilitaram modificações nos valores basilares do espírito militar brasileiro. A partir do aporte conceitual proposto por Pierre Bourdieu, entende-se que este conjunto de vivências, os costumes e características, constituem o *habitus* de um indivíduo, matriz de referência de suas práticas. Este *habitus* é formado ao longo da vida do sujeito, que percorre diferentes campos e espaços e, em todos, adquire novas camadas que são adicionadas ao *habitus* e que irão influenciar seu modo de agir e pensar. Esta maneira de entendermos as relações entre o indivíduo e seu meio permite, enfim, que analisemos como o meio militar recebe e adequa aos seus parâmetros outras referências, outros corpos e outras práticas outrora opostos ao Oficial.

PALAVRAS-CHAVE: *Habitus*. Pierre Bourdieu. Forças Armadas. Gênero. Brasil.

ABSTRACT

This study aims, in general, to understand to what extent the female insertion in the Military Academies of the Armed Forces alter the *habitus* of the Brazilian military field. Based on the observation that the female entry into the high office made the boundary between the military “I” and the “other” confused, which the military identity uses as an opposition reference, due to the need to insert in the “we” the body that represents the opposite of a soldier's body, we propose the argument that the experiences, customs and characteristics of the female body made possible changes in the basic values of the Brazilian military spirit. From the conceptual contribution proposed by Pierre Bourdieu, it is understood that this set of experiences, customs and characteristics, constitute the *habitus* of an individual, the reference matrix of his practices. This *habitus* is formed throughout the life of the subject, who travels through different fields and spaces and, in all, acquires new layers that are added to the *habitus* and that will influence their way of acting and thinking. This way of understanding the relationships between the individual and his environment allows, finally, that we analyze how the military environment receives and adapts to its parameters other references, other bodies and other practices that were previously opposed to the Officer.

PALAVRAS-CHAVE: *Habitus*. Pierre Bourdieu. Armed Forces. Gender. Brazil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. HABITUS, GÊNERO E SEGURANÇA: UMA TRIANGULAÇÃO NECESSÁRIA..	18
2.1 PIERRE BOURDIEU E O OUTRAS POSSIBILIDADES.....	19
2.2 O MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO: MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS?.....	28
3. O (SUB)CAMPO MILITAR	34
3.1 A FACE PÚBLICA: ELEMENTOS ATRAVÉS DA HISTÓRIA.....	37
3.2 A FACE PRIVADA: O <i>HABITUS</i> E O <i>NOMUS</i>	47
3.2.1 O <i>habitus</i> militar	51
3.2.2 O <i>nomus</i> militar	60
4. AINDA SOMOS O(A)S MESMOS?	70
4.1 AS HIPÓTESES SOBRE O INGRESSO E O NÃO INGRESSO FEMININO NAS FORÇAS ARMADAS	71
4.2 AS MULHERES NAS ACADEMIAS MILITARES BRASILEIRAS: AS IMPLICAÇÕES NO <i>HABITUS</i> MILITAR	81
4.2.1 A Força Aérea Brasileira.....	84
4.2.2 A Marinha do Brasil	97
4.2.3 O Exército Brasileiro	110
5. CONCLUSÃO.....	118
REFERÊNCIAS	122
ANEXOS	129

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo utiliza um elemento até então recente nas Relações Internacionais: o gênero para perceber as relações sociais. O termo, gênero, que foi empregado academicamente pela primeira vez em 1964 por Roberto Stoller, evoluiu ao longo dos anos junto das análises dos fenômenos sociais que o adotavam e, partir da década de 1970, paralelo a expansão da luta feminista, nos campos teórico e político, seu desenvolvimento foi ainda mais relevante e ascendente (MATHIAS, 2009).

Cada vertente do movimento feminista adotou a concepção de gênero que melhor se ajustava ao seu arcabouço teórico, mas, tal qual em Mathias e Giannini (2018), é certo que todas essas vertentes compreendem três classes de atributos: sexo, gênero e orientação sexual. De maneira objetiva, sexo refere-se aos atributos biológicos e à forma física que possuímos. Já a orientação sexual, diz respeito a como uma pessoa se sente atraída por outra do ponto de vista afetivo. Na classificação contemporânea se reconhece um conjunto de orientações sexuais para além da heterossexualidade e a homossexualidade. A identidade de gênero, por sua vez, representa as construções socioculturais relativas aos papéis esperados pela sociedade para representantes de cada sexo. Diz respeito também à forma como cada indivíduo se sente confortável ou não nos papéis dele exigidos na sociedade. Os comportamentos “naturais” impostos sobre cada um de nós também descrevem as relações de poder, nas quais se baseiam as disputas de poder entre os gêneros. Sobre isso, Suzeley Mathias (2009) coloca que

[o]s sistemas de gênero, que estruturam as relações sociais, indicam uma relação de poder na qual a mulher ocupa o âmbito do privado (casa) e o homem o âmbito público (a praça) e, por isso, o feminino indica sempre uma relação - a mulher é mãe, esposa, irmã -, enquanto o masculino indica um status - o homem é militar, polítipo, caçador (FERREIRA, 1996 apud MATHIAS, 2009, p.19)

Como é um elemento de construção social, as identidades de gênero são influenciadas também por aspectos culturais, raciais, econômicos e outros e por isso deve-se compreender o gênero através da ótica do poder, uma vez que os símbolos/estereótipos que validam a diferença entre feminino e masculino e valorizam o papel do homem também nascem e são validadas por essas construções (MATHIAS; GIANNINI, 2018, p.459-460). Em suma, gênero é uma construção social intersubjetiva que constantemente evolui com a mudança das percepções sociais e com manipulações intencionais; para além de impactarem nos indivíduos, as construções de gênero constroem nossa vida social, cultural e política e moldam as construções das identidades pessoais, mantendo uma rede de relações de poder constante.

O Brasil foi pioneiro no continente sul-americano na organização de movimentos que discutiram a diferença da estrutura social em relação ao gênero, e também um dos primeiros a conquistar o voto feminino, em 1932. Na região, as argentinas conquistaram o direito de votar apenas em 1947, enquanto as chilenas puderam eleger representantes somente em 1949. No entanto, até a primeira metade do século XX, as instituições sociais brasileiras, principalmente família e escola, limitavam o acesso das mulheres às universidades, ao mercado de trabalho e ao espaço público. Ao mesmo tempo em que esses movimentos que discutiam gênero se expandiam no Brasil, e no mundo, os países do cone-Sul foram tomados por golpes militares com as Forças Armadas assumindo os governos. Destarte, nesses países o movimento feminista e o desenvolvimento do termo gênero se ligou a defesa da democracia e das liberdades e o avanço dos dois caminhou lado a lado (MATHIAS; ADÃO, 2008).

As categorias de gênero e sexo são geralmente divididas em feminilidade e masculinidade. Ambos são feitos de expectativas de comportamento, estereótipos e de regras que se aplicam a pessoas que pertencem às determinadas categorias de sexo, entendido como o gênero percebido. Como uma forma de ver o mundo, essas normas de gênero fazem com que “(...) [a]s pessoas avaliem as ações dos indivíduos através de expectativas de comportamento de gênero, consciente ou inconscientemente” (GENTRY; SJOBERG, 2007, p.7, tradução nossa). “Essa classificação e tratamento social com base no gênero percebido são chamados de *gendering*” (HARTMANN, 2006; TICKNER, 2001 apud GENTRY; SJOBERG, 2007, p.6, tradução nossa). As mulheres que optam e ousam romper com essas normas e se inserir em ambientes considerados masculinos, como militares e paramilitares, enfrentam o criticismo pelo seu comportamento fora dos padrões de seu gênero. Muitas vezes elas possuem apenas duas opções: ou dormem com os homens e são caracterizadas como “vadias”, ou se recusam e são caracterizadas como lésbicas (GENTRY; SJOBERG, 2007, p.7).

A visão androcêntrica do mundo construiu arbitrariamente o biológico e instituiu simbolicamente o falo como signo da virilidade. A partir dos papéis desempenhados pelas mulheres na reprodução elas possuíam uma desvantagem em relação aos homens, ficando restritas da esfera pública da sociedade e do processo produtivo. Assim, apesar de o conceito de gênero evoluir constantemente, a subordinação feminina permanece uma constante em todas as esferas da sociedade. As características associadas às mulheres e à feminilidade, como naturalmente cuidadoras, emocionalmente sensíveis e domesticáveis, ainda são classificadas como inferiores às características associadas aos homens e à masculinidade e permanecem dessa forma em todos os lugares, até mesmo nas políticas globais: na saúde, na economia, no

desenvolvimento internacional e também na segurança internacional (GENTRY; SJOBERG, 2007). Essa condição de subordinação e valorização entre a o masculino e o feminino e a esfera pública e a privada possibilitam o surgimento da divisão sexual do trabalho, organizada por dois princípios: separação e hierarquização. Isso significa que as mulheres se ocupam de tarefas e ocupações que remetem ao cuidado de serviços que são menos valorizados socialmente, inscritos na esfera doméstica/privada, enquanto que os homens se ocupam das atividades produtivas. Os momentos nos quais as mulheres foram permitidas adentrar o espaço público eram aqueles em que os homens não estavam disponíveis ou não eram suficientes. Isso não implica que a presença destas foi vista de maneira positiva, como uma ajuda “extra” nestes ambientes (RESENDE, 2017).

Desde que as abordagens feministas se popularizaram nos diferentes campos das ciências sociais, os impactos que elas trouxeram foram lentos e graduais, principalmente no *mainstream* das Relações Internacionais, que tende a privilegiar abordagens tradicionais e Estado-centradas e, portanto, deixar de lado outras abordagens. Essa falta de diálogo entre as principais escolas de RI e as feministas é problemática, assim como a pouca comunicação existente entre elas, que além de rara é mal realizada. Aquelas que estudam o feminismo comumente são questionadas sobre a relevância e efetividade de seu trabalho para o campo das RI, afinal, não seriam as relações internacionais uma área de gênero neutro?

A imagem do homem viril é, nas teorias clássicas de Relações Internacionais, associada às ações dos Estados fortes do sistema internacional; ambos sujeitos fortes e que buscam poder. Essa associação é ainda mais frequente na área de Segurança Internacional e nos estudos de Defesa, nas quais a paz, a guerra e a segurança são entendidas através da perspectiva do homem militar e dos homens de Estado. Se não ocorre um questionamento sobre o status inferior da mulher nas estruturas institucionais econômicas, políticas e sociais, se as mulheres assumem as expectativas que existem sobre elas sem questioná-las, o *mainstream* internacionalista não esclarece as relações que estão por trás de suas análises assim como escondem as operações de poder intrincadas e diminuem as pesquisas feministas e seus resultados (DANTAS, 2018). Faz-se necessário entender que, conforme aponta Enloe (2014) o defeito no *mainstream* masculino é os tipos de poder que ele deixa de perceber e questionar, e até mesmo esclarecer.

Comumente não se nota que a maioria dos governos ainda é formada exclusivamente por homens, com mulheres ocasionalmente permitidas a participarem até um certo limite. Mulheres que resistem e questionam as expectativas sobre seus corpos podem modificar tanto o sistema de poder nacional quanto internacional. O que se ganha com as mulheres nas posições

de poder é político. Quando se passa a questionar a presença exaustiva de homens em todos os setores da sociedade, também é possível se questionar sobre a masculinidade: o que ela significa, e como as diversas masculinidades são descritas e classificadas. E este ato de questionar, que expõem aqueles que detêm o poder para sustentar o *status quo* de gênero e o que eles temem perder caso a resistência feminina tenha sucesso, também é político (ENLOE, 2014, p.12).

Todavia, uma mulher ocupar o cargo de um homem, ocupar o espaço público, não significa igualdade de gênero plena. As que conseguem ocupar esses locais não entram em um lugar neutro para gênero e um exemplo são as capitães e as soldados das Forças Armadas, que apesar de serem mulheres ainda possuem o nome do seu cargo no masculino. De fato, as mulheres que ocupam locais masculinos são mais cobradas que os homens; elas devem fazer conseguir “fazer” como um homem, devem adaptar suas condutas e valores para condutas e valores que as qualifiquem como masculinas apesar de sua feminilidade para serem legitimadas nestes ambientes. As mulheres foram colocadas como capazes de se tornarem membros destes espaços, mas as bases de seus valores e características não se modificaram. Isso diminui a validade da agência da mulher assim como exclui valores femininos da esfera pública (GENTRY; SJOBERG, 2007).

No entanto, apesar de permanecer marginalizada, a feminilidade está sempre presente em comparações e é importante para a própria definição do que é masculino e sua identidade. Para Pierre Bourdieu (1989) e Helena Carreiras (2009) a associação entre masculinidade, agressão e força formam um conjunto que ocupa uma mesma localização oposta ao conjunto de características femininas. Assim, o homem, a guerra e a força e a mulher, a paz e a passividade são categorias, apesar de opostas, relacionais. Nesse sentido, a imagem da mulher ocupa um lugar de suma importância na definição do próprio homem. Ela funciona como uma alteridade referencial, em um jogo de construção e reforço do outro (GENTRY; SJOBERG, 2007, p.220-221; MATHIAS, 2009). A formação desse quadro de identidades é um processo ainda mais claro nas instituições militares, nas quais o Estado, detentor por excelência do poder simbólico, masculinizado e referência última do espaço público, possui força para institucionalizar, formal e autoritariamente, padrões dominantes de relações de gênero. O universo militar, braço *armado* do Estado, constitui, assim, a arena mais importante da definição do modelo de masculinidade hegemônica, na qual a figura do herói militar possui posição central (MATHIAS, 2009, p.18; CARREIRAS, 2009).

Para Carreiras (2009) é nessa medida que a guerra e as instituições militares constituem um campo social produtor de referências sobre papéis sexuais e de uma concepção normativa de masculinidade, contribuindo também para sua reprodução. Ainda hoje o serviço militar funciona “(...) como um ritual de passagem para a idade adulta [do menino], mas também como um rito de diferenciação entre as categorias de masculino e feminino” (CARREIRAS, 2009, p.172), podendo o garoto neste momento se livrar completamente de atributos “de mulheres” e afirmando, aos olhos dos outros, que possuem os requisitos de um “homem de verdade”. A imagem normativa do homem-guerreiro aparece então como objetivo de parâmetros físicos e como o ideal de virilidade ocidental, que passa a ser buscado pelos jovens, sendo os valores associados à força física o requisito para a masculinidade. Juntamente com os atributos físicos está a linguagem, que reforça a cultura masculina, muitas vezes sexista, através de gritos de guerra, rimas, hinos e canções que humilham as mulheres e proclamam proezas sexuais masculinas (MATHIAS, 2009). Esse caráter essencialmente masculino da identidade militar, que possui bases no binômio hierarquia e disciplina, participa da formação da identidade e dos estereótipos sexuais e reforça a exclusão das mulheres, contribuindo para reforçar o quadro de diferenças e codificar ainda mais as fronteiras entre os gêneros. “O elemento central na identidade militar é a masculinidade, pois a guerra foi historicamente associada a agressão (...) [Nesse sentido,] [a]s Forças Armadas talvez sejam a mais masculina de todas as instituições sociais” (SEGAL, 1999 apud MATHIAS, 2009, p.19) do Estado moderno.

Com as transformações do sistema internacional a partir de meados da década de 1970, as mulheres passam a ser vistas, aos poucos, como atores relevantes neste cenário da segurança internacional e do ambiente militar, assim como no espaço público no geral. Na academia, a corrente teórica feminista e outras do campo das abordagens pós-positivistas passaram a demandar que visões de homens e mulheres não-elite sejam abarcados nos estudos internacionais deste campo, afinal ações internacionais recaem sobre o Estado e, conseqüentemente, sobre os indivíduos. Assim, nas últimas décadas, devido a este movimento o sistema internacional assistiu à construção de espaços nacionais e internacionais para discutir a situação da mulher no campo da Defesa e da Segurança, o papel do Estado nessa questão e para monitorar o progresso feito. Como resultado direto dessas novas exigências logrou-se a incorporação das mulheres nas Forças Armadas em todo o mundo ocidental. As mudanças que essa incorporação trouxe iniciou uma cascata de novos questionamentos e pesquisas, tanto para as análises feministas quanto para as próprias Forças Armadas. No local onde antes as mulheres

eram sempre os sujeitos passivos, tanto na teoria quanto na prática, elas passam a ser ativas e a proporcionar mudanças.

Onde antes só se focava nas políticas, nas táticas de guerra, nas armas, nas casualidades da guerra, como se fossem inevitáveis, o outro lado da guerra passa a ser não só analisado como também se torna um sujeito ativo. O primeiro lado, liderado pelos homens e o outro, liderado pelas mulheres (WOMAN, 2010). A inclusão das mulheres nas negociações de paz, de planejamentos de políticas internacionais, nos espaços exclusivamente masculinos, como as casernas, se tornou uma necessidade para as feministas que compreendiam não ser mais possível continuar a excluir quase metade da população mundial destes espaços, discursos e ações. Uma ordem mundial pós-Guerra Fria que não incluísse as mulheres, não construiria estabilidade e não promoveria a igualdade.

Desde a segunda metade do século XX o sistema internacional passou a se ocupar da situação das mulheres e três importantes instrumentos internacionais foram criados nesse sentido. Em 1953, a (i) Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres das Nações Unidas foi adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) que colocava que as mulheres teriam, a partir de então, o direito de assumir cargos e funções públicas em condições de igualdade com os homens. Em 1979, também foi adotado pela AGNU o (ii) Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, que buscava eliminar toda e qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo. E, em 1994, a (iii) Convenção de Belém do Pará, para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, foi adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) (DONADÍO; MAZZOTTA, 2010a). Ainda neste movimento, os Protocolos Adicionais de 1977 às Convenções de Genebra de 1949 também foram relevantes, ao estatuirem que as mulheres têm acesso ao estatuto de combatente, podendo portar armas. Desde então, os problemas que atingem as mulheres estão frequentemente nas agendas das organizações internacionais e regionais buscando avanços no que tange a situação feminina (SCHWETHER; PAGLIARI, 2017).

A década de 1975 a 1985 ainda foi definida como a Década da Mulher pela Organização das Nações Unidas, e buscou, através de Conferências, o empoderamento feminino, incentivando políticas públicas pautadas nos Direitos Humanos e que incentivassem a mulher a estar presente em outros espaços. Neste cenário, as Forças Armadas, corpo importante da sociedade e construtor do Estado moderno, não poderiam ficar alheias à mudança da mentalidade social, dando início ao ingresso feminino em seus efetivos. As profundas transformações sociais que se desencadearam ao final da Guerra Fria, a onda democratizante

que atingiu o Brasil e a efervescência dos movimentos sociais também exerceram grande influência nos papéis e atribuições militar e influenciaram a profissão militar, seus valores e sua organização, proporcionando a modificação destes ambientes gendificados e a futura inclusão feminina nestes. Com a presença de mulheres entre os militares, a partir de 1980 na Marinha Brasileira, era possível também melhorar a imagem da instituição, desgastada após os anos de regime. Influenciam também os estudos das áreas de Defesa e Segurança Internacional, os movimentos feministas e sociais, assim como as próprias Relações Internacionais (ROCHA, 2017; SCHWETHER; PAGLIARI, 2017).

Ainda em 1995 ocorreu a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que em seu texto final deixou claro a posição da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a participação feminina nos ambientes militares e de guerra: a paz local, nacional, regional e global é alcançável e está necessariamente relacionada com os avanços das mulheres, que constituem uma força fundamental para a liderança, para a solução de conflitos e para a promoção de uma paz duradoura em todos os níveis. Em 2000, essa perspectiva foi incorporada na Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU (CSNU).

Esta Resolução foi histórica no sentido de tratar de questões de gênero e das experiências de mulheres em contextos de conflito, reconhecendo-as como agentes importantes no processo e construção da paz e incentivando novos programas e medidas para a área. Também foi um marco tanto para o movimento feminista internacional quanto para o Conselho de Segurança da ONU, que pela primeira vez tratavam de problemas das mulheres em um viés de defesa de forma internacional e em um dos órgãos mais importantes das Nações Unidas (UN, 2000; SCHWETHER, PAGLIARI, 2017). Suzeley Mathias (2009) atribui essa mudança de comportamento da ONU em relação a participação de mulheres nos processos relacionados à paz a três fatores: (i) o aumento das intervenções da ONU no mundo; (ii) uma mudança no caráter das intervenções, que agora são sobre reconstruir a sociedade e não somente mediar os conflitos; e (iii) a evolução do papel da mulher na sociedade, que passaram a ocupar mais espaços e possuir mais direitos e responsabilidades (MATHIAS, 2009, p. 39). Os países do continente americano, no entanto, incluíram a perspectiva de gênero nas Operações de Paz e se comprometeram a promover a inclusão do viés de gênero na área de defesa, como estabelecido pela Resolução 1325 (2000), somente em 2008, na VIII Conferência dos Ministros de Defesa das Américas em Banff, no Canadá.

Nas entrelinhas deste debate que surge no campo da segurança internacional e que se espalha em suas subáreas, está a questão de equilíbrios institucional e político sobre a

desigualdade de gênero (BOBEA, 2009, p.118). Como consequência dos movimentos feministas e dos processos de democratização na região da América do Sul, novas oportunidades que possibilitam uma maior participação política e econômica feminina surgiram. Contudo, operacionalizar estes ganhos de poder efetivo segue sendo um desafio, e aqueles já obtidos podem ser questionados quanto ao seu alcance, durabilidade e reais impactos na cultura política masculinizante da sociedade moderna. O indicador mais relevante neste sentido “(...) é a mudança paradigmática que se observa recentemente nos cenários latino-americanos, com a substituição genérica de funções historicamente masculinas, que agora contam com a presença de mulheres” (BOBEA, 2009, p.118)

É necessário ainda ressaltar que a cobertura midiática da era pós-moderna ofereceu uma miríade de questionamentos de ordem moral sobre os meios empregados pelos governos nos campos de batalha. O meio digital também ofereceu a atuação de computadores e drones, alterando tanto o meio para se fazer guerra quanto aqueles que a fazem. Isso implicou em uma mudança não só nestes ambientes, mas também nas características do soldado e dos objetivos da organização militar: os soldados que antes deveriam ser essencialmente corajosos e fisicamente fortes, hoje devem ser preparados para operar esses meios informatizados e não estão mais presentes em campo. Isso implica mudanças nas exigências dos atores presentes no espaço de combate. A guerra clássica não desapareceu, ela diminuiu de intensidade e passou a demandar estratégias, ambientes, corpos e identidades distintas e antes nunca imaginadas (SCHWETHER, PAGLIARI, 2017; CARREIRAS, 2009).

Quando pensamos, então, a inserção feminina na organização militar, mais do que as adaptações na esfera burocrática, que também não são simples, nos deparamos com a necessidade da modificação no quadro de identidades da instituição, de adaptações na esfera simbólica e, por consequência, no *habitus* militar brasileiro. O “outro” referencial passa a fazer parte do “eu”, deve ser adicionado no “nós” e adquirir características do grupo, afinal coesão e homogeneidade são primordiais quando se pensa os militares. Assim, a entrada de mulheres nas casernas implica em um questionamento sobre o que é ser homem guerreiro, em um apagamento das fronteiras claras entre o “eu” militar e o “outro” feminino, e, por isso, sofre diversas oposições.

Esta pesquisa, então, objetiva compreender em que medida a entrada feminina no Oficialato remodela – ou não – a esfera simbólica que envolve o meio militar brasileiro. No entanto, para podermos compreender todo o contexto e as implicações deste ingresso, é necessário utilizarmos outras correntes de análise para que todas as nuances deste

acontecimento sejam percebidas. Destarte, utilizando a lente bourdieusiana, partimos do pressuposto de que existem chaves basilares da identidade militar brasileira e do *habitus* militar brasileiro que conduzem sua lógica de reprodução e conservação, sendo estas poder/distinção, hierarquia/disciplina e honra/tradição. Estas atuam tanto como face estruturante e face estruturada do *habitus* militar e por possuírem esta natureza podem sofrer alterações. Assim, o primeiro capítulo, através de uma revisão bibliográfica e análise de documentos sobre Pierre Bourdieu, buscará entender a abordagem praxiológica proposta por este autor e como a relação *habitus*-campo-capital nos oferece um caminho possível para percebermos a identidade e o campo militar brasileiro. Partindo destes, utilizando também análise bibliográfica e de documentos em sua maioria de autoras teóricas feministas, analisaremos como a discussão sobre gênero e seus desdobramentos chegam ao Brasil através do movimento feminista, para compreendermos como acontece a articulação entre gênero e o campo de segurança e defesa para as brasileiras, que levará à inserção feminina nas Forças Armadas do país.

Já no segundo capítulo focaremos no (sub)campo militar brasileiro, como ele foi formado e como suas esferas burocrática e simbólica interagem. Através de análise bibliográfica e de documentos sobre as Forças Armadas brasileiras de autores como Piero Leirner, Celso Castro, Samuel Soares, José Murilo de Carvalho, Suzeley Mathias e o próprio Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Força Aérea Brasileira e Marinha do Brasil, buscaremos reconstruir o *nomus* do campo militar. Utilizando a lente bourdieusiana, daremos destaque para a esfera simbólica, sua constituição histórica e seus tipos de capitais para, em seguida, compreender como ela se relaciona com a esfera burocrática, principalmente a hierarquia, e como ambas agem sobre o este campo e sobre indivíduos que o frequentam.

Por fim, o terceiro capítulo, através de revisão bibliográfica de autoras teóricas feministas como Helena Carreiras, Suzeley Mathias e Maria Cecília Adão, se ocupará das hipóteses sobre a entrada e a não entrada feminina nas casernas e como o Brasil se encaixa neste contexto, para podermos em seguida, analisar a entrada das oficiais mulheres nas Academias das três Força. Fazendo uso de pesquisas etnográficas de autores como Emília Takahashi, Celso Castro e Thaís Barroso Melo, nos valeremos de depoimentos de cadetes das turmas mistas e de percepções sobre o espaço físico para acessar a esfera simbólica militar de forma empírica e perceber se alguma alteração ocorreu neste âmbito, mas também como as mudanças na esfera burocrática influenciam – ou não – as chaves basilares desta primeira.

2. HABITUS, GÊNERO E SEGURANÇA: UMA TRIANGULAÇÃO NECESSÁRIA

Utilizar uma ótica feminista para compreender as relações e as políticas internacionais requer adentrar em locais considerados “privados” e “domésticos”. Todos estes podem se tornar um espaço para a política internacional, seja desde uma boate que usa mão-de-obra feminina imigrante, a cozinha de alguma casa ou uma mesa de uma secretária. Implica também em uma inspeção das instituições e das normas internacionais a fim identificar as assimetrias existentes entre homens e mulheres que legitimam a diminuição do gênero feminino. São aqueles que se ocupam de estudar a história feminista que se dão o trabalho de pensar e ler estes lugares ocupados pelas mulheres (DANTAS, 2018; ENLOE, 2014).

No entanto, compreender a realidade através de uma lente feminista requer atenção para além dos significados de masculinidade e feminilidade, mas, também, como estes significados determinam onde mulheres estão e o que elas pensam sobre estarem neste lugar. Ao olharmos para o mundo desta maneira aprendemos a questionar se o que é dado como natural, inerente, tradicional ou biológico é realmente inevitável. Mais que olhar de uma maneira diferente e questionar se algo foi feito implica que foi feito por alguém possuidor de poder. Nesse sentido, conduzir uma pesquisa com recorte de gênero e fazer uso desta lente feminista requer também que se estude poder. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Eles possuem uma relação intrínseca: não existe relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, e nem saber que não suponha e constitua relações de poder. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico (FOUCAULT, 2007, p.148-149; ENLOE, 2014).

Neste sentido, Steans (1998 apud GENTRY; SJOBERG, 2007, p.11, tradução nossa) traz o conceito de *lentes* de gênero, que faz com que ao percebermos as relações sociais compreendamos o gênero “(...) como um tipo particular de relação de poder, ou delinear as maneiras pelas quais o gênero é central para a compreensão de processos internacionais” (STEANS, 1998 apud GENTRY; SJOBERG, 2007, p.11, tradução nossa). Utilizar essas lentes de gênero também faz com que nos concentremos nas experiências cotidianas das mulheres como mulheres e percebamos as consequências de sua posição social desigual.

Na área das Relações Internacionais (RI), o movimento de utilizar o gênero e lentes gênero para compreender o sistema internacional surge como um dos desafios à hegemonia do pensamento positivista. As teóricas e teóricos feministas utilizam o viés de gênero em suas análises, constituindo-o como uma categoria chave em seus enunciados contra as formas de

opressão e dominação masculina hegemônicas presentes nas sociedades. Existe uma correlação entre a vida das mulheres e as Relações Internacionais que necessita ser compreendida, pois desde as relações entre os Estados até as relações entre indivíduos que mantêm suas identidades são inseparáveis do contexto político e social. O internacional é também pessoal; ele afeta o dia a dia dos indivíduos de diversas maneiras e é necessário ser analisado através do viés de gênero (GENTRY; SJOBERG, 2007)

No entanto, para isso é preciso visualizar muito mais além do que o que é tradicionalmente percebido neste campo. É necessário ir além da proposta do *mainstream* para podermos dar conta da forma como a presença das mulheres impacta desde seu meio privado/doméstico aos ambientes públicos que elas ocupam e, por conseguinte, os moldam. Mas também é preciso ir além do *mainstream* para entendermos como estes espaços impactam em vivências, suas maneiras, suas características e suas personalidades. Utilizar abordagens que reflitam sobre essas outras relações, posições e influências, que são deixadas de lado nas teorias tradicionais, urge para que possamos visualizar a complexidade que constituiu o ambiente internacional e nacional e como essa complexidade reflete nas relações sociais de homens e mulheres e entre homens e mulheres, afinal, com a inserção de diferentes corpos nestes espaços antes “fechados” pressupõem-se que novas identidades são inseridas exigindo uma revisão dos papéis sexuais atuantes. É nesse sentido que iremos caminhar neste capítulo. Buscaremos primeiro compreender como a abordagem de Pierre Bourdieu contribui para pensarmos e conectarmos as relações internacionais, o conceito de gênero e o campo da segurança. E, em seguida, tomando como referência a introdução, perceberemos como o debate de gênero no campo dos estudos de segurança, intrinsecamente interligados, se desenvolve no Brasil e constrói o pano de fundo desta pesquisa.

2.1 Pierre Bourdieu e outras possibilidades

Pierre Bourdieu pertence ao movimento de síntese teórica das diversas abordagens sobre a vida social que norteou a sociologia do século XX. Este, que teve início na primeira metade do século XX e intensifica-se em 1970, se caracterizou pelo desejo de romper com as teorias pautadas nas polarizações e fragmentações recorrentes nas teorias sociológicas da época. O foco de seu estudo é a mediação entre a sociedade e o agente social. Nesse sentido, ele se propõe a romper com a separação entre dois tipos de conhecimento antagônicos: o objetivismo, que corresponde às construções das relações objetivas que estruturam as práticas individuais, e a fenomenologia, que parte da experiência primeira do indivíduo. Assim, ele propõe uma

articulação dialética do ator social e da estrutura social. A esse tipo de abordagem epistemológica, ele denomina de conhecimento praxiológico. Vale lembrar que epistemologia é a forma como se produz conhecimento, a forma como se olha para o objeto (CARVALHO, 2003; SETTON, 2002). Assim, a abordagem bourdieusiana tem como objetivo reequacionar o problema da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade. Como o indivíduo absorve o mundo externo? Como que ele expõe o que ele absorveu?

Para resolver o problema da mediação entre esses dois polos, Pierre Bourdieu vai recuperar a ideia escolástica de *habitus* que enfatiza uma dimensão de um aprendizado passado. A noção de *habitus* deita raízes sobre a noção aristotélica de *hexis*, que significa um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta nossos sentimentos e desejos numa situação e condutas. No século XIII, Tomás de Aquino traduziu-a para latim como *habitus* e foi adicionada da ideia de capacidade para crescer através da ação, ou disposição durável presente entre potência e ação propositada. Depois disso o conceito foi usado por sociólogos da geração clássica e ressurgiu na fenomenologia com Edmund Husserl, que entendia por *habitus* a conduta mental entre experiências passadas e ações futuras. Bourdieu vai reestruturar esse conceito de forma a ratificá-lo como uma noção mediadora dentro do embate entre objetivismo e fenomenologia, definindo-o como um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionarem como estruturas estruturantes (WACQUANT, 2007[2004], p.64-65).

Ao utilizar o conceito de *habitus*, ele desejava ir contra o estruturalismo e a sua filosofia de ação, na qual o agente era reduzido ao papel de suporte da estrutura. Desejava colocar em evidência as capacidades criadoras, ativas, inventivas do *habitus* e do agente, embora não seja essa agência/poder gerador fruto de um espírito universal ou da natureza humana, mas sim o de um agente em ação (BOURDIEU, 1989).

O *habitus* é redefinido por Bourdieu como um:

(s)istema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha a necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 1994, p.15).

Nesse sentido, podemos compreender que o *habitus* é uma estrutura que se encontra no corpo do indivíduo e deve ser encarado como um sistema de disposições duráveis e transferíveis construído de forma contínua e sempre sujeito a novas experiências, e, que, ao integrar todas as experiências passadas do indivíduo funciona a cada momento como um estoque de percepções, apreciações e ações. Ele também torna possível a realização de tarefas infinitamente

diferenciadas pois coloca em prática as disposições incorporadas a partir de estímulos conjunturais de um campo (CARVALHO, 2003, p.105; WACQUANT, 2007[2004], p.66).

Também conforme Wacquant (2007[2004], p.66-68), como história individual e grupal sedimentada no corpo, estrutura social tornada estrutura mental, o *habitus* pode ser compreendido como uma competência prática, adquirida na e para ação, mas que opera sob o nível da consciência. Ainda segundo o autor, ele (i) pode ser compreendido como uma aptidão social, que por esse motivo está sujeito a modificações; (ii) é transferível a vários domínios de prática; (iii) ele não é estático, apesar de poder ser longo; (iv) possui uma inércia incorporada, pois é capaz de produzir práticas moldadas depois das estruturas que o geraram; (v) introduz diferenças entre determinações passadas e as determinações atuais que o conduzem.

A teoria do *habitus*

(...) fornece, ao mesmo tempo, um princípio de sociação e de individuação: *sociação* porque nossas categorias de juízo e de ação, vindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares (assim, podemos falar de um *habitus* masculino, de um *habitus* nacional, de um *habitus* burguês etc.); *individuação* porque cada pessoa, tendo uma trajetória e uma localização únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas (WACQUANT, 2007[2004], p.67-68).

Assim, mais do que conectar o passado, o presente e o futuro, o *habitus* transcende outras dicotomias, como o social e o individual, o objetivo e o subjetivo e a estrutura e o agente, sendo simultaneamente estruturado (por meios sociais passados) e estruturante (de ações e representações presentes) (WACQUANT, 2007[2004], p. 68). Maton (2012) esclarece que o *habitus* liga o social e o individual porque as experiências de um sujeito podem ser únicas em seu contexto particular, no entanto, elas são divididas em termos de estrutura com outros de uma mesma classe social, mesmo gênero, etnia, sexualidade, ocupação, nacionalidade, região e outras classificações. Assim, os portadores do *habitus* são os indivíduos sociais que constituem grupos ou classes (em seu sentido lato, não apenas em um sentido marxista) em virtude de uma posição presente e passada na estrutura social. Mais ainda, para Carvalho (2003) o *habitus*, que responde pelo polo da ação, constitui o fundamento mais sólido e melhor dissimulado da integração de grupos ou das classes. Isso leva-nos a pensar que um *habitus* em comum confere às classes o status de coletividade. O pertencer a uma classe está incorporado no sujeito através do *habitus*, que o incorpora através de relações sociais entre os sujeitos (SOUZA, 2014). É possível ver nas disposições do indivíduo variantes estruturais do *habitus* de seu grupo ou de classe, mas também há seu estilo próprio de ser, que é apenas sua trajetória individual o influenciando simultaneamente. Em suma, podemos entendê-lo como um princípio operador que incorpora dois sistemas de relações, as estruturas objetivas e as práticas. O

processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que implica uma ação subjetiva, mas que não pertence somente ao individual. Assim, “(...) a teoria praxiológica (...) [de Bourdieu] pressupõe uma relação dialética entre sujeito e sociedade, uma relação de mão dupla entre *habitus* individual e a estrutura de um campo, socialmente determinado (SETTON, 2002, p.64).

No entanto, as ações de um indivíduo não são somente determinadas pelo *habitus*. As práticas de um indivíduo são resultado da relação entre suas disposições, seu *habitus*, e sua posição no campo, capital que dispõem, dentro do estado atual da arena social. Bourdieu expressa essa relação na seguinte equação: $[(habitus)(capital)] + campo = prática$ (MATON, 2012, p.50). *Habitus* e campo, destarte, estão intrinsecamente ligados. Os espaços sociais que os indivíduos ocupam também são estruturados e é a relação entre essas duas estruturas que dão origem às suas práticas. Não obstante, essas duas estruturas possuem uma relação de condicionamento e uma relação de construção cognitiva: o campo, parte do contexto em que o indivíduo está inserido, estrutura o *habitus*, enquanto, ao mesmo tempo, o *habitus* é a base para os atores compreenderem o campo. Colocado de forma simples, “(...) para entender as práticas, precisamos entender os campos em evolução nos quais os atores estão situados e os *habitus* em evolução que esses atores trazem para seus campos sociais de prática” (MATON, 2012, p.52, tradução nossa).

A teoria do campo, por sua vez, se coloca como intermediário entre os polos internalista e externalista. Um campo é identificado quando um grupo de agentes atuam de forma estruturada sobre um tipo específico de recurso escasso e é definido pela ligação objetiva entre diferentes posições em torno de um determinado conjunto de apostas (SOUZA, 2014). Assim como em um campo de futebol, o que acontece no campo é limitado. Existem limites para o que pode ser feito, não só de espaço, mas também pelas condições e características do campo. Estas últimas são aquelas que moldam os indivíduos que nele estão presente e conferem o sentido de grupo, de coesão, a um conjunto de pessoas; afinal, eles compartilharão essas características.

A relação entre o *habitus* e o campo é crucial para a compreensão da prática. Para compreender esta última, Bourdieu se vale da analogia de um jogo e da noção de estratégia. Como em Maton (2012, p.53-54), cada campo social pode ser compreendido como um jogo competitivo, onde os atores estrategicamente agem para maximizar sua posição. O que se está em disputa é a acumulação de capitais, que é tanto o processo do jogo quanto produto do campo.

O “sentimento pelo jogo”¹, ou *illusio*, se desenvolve na medida em que o sujeito se envolve no campo e adquire a lógica prática deste, como uma motivação inerente ao sujeito. A fonte dessa lógica prática é o *habitus*, o “sentimento pelo jogo” é internalizado e se torna uma segunda natureza para o sujeito. A noção de *estratégia*, por sua vez, compreende ações inconscientes tomadas pelos indivíduos para se mover nesse jogo, é um produto do *habitus* ajustado para o campo em que o indivíduo se encontra (SETTON, 2002). Além destes, em virtude da correspondência campo-*habitus*, os atores compartilham a *doxa* do campo, os pressupostos que “são óbvios” e que determinam os limites do factível e do pensável (MATON, 2012).

A criação dos campos é efetivada por indivíduos portadores de uma perspectiva heterodoxa do mundo e que são capazes de estabelecer novos conteúdos e novas relações de poder entre os atores. Cada campo, por sua vez, possui sua própria lógica de funcionamento, resultado de sua história, jogadores, lendas e tradições, únicos a cada um. Os agentes desses campos racionalizam a lógica da prática presente nesse espaço através da sua *doxa*. Através dela eles compreenderem como devem se comportar, a respeitar o mundo social como está e manter a ordem estabelecida (THOMSON, 2012).

Os indivíduos podem ocupar diferentes campos ao mesmo tempo. E, apesar de cada campo funcionar através de sua lógica, Bourdieu afirma que é possível encontrar similaridades entre eles. Para além, existem trocas entre esses campos, o que os tornam interdependentes. Nesse sentido, o mundo social, também chamado de campo de poder, é constituído de diferentes campos, e cada grande campo pode ser dividido em subcampos menores. Estes campos que formam o mundo social não se apresentam de forma igual: alguns são dominantes e outros são dependentes das atividades que acontecem nos outros. Mais além, Bourdieu sugeriu que instituições dentro de campos também operam como subcampos, como é a instituição militar na sociedade civil brasileira.

Apesar de os campos serem altamente hierarquizados, com agentes dominantes e instituições tendo considerável poder para determinar o que acontece, ainda é possível mudança dentro deles. Os agentes ainda são capazes de ação e de trazerem mudanças para um campo (THOMSON, 2012). Essas mudanças podem ocorrer através de lutas internas devido à estrutura do campo, que são as responsáveis por reproduzir as hierarquias que o definem. Essa estrutura se dá em torno de dois polos, o dos dominantes e o dos dominados. O polo dominante é formado por aqueles indivíduos que possuem o máximo de capital social, enquanto os indivíduos que se situam no polo dominado são definidos pela ausência ou pela raridade do capital social

¹ Feel for the game, tradução nossa.

(CARVALHO, 2003, p.108). Assim, mudanças e lutas internas ocorrem caso algum capital anteriormente privilegiado for desvalorizado e seus portadores precisarem angariar outras formas de capital agora mais proeminentes ou correrem o risco de serem rebaixados em suas posições (GUZZINI, 2006). Nesse sentido, os tipos de capitais definidos por Bourdieu, a saber: econômico (moeda), cultural (formas de conhecimento, gosto, estética), social (redes de contato) e simbólico (credenciais, que podem ser usados como moeda de troca em outros campos), são de grande relevância para a dinâmica cotidiana de um campo (THOMSON, 2012). Pois, obter um capital simbólico, aquilo que tem valor em um determinado campo, é o que faz os sujeitos se reconheçam e reconheçam os outros como importantes, como bons jogadores, podendo ser este capital ser convertido ou não em capital econômico (SOUZA, 2014, p.146). Assim, há uma luta constante no campo para definir qual é o capital mais importante assim como para definir quem irá obtê-lo em demasia.

Enquanto ao polo dominante “(...) correspondem as práticas de uma ortodoxia que pretende conservar intacto o capital social acumulado (...) ao polo dominado [correspondem] as práticas heterodoxas que tendem a desacreditar os detentores reais de um capital legítimo” (CARVALHO, 2003, p.109) a fim de modificar as posições hierárquicas. Dessa forma, se o campo se apresenta como um local de relações de poder; ele é o local onde, essencialmente, os sistemas simbólicos são vistos como sistemas de dominação, pois aqueles que estão situados na ortodoxia devem possuir mecanismos para assegurar seu estatuto de poder e dominação sobre os dominados. Aqueles que detém o poder simbólico podem influenciar a realidade do campo, podem estabelecer uma ordem epistemológica, pois possuem o poder de nomear, de definir: eles organizam, delegam e garantem a implementação de esquemas de classificação, de “princípios de visão e divisão”, normas, status ou categorias que correspondem à sua visão de mundo (CARVALHO, 2003; POULIOT; MÉRAND, 2013).

Os sistemas simbólicos, como a arte, a religião e a língua, construídos pelo grupo dominante, são definidos por Bourdieu tanto como estruturas estruturantes quanto como estruturas estruturadas. Eles só podem exercer um poder estruturante (poder de atualização de outras estruturas) porque são estruturados (possuem uma parte que os indivíduos compreendem), e é enquanto instrumentos estruturados e estruturas estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação. O próprio campo de produção simbólica é um microcosmos da luta entre estes dois grupos, pois a classe que consegue dominar este impõe a ordem que deseja e a estabelece como natural (BOURDIEU, 1989). Este poder

simbólico como poder de constituir o dado, constituir a realidade, poder quase mágico, só se exerce se for reconhecido por terceiros. Ele não reside nos sistemas simbólicos como uma força ilusória, mas se define numa relação determinada entre os que exercem poder e os que lhe estão sujeitos. Nesse sentido, a linguagem na teoria bourdieusiana é levada muito a sério, pois, para Guzzini (2006, p.11) somente através desta e de sua capacidade de fixar conceitos e esquemas nos indivíduos, que se pode criar um elo entre a construção social do conhecimento e a construção da realidade social

É a *doxa* que possibilita a continuação desse poder simbólico, pois ela reconhece erroneamente a lógica da prática do campo, o que Bourdieu chama de paradoxo da *doxa*. Quando os pensamentos e ações dos dominados estão “(...) estruturados em conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhes é imposta, seus atos de *conhecimento*, são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão (BOURDIEU, 2019, p.30, grifos do autor). Dessa forma, os dominados tendem a se conformar com representações sociais que favorecem os dominantes, ou pelo menos incorporá-los à forma de seu mundo. Eles são, portanto, consensualmente, vítimas de uma “violência simbólica”, que contraria as relações de força, a fim de melhor reforçá-las. E é esse consenso que encobre muitas vezes o fato de ser o mundo social um espaço de conflitos, tornando assim a dominação suave, constante e imperceptível (CARVALHO, 2003; POULIOT; MÉRAND, 2013; BOURDIEU, 2019).

A dominação masculina, no modo como é imposta e vivenciada, é para Bourdieu o exemplo por excelência desta submissão paradoxal colocada pela *doxa* e que nos serve melhor nesta pesquisa para demonstrar as modificações das relações sociais dentro do campo militar com a inserção feminina no oficialato. Para Bourdieu, essa submissão é resultado da violência simbólica, violência suave e invisível, que se dá através das vias simbólicas da comunicação e do conhecimento no dia a dia, ou, como coloca o autor, do desconhecimento, do reconhecimento ou do sentimento (BOURDIEU, 2019). É essa submissão, porém, que através dos anos e dos crescentes movimentos sociais vem sendo questionada e desconstruída, permitindo novos olhares sobre a posição da mulher na sociedade e os espaços que ela ocupa, levando-as a buscar novos campos para se inserir, como o militar.

Através de sua análise da sociedade cabila - Argélia colonial - da década de 1960 em *A dominação masculina*, Bourdieu (2019) entende que a construção da sexualidade que permanece imersa no conjunto de oposições que organizam a sociedade, nos faz perder a essência do universo da sexualidade, que se origina na disposição do corpo socializado. Assim, a divisão das coisas de acordo com a oposição entre o feminino e o masculino possui sua

necessidade objetiva e subjetiva de inserção em um sistema de oposições homólogas, como alto/baixo, positivo/negativo, dentro/fora, trás/frente, duro/mole.

Esses esquemas de pensamento de oposições possuem diferenças de natureza que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo em que também as naturalizam, instituindo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência. Nesse sentido, para Pierre Bourdieu, a relação social de dominação que vivemos não é natural da consciência de um indivíduo. O que o autor chama de sistema mítico-ritual (histórias, ritos) é crucial neste ponto: “(...) na medida em que os princípios de visão e divisão que este último propõe estão objetivados às divisões pré-existentes da sociedade, ele consagra a ordem estabelecida, através de diferentes mecanismos, trazendo-a à existência oficial e reconhecida” (BOURDIEU, 2019, p.22). Assim, a divisão entre os sexos para estar na ordem das coisas, parece normal, natural, inevitável e ganha todo um reconhecimento legítimo.

A visão androcêntrica, assim, se fez e se deu como neutra e dispensa justificção. Toda a ordem social em que estamos inseridos funciona como uma grande máquina simbólica que ratifica a dominação masculina sobre a qual se baseia e coloca o masculino como medida de todas as coisas, sempre em comparação ao outro feminino. Nessa estrutura, os nossos corpos são construídos como realidade sexuada e como depósito de princípios, visões e divisões sexualizantes. O corpo é o que constitui a divisão biológica de toda essa estrutura através da diferença anatômica entre homens e mulheres e que possibilita que essa divisão possa ser vista como uma justificativa natural (BOURDIEU, 2019, p.26). Mas mais do que uma justificativa natural, é a percepção social do corpo e de sua anatomia, que acontece de forma diferente entre o feminino e o masculino, que fundamenta e garante a visão social que a alicerça.

O trabalho de construção simbólica do feminino e do masculino não é reduzido a uma operação performativa da nominação que orienta e estrutura suas representações. Para Bourdieu “(...) ele se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros) (...)” (BOURDIEU, 2019, p.45) de forma prática, que impõe uma definição do uso legítimo desses de maneiras diferentes e valorativas. É a partir da socialização contínua e difusa que a *polaridade* entre as identidades se tornam *habitus* diferenciados de acordo com o princípio de divisão androcêntrica e que faz com que os indivíduos sejam capazes de perceber o mundo segundo este princípio. As identidades antagônicas assim se inscrevem de maneira permanente nos corpos dos indivíduos e a isso Bourdieu chama de *hélix* corporais opostos e complementares, que, no seu limite, levam todas as coisas do mundo a serem redutíveis à oposição entre feminino e masculino. Percebe-se, assim, que feminino e masculino são

categorias que caminham sempre lado a lado; a identidade de um não se constrói sem seu outro polo de referência do que “não ser” (BOURDIEU, 2019, p.55-56).

A dominação masculina possui assim todo um cenário para seu exercício, calcada sempre na oposição ao feminino. “A primazia universal que concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas (...) que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas que são imanentes a todos os *habitus* (...)” (BOURDIEU, 2019, p.61). Nesse sentido, devemos compreender que a construção prática e social das estruturas cognitivas que organizam os atos de construção do mundo e de seus poderes, é, ela própria, resultante de um poder, inscrito de forma duradoura no corpo dos dominados sob formas de esquemas de percepção e de disposições (*habitus*) que o torna sensível a certas manifestações simbólicas do poder. Assim, os *habitus*, moldado por tais condições, convergentes com a estrutura, funcionam como matrizes de percepções transcendentais históricas que, sendo compartilhados, impõe-se a cada indivíduo como algo inquestionável. Dessa forma,

(...) a representação androcêntrica da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres a aplicam a toda realidade. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que “faz”, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre (BOURDIEU, 2019, p.62).

Neste caminho, o ambiente militar não é indiferente a esse quadro. Apesar de ser uma instituição total (CASTRO, 1990) e também poder ser compreendido como um campo, a mesma lógica de dominação simbólica que existe na esfera civil, existe na esfera militar e é nesta exagerada em suas formas. Como se sabe, o ambiente militar foi calcado sobre a definição do homem masculino, viril, dominador, sem limites e tem esta imagem como seu ideal de sujeito. O soldado exemplar é aquele que age de forma impiedosa, sem medo, que não possui nenhum traço de feminilidade em sua personalidade e possui todos os masculinizantes ampliados, que representam o “homem de verdade”. Uma mulher neste ambiente, de forma oficial, era, até antes dos anos 1950, inimaginável. A caserna e a vida na instituição não eram espaços compatíveis com o corpo feminino, puro, sagrado, limpo e imaculado.

No entanto, os diversos acontecimentos pós-Segunda Guerra Mundial caminharam para a inserção feminina nas Forças Armadas dos Estados modernos. No Brasil, por sua vez, as mulheres foram inicialmente inseridas nas atividades de suporte e auxílio e somente na década de 1990 puderam começar a vislumbrar a possibilidade de ocupar cargos de combate. Todo este processo, mesmo que lento, de inserção e ascensão feminina no meio militar pode ser justificado

pela alteração do *habitus* da sociedade moderna, na qual uma efervescência de agentes e movimentos sociais, instituições produtoras e promotoras de saberes, valores e comportamentos forçaram mudanças nas estruturas tradicionais que o mundo conhecia e que alcançou o mundo militar (SETTON, 2002, p.67). Mas também pode ser justificado pela alteração do *habitus* militar, em específico, que exigiu uma reestruturação ao final da Guerra Fria, momento em que modos tradicionais de se fazer guerra foram deixados para trás e novas tecnologias, novas armas, novas estratégias ganharam espaço. Dessa forma, novas capacidades, mais técnicas, racionais e burocráticas, passaram a ser exigidas dos militares, forçando uma modificação em sua educação, socialização e em seu público alvo para seleção, abrindo espaço para que mulheres se tornassem militares, ao mesmo tempo em que o peso e a relevância dos tradicionais arquétipos de gênero como força integradora e caracterizadora fossem diminuídos (CARREIRAS, 2009).

É no sentido de compreender a construção da identidade militar e de equacionar esta à identidade feminina neste sistema de classificação de oposições no qual vivemos que os escritos de Pierre Bourdieu são uma oportunidade. A identidade masculina e seu *habitus* foram construídos de forma intrínseca à identidade militar e ao *habitus* militar, e ambos foram instituídos em oposição ao *habitus* feminino. O corpo feminino, no campo militar, era, e ainda é, somente parâmetro para o que não deveria ser feito, enquanto o ideal de corpo masculino era o objetivo final. No entanto, com as mudanças a partir da década de 1980, o cenário no campo militar passou a se modificar e os dois corpos, feminino e masculino, que antes não compartilhavam esse espaço, passaram a se relacionar a se co-constituir neste meio. Mas como podemos entender essa construção de identidades e *habitus* no Brasil e perceber esse movimento de mudanças nas estruturas sociais que as moldam, a partir das Relações Internacionais?

2.2 O movimento feminista brasileiro: mulheres nas Forças Armadas?

Os corpos femininos estão sujeitos à dominação a subordinação a séculos e é um fenômeno que se estende por todas as sociedades. As mulheres eram indivíduos excluídos de diferentes avanços e seus direitos eram sequer discutidos. Todo o processo de conscientização da mulher sobre seu corpo tem sido longo, árduo e marcado por diversas lutas. Contudo, a marca da desigualdade de gênero no Brasil ainda é forte e pode ser vista no dia-a-dia da nossa sociedade. Tal qual em França e Brauner (2018), a sociedade brasileira está assentada em uma dicotomia: por um lado, estrutura-se a partir do patriarcado, marcado pelo feminino como

passivo e masculino como ativo, compreendendo o corpo feminino como pertencente ao homem e ao Estado; por outro lado, se estrutura em uma ideia de democracia, que prega o reconhecimento da pluralidade e da igualdade entre todos.

Apesar de a literatura corrente apontar como marco inicial do movimento feminista brasileiro o Seminário “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” financiado pela Organização das Nações Unidas em 1975, Constância Lima Duarte (2019) entende o movimento feminista brasileiro possui quatro momentos áureos, ondas que ao atingirem seu clímax refluem para uma fase de calmaria, a saber: as décadas de 1830, 1870, 1920 e 1970. Essa última onda, mais revolucionária e popular tem como o pano de fundo os anos de chumbo da ditadura civil-militar do país. O movimento ressurge como consequência da resistência de mulheres à ditadura militar e também da confluência de fatores ocorridos nos anos setenta, como o impacto do feminismo internacional e as mudanças efetivas da situação feminina a partir de 1960. Caracterizado por uma variedade de vertentes, as lutas femininas brasileiras se concentraram então em dois grandes polos: a luta política de um lado e a luta específica de gênero de outro. O objetivo era lutar tanto contra a estrutura patriarcal e machista da sociedade, quanto contra o regime militar e contra a também dominação sexista dentro dos próprios grupos de esquerda que faziam parte. Essa década é considerada o marco para o envolvimento ativo de mulheres na nossa sociedade (SARTI, 1998).

O feminismo brasileiro deste período foi caracterizado como interclasse e interpartidário, a luta era geral e de todas. Ao fim da década de 1970, com novos grupos sendo criados por todo o país, o movimento feminista deixou de ser um privilégio das mulheres de classe média intelectualizadas para envolver um grande número de mulheres das classes populares. Ana Alice A. Costa (2010) traz que as realizações de três grandes encontros foram importantes para essa ampliação, a saber: o Encontro Nacional de Mulheres, de 1979 sediado no Rio de Janeiro; o Segundo Congresso da mulher Paulista, realizado nos dias 8 e 9 de março de 1980; e o III Congresso da mulher Paulista, realizado em 1981. O que unia os diferentes grupos era a questão da autonomia do movimento feminista, eixo definidor dos diversos encontros que marcavam o movimento nesse momento. Nesse embalo de pensar as práticas feministas de forma mais ampla, houve uma massificação do movimento, ganhando espaço em inúmeros canais e em outros movimentos que ocorriam na sociedade (COSTA, 2010, p.183-186)

A experiência de resistência feminista à ditadura caminhou lado a lado das mudanças que o país vinha passando sob o regime autoritário. A expansão do mercado de trabalho e do

acesso à educação geraram novas condições para as mulheres e ainda, junto das mudanças culturais das décadas de 1960 e 1970, dos novos comportamentos sexuais e afetivos, impactaram o ambiente privado/doméstico. Novas experiências cotidianas entraram em choque com os padrões de valores tradicionais das relações familiares. Assim, a luta feminista no Brasil também veio acompanhada da discussão sobre a quebra da dicotomia do público-privado que envolvia o corpo feminino. Ao mesmo tempo em que lutavam para se emancipar dos ambientes domésticos, as mulheres ocupavam cada vez mais o espaço público contestando o sistema político e cultural vigente e rompendo com os papéis de gênero estereotipados que as colocavam em posição de submissão daquela época (DANTAS, 2018, p.42).

Esse novo momento do feminismo, diferentemente dos anteriores, se articulava em torno da bandeira do “o pessoal é político” e questionava a divisão sexual do trabalho e as atribuições do feminino e do masculino, assim como a própria construção dos papéis de gênero, tendo em vista que essa relação de poder é uma relação social construída e incessantemente remodelada através dos anos. É neste momento que as discussões sobre os espaços que as mulheres podem e devem ocupar no setor público, como o militar, surgem e com elas as demandas por cargos e oportunidades nestes ambientes. Assim, as feministas da década de 1970 entendiam que o movimento pelos seus direitos não deveria ser subordinado às lutas que surgiam no país pela sua (re)democratização, era o momento de incorporar o feminino na esfera pública e não mais escondê-lo ou trata-lo como secundário.

O ingresso das mulheres nas Forças Armadas Brasileiras (FFAA), que se deu nesse período, foi um importante avanço para as feministas do país e desencadearia uma cascata de mudanças que, mesmo lentas, alcançariam o baluarte da masculinidade brasileira e, também, bastião do Estado. No entanto, mais do que a pressão social por direitos iguais e a ratificação dos acordos internacionais que melhoravam a condição feminina, como a Resolução 1.325 do CSNU e a agenda da Quarta Conferência Mundial da Mulher de 1995, e pela necessidade de igualdade de oportunidades, a incorporação feminina aos quadros militares se deu pelo sucesso obtido na incorporação de mulheres nas polícias estaduais e, ao mesmo tempo, pelo desprestígio dos militares, principalmente perante as elites (SARTI, 1998). A partir da presença de mulheres entre os militares no Corpo Auxiliar Feminino da Reserva Marinha criado em 1981 era possível melhorar a imagem da instituição, desgastada após os anos de regime. Essa inserção, no entanto, não significava que elas poderiam desenvolver uma carreira militar. As mulheres eram apenas parte dos corpos profissionais ou auxiliares; as atividades desenvolvidas por elas ainda eram atividades tradicionalmente femininas, desde aquelas desenvolvidas nos setores burocrático-

administrativos, como contadoras, secretárias, advogadas, quanto as desenvolvidas nos serviços de saúde, como psicólogas, enfermeiras, nutricionistas, entre outras.

Esse movimento foi paralelo à expansão da presença feminina no espaço público, resultado do avanço das lutas das organizações feminista de movimentos sociais (DONADÍO; MAZZOTA, 2010b), mas também as alterações nas guerras e nos ambientes militares, assim como o neoliberalismo e a sua premissa de Estado mínimo, forçaram novas condutas no universo militar. Entretanto, é problemático o fato de as mulheres serem uma presença incontestável nos mercados de trabalhos formal e informal e nas estruturas políticas e burocráticas do Estado, mas possuírem pouca ou quase nenhuma importância nas instituições militares e de segurança dos países. Destarte, nota-se que existe um descompasso entre as realizações nestes primeiros espaços e os alcances obtidos no segundo. Para Bobea (2009, p.118-119) isso demonstra a necessidade de políticas e esforços específicos para alavancar a presença feminina nos espaços militares, já que entre os fatores que contribuíram para mudanças, mesmo que pequenas, nas práticas de exclusão das mulheres nestes ambientes sobressaem-se as legislações antidiscriminatórias e medidas como o estabelecimento de cotas para mulheres nas Academias Militares.

Felizmente, toda essa onda de movimentação feminista logrou a criação de espaços legais para as mulheres no país, a partir dos anos 1980 e fez com que o que o governo brasileiro adotasse uma posição proativa quanto às reivindicações das mulheres. Esses novos canais de comunicação não foram aceitos de forma unânime pois uma parte das feministas temiam que seu movimento fosse absorvido pelo Estado pós-autoritário e ainda machista. A outra parte, por sua vez, abraçava os benefícios que poderiam resultar dessa relação. Após o primeiro avanço com a criação dos Conselhos Estaduais de Mulheres em 1983, em 1985 são criadas as Delegacias para Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM). Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), além da promulgação da Lei n. 11.340, em janeiro deste ano, conhecida como Lei Maria da Penha. Em 2009, também foi criado o Memorial da Mulher Brasileira e, tiveram início, as Conferências de Políticas para as Mulheres. Todas essas eram instâncias com a finalidade de pensar e propor políticas públicas afirmativas em prol da igualdade de direitos, afinal, as mulheres representam, através de uma perspectiva democrática de 49 a 51% da população do país (SCHWETHER, 2016; DONADÍO, MAZZOTTA, 2010a).

Ainda em 2014, no âmbito da Defesa e da Segurança, foi criada a Comissão de Gênero do Ministério da Defesa, de caráter consultivo, composta por diversos setores do próprio ministério e os comandantes de cada Força. Um traço comum a todos os países do Cone Sul é a entrada das mulheres nas FFAA após os regimes ditatoriais; assim, é necessário compreender que a forma como as distensões se deram influenciaram e moldaram a entrada dessas mulheres na corporação. A finalidade da Comissão, nesse sentido, era de orientar a atuação do Ministério da Defesa visando a efetivação dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero nas casernas. No entanto, seus resultados ainda são frágeis, demonstrando que permanecem muitas discordâncias entre os membros e a busca de interesses próprios neste campo, o que dificulta a implantação de medidas em prol das mulheres no país e nos ambientes militares (MATHIAS; ADÃO, 2008; SCHWETHER, 2016).

Apesar dos avanços e da forma progressiva de o Estado buscar criar instituições específicas para promover, monitorar e avaliar aspectos relacionados à situação feminina no país, gênero e direitos das mulheres não são considerados prioridade na agenda da política nacional. Quando se analisa a Constituição vigente, existe, em maior ou menor grau, certos aspectos relacionados a este debate, especialmente os baseados no princípio da igualdade. Esse princípio surgiu dos debates sobre gênero com os movimentos feministas, que visavam identificar a lacuna entre homens e mulheres no acesso a direitos legais. Posteriormente, segundo Donadío e Mazzotta (2010, p. 36-37), os debates sobre a questão de gênero foram além e desenvolveram um foco no princípio da equidade. Neste, a reflexão é sobre as diferenças entre os sexos e os fatores que determinam a desigualdade no acesso aos direitos: não só é necessário estabelecer a igualdade entre os direitos dos homens e das mulheres, mas entender que as mulheres, em sua condição de grupo vulnerável, precisam de medidas especiais ou compensatórias que ajudem na efetividade de seus direitos. Enquanto a Seção 5 cuida de Igualdade, a Seção 7 disserta sobre Equidade e mostra parte do avanço legal que se obteve em relação à diminuição feminina. Entretanto, pouco avanço se verifica quando se fala sobre o processo de incorporação feminina nas Forças Armadas de forma legal. A questão da autonomia da instituição armada frente ao governo federal, principalmente do Exército Brasileiro (EB), possui aqui grande relevância e ainda veda possibilidades de mudanças significativas e profundas em sua cultura, como as mulheres podendo realizar posições e atividades físicas de combate.

Com o avanço do movimento das mulheres e suas conquistas as feministas da década de 1990 e do século XXI a passaram a pensar outra relação com o Estado para além do

confronto, pois surge uma possibilidade real de avançar em termos de uma política feminista para o país. Com a redemocratização do Brasil, com a entrada da mulher na esfera pública de forma reconhecida e em espaços antes restrito somente aos homens, como os quartéis e as casernas, e com a chegada ao século XXI e seus avanços tecnológicos, novos desafios se apresentaram e se apresentam para o feminismo brasileiro. Nesse caminho, a busca por igualdade nestes novos ambientes se torna, cada vez mais, uma necessidade latente, não só para metade da população brasileira mas para que haja um verdadeiro avanço nas questões de gênero nas Forças Armadas e na área de Defesa e Segurança do país. Mas, mais que alcançar a igualdade e avançar nestes espaços, compreender como o quadro de identidades masculinas e femininas estão conectadas e se constituem mutuamente também se faz necessário para eliminar os estereótipos ligados a cada um. Assim, no próximo capítulo buscaremos entender como a formação do campo militar e seu *habitus* se deu de forma a criar um espaço exclusivamente masculino mas que, no limite, precisa do referencial feminino para fazer sentido.

3. O (SUB)CAMPO MILITAR

Conforme abordado no capítulo anterior, ao utilizarmos a proposta bourdieusiana, verifica-se uma dinâmica *campo-capital-habitus* que conduz a vida dos indivíduos. Mas também, sujeita a essa dinâmica estão as organizações, dentre elas a militar, que se inserem nos campos e tendem a reproduzir suas dinâmicas internas, suas regras e suas relações de força, constituindo um tipo de microcosmo social. Para Alexandre Rosa (2007), a dinâmica dos campos é reproduzida nas organizações que nele estão inseridas, todavia,

(...) ao reproduzir a dinâmica dos campos sociais, a organização tende a re-significar suas regras e relações de força a partir da sua própria estrutura, maximizando ou minimizando as assimetrias de capital presentes na instância superior, caracterizando-se como uma espécie de subcampo (ROSA, 2007, p. 36).

A organização, destarte, funciona como um instrumento de reprodução da dinâmica do campo em que está inserida, reafirmando as estruturas de dominação da sociedade deste campo. Mas para além de pensar a organização como meio de reprodução dessas relações, deve-se ter claro os meios utilizados para tal, principalmente quando se pensa sobre a instituição militar.

Em muitos trabalhos acadêmicos em que os militares são analisados, o que acaba ocorrendo é “(...) um reforço da estigmatização dos militares como um grupo que faz política aliado a grandes grupos econômicos, sempre como uma ameaça às chamadas ‘minorias’” (LEIRNER, 1997, p. 18). Nesse sentido, tal como em Rosa (2007, p. 83-84), a fim de compreendê-la verdadeiramente, existem três aspectos sobre esta organização que devem ser levados em conta ao analisá-la: i) ela é uma organização *relativamente autônoma*, mas o senso comum acaba colocando em destaque a autonomia e deixando de lado a palavra “relativamente”; ii) o modelo de gestão da organização pode ser classificado como uma *rígida burocracia*, que se aproxima do tipo-ideal weberiano, no entanto, o senso comum opera deixando a palavra “burocracia” em destaque; e iii) por último, tem-se a ideia comum de que todos os militares são *soldados profissionais*, quando, na verdade, muitos soldados não são profissionais e muitos profissionais não são soldados.

As Forças Armadas ocupam uma posição no espaço social bastante peculiar e podem ser entendidas como um caso-limite sociológico: a parte *pública* e a parte *privada* são inseparáveis da instituição e da construção de sua identidade (LEIRNER, 1997). Se, por um lado, ela está inserida no contexto da sociedade nacional e detém o monopólio do uso da força, o que reforça sua posição como coisa pública e faz com que sua existência passe pelo plano da política em algum momento; por outro, ela é uma organização única em suas atribuições e por isso indivisível como tal, o que a leva a construir expressões de sua identidade bem visíveis e

delimitadas, operando até certo ponto isoladamente. A imbricação entre a face pública e privada da organização faz com que ela seja um objeto de estudo que deve ser lido para além de um ator rígido da sociedade brasileira, mas sim a partir da ideia de que ela constituiu um mundo próprio e ao mesmo tempo público e não-familiar - e oposto - aos civis, ou *paisanos*.

A questão da autonomia da organização militar, consequência dessa posição única e da história de formação da instituição, é bastante analisada em diversas áreas das ciências sociais, mas somente ela não é suficiente para compreender por completo a organização. No caso brasileiro, antes mesmo da Independência os militares já se apontavam como atores políticos relevantes e mesmo com a formação do Estado Nacional, tal como em Mathias e Guzzi (2010) e Miyamoto (2007), as cartas constitucionais nunca se ocuparam de atribuir de maneira clara o papel das Forças Armadas no país. Nesse sentido, a construção do Estado brasileiro evoluiu paralelamente à variação do grau da autonomia militar e ainda hoje não é possível afirmar que há subordinação completa das armas aos civis.

Nesse passo, podemos colocar que a organização militar funciona como um sistema aberto, cuja interação com o ambiente civil ocorre de forma reduzida, quando comparada com outras organizações, mas que não deixa de acontecer, afinal ela é uma *coisa pública*. Por conseguinte, seus integrantes não participam desse espaço organizacional de forma exclusiva, apesar de serem *fortemente influenciados* para assim o fazerem - para fortalecer sua face *privada* -, pois trazem consigo vivências construídas e reconstruídas ao transitar por múltiplos campos sociais (ROSA, 2007, p.84; LEIRNER, 1997).

Para delimitarem bem seu campo e assim poderem influenciar e moldar seus membros, como objetiva qualquer organização, e separar mais claramente sua face pública e privada, mas fazê-las operarem em *coesão*, a identidade militar é construída em sua plenitude em oposição ao civil. Um dos principais objetivos do intenso processo social pelo qual passam os cadetes e aspirantes é a construção de fronteiras simbólicas e físicas bem delimitadas entre o mundo de dentro militar e o mundo de fora civil, e nesse processo de construção da identidade social, características negativas são atribuídas aos civis e positivas aos militares, sem exceção (LEIRNER, 1997; CASTRO, 1990; ROSA, 2007).

O pano de fundo da criação das atuais Forças Armadas se dá na chave burocracia e cultura. A burocracia se refere à organização de seus meios (soldados, armas, capital, etc.) para alcançar determinados fins (defesa territorial, combate às novas ameaças, etc.) e isso pressupõe a gestão de recursos humanos e materiais para uma maior eficiência na batalha. Dessa forma, o modelo burocrático organizacional seria a forma ideal de se obter a estrutura apropriada à

guerra. Contudo, a instituição não existe em um vácuo de espaço e, assim, depende de elementos que forneçam consistência e ritmo aos indivíduos presentes neste campo. A organização, então, “(...) depende da cultura que se manifesta nas relações sociais e exerce influência na visão de mundo dos militares, levando-os a acreditar na instituição e na missão que lhes incube” (ROSA, 2007, p. 87).

O impulso de uma organização burocrática surge paralelo aos Estados nacionais e ao sistema capitalista e logo a eficiência se torna o ponto central das organizações das sociedades que adotaram esses dois últimos modelos. Nesta seara, em toda a região da América Latina, o processo de formação dos Estados ocorreu em paralelo com o surgimento das organizações militares nacionais; parece ser um fenômeno e um ator que nasce com o próprio Estado nacional.

A burocracia se orienta por três princípios fundamentais presentes nessas organizações, sendo eles: a formalização, a impessoalidade e a profissionalização da administração (ROSA, 2007, p.90). A hierarquia, assim, é uma das características formais da burocracia, junto da autoridade conferida às pessoas, das normas, que são sempre exaustivamente escritas, além da de especialização de tarefas. Por hierarquia podemos entender uma forma de organização sistemática, um sistema de classificações, um dispositivo que organiza e estratifica coisas, pessoas, lugares e diversos outros. No caso da hierarquia e da especialização, a autoridade conferida à uma pessoa é inerente ao cargo, independente de quem o ocupe. Esse fato traz a impessoalidade para a organização e numa situação perfeita, essas seriam as principais características da burocracia (ROSA, 2007; LEIRNER, 1997).

Todavia, deve-se levar em conta que são pessoas que transformam esse sistema ideal em um sistema concreto, mesclando a formalidade exigida pela burocracia, e levada a cabo pelos altos cargos, e a informalidade, que abrange todas as relações não estabelecidas pela dimensão formal. Nesse sentido, este ambiente burocrático necessita de uma miríade de símbolos para fazer com que seus membros assimilem a realidade imposta e criem sua própria conduta. Assim, instrumentos operacionais e fenômenos simbólicos, de forma relacional, constituem um sistema social (ROSA, 2007).

Podemos classificar três tipos de símbolos: os *físicos*, os *comportamentais* e os *verbais*. Os símbolos *físicos* são formas materiais que possuem algum significado num dado contexto e sua expressão é compartilhada pelos membros da organização/ambiente. Eles

(...) delimitam e estruturam a experiência sensorial dos membros da organização na medida em que são visíveis e podem ser facilmente observados por todos. Tem um caráter instrumental, pois podem ser facilmente manipulados pelos dirigentes na construção e disseminação de significados (...) (ROSA, 2007, p. 95).

Já os símbolos *comportamentais*, são ações simbólicas que buscam introduzir significados em um grupo. São tidos como atividades, formais ou informais, que levam a uma interação social que enseja em diversas consequências sociais e que são usadas no intuito de estabelecer um controle normativo das relações entre os membros da organização. Os símbolos *verbais*, por fim, são formas linguísticas que possuem conteúdo simbólico, como mitos, sagas e histórias, e cada um destes busca influenciar nas ações e pensamentos dos membros da organização (ROSA, 2007).

A dimensão do simbólico em uma organização possui importância tal como a dimensão do formal, pois há a necessidade de coesão, de solidificação entre as relações dos membros e de proteção e conservação de valores e crenças, que são garantidas por esta primeira. Cabe, assim, aos líderes usar a parte da organização informação ao seu favor, para movimentar e direcionar a organização para onde desejam.

Neste capítulo, portanto, nosso objetivo é discutir tanto a face pública quanto a face privada das Forças Armadas brasileiras, buscando compreender como o campo militar do país funciona e quais são suas dimensões burocrática e simbólicas, responsáveis pela estruturação das atividades e da dinâmica do mesmo. Para tanto, ele está organizado da seguinte forma: uma rápida explicação sobre o modelo das Forças Armadas atuais, seguindo para uma breve recapitulação de elementos históricos das Forças Armadas brasileiras que impactaram a formação de sua identidade, passando para uma análise do campo interno dos militares, seu *habitus*, sua estrutura hierárquica, seus tipos de capitais e como esses elementos operam em conjunto, como um grande sistema.

3.1 A face pública: elementos através da história

Como ator responsável pela permanência do Estado nacional, umas das principais características da organização militar é a conservação, da história, de características, de maneiras, de identidades, entre outros (MATHIAS, 2009). Quando pensamos as Forças Armadas brasileiras percebemos que sua trajetória como coisa pública e ator político no país é relevante para o desenho da identidade de seus membros, assim como para a autonomia que a instituição possui frente aos civis. Esses acontecimentos que se deram ao longo da história permanecem uma constante e se tornaram elementos simbólicos importantes para organização; a narrativa que os envolvem podem ser modificadas, mas as ideias que eles passam se mantêm e se tornam basilares ao *habitus* militar brasileiro.

Por ser a primeira das três Forças a surgir, elementos da história de formação do Exército Brasileiro são transversais às outras duas Forças e, portanto, são elementos basilares das Forças Armadas do país. Apesar de a Batalha de Guararapes, 1648, ser considerada o marco de nascimento do Exército Brasileiro, é somente em 1831, com criação da Guarda Nacional (GN) que o governo regulariza efetivamente a instituição. No entanto, é preciso ressaltar que a GN possuía seus quadros recrutados na classe dominante, enquanto o Exército Nacional possuía seus quadros recrutados nas classes populares, fazendo com que este ocupasse um papel secundário. Desse modo, a estrutura militar brasileira no século XIX era marcada por uma cisão em sua composição: de um lado havia o recrutamento dos nativos, devido à incapacidade portuguesa de suprir com homens uma armada presente em todo o território brasileiro, e de outro, estava a linha de comando, composta exclusivamente pela nobreza de Portugal (LEIRNER, 1997, p.62; ROSA, 2007).

Essa cisão marcou profundamente a estrutura militar brasileira e é perceptível até os dias de hoje na hierarquia e na distância entre os militares de postos diferentes e/ou subordinados, favorecendo até a criação de uma identidade para cada nível hierárquico alcançado. O abismo entre esses dois grupos aumentou gradativamente e os setores nacionais deixam de enxergar na linha de comando portuguesa o espaço de onde o poder legítimo do Exército brasileiro emanava, e, assim, manifestações de mudanças passaram a ocorrer com frequência. O começo do fim desse sistema, de certa maneira, vem a partir da década de 1850, com a instituição de uma lei que regulamenta a estrutura hierárquica, desvinculando-a de nomeações aristocráticas e instaurando um sistema gradual e sucessivo, que, pouco modificado, permanece até hoje. Mesmo assim, até meados de 1910 a norma era o recrutamento forçado e, assim, o grosso das tropas era produto de aliciamento, ao passo que o recrutamento dos oficiais possuía caráter aristocrático de recomendações ou laços familiares, perpetuando o fosso social entre tropas e quadro de oficiais na organização (LEIRNER, 1997, ROUQUIÉ, 1984).

A deflagração da guerra do Paraguai em 1864, foi divisor de águas na organização militar do país. A nova estrutura do conflito, que opôs Estados nacionais em vez de forças locais, forçou a formação de um aparato militar único e suficientemente forte para neutralizar a ação inimiga. Assim, as forças militares brasileiras se reorganizaram e o Exército passa a ocupar seu espaço primeiro de forma definitiva no país, além de emergirem como ator no cenário político brasileiro.

A passagem da fidelidade dos militares para a figura impessoal do Estado para criar uma organização militar forte e alinhada com as organizações militares de outros países não foi

um processo simples ou espontâneo, e talvez ainda não tenha sido feita de forma completa. No entanto, percebe-se que ela foi o resultado de diferentes fatores convergentes, que vão desde a evolução da economia e do sistema capitalista no Brasil aos acontecimentos internacionais e regionais, como a própria guerra do Paraguai e a Primeira Guerra Mundial. Nesse movimento, tem-se o impulso para a profissionalização das Forças, que faz com que corpo militar seja homogeneizado, assegura o fechamento institucional sobre si, que desenvolva sentimento de identidade e, depois, de superioridade militar. Essa modernização, levada a cabo primeiramente pela Força alemã e mais tarde pela Força francesa, estabelece critérios universais para a carreira militar, permite a difusão de uma ética militar e facilita a formação de um grupo autônomo e coeso, com recursos morais, ideológicos e institucionais próprios (ROUQUIÉ, 1984; LEIRNER, 1997). A independência burocrática da organização, porém foi cuidadosamente preservada. A nova coesão adquirida pelos oficiais fornece maior independência e sentimento de sacerdotes da pátria à corporação, estabelecendo as bases para o poder militar moderno em um espírito corporativo muito bem enraizado na separação entre civis e militares e na superioridade moral e espiritual (MCCANN, 2007). Esse ainda período marca uma modernização dessincronizada do Estado, na qual o mesmo se modernizou a partir do seu setor militar. Esse movimento aumenta a superestima da instituição, que se vê com ainda mais recursos para intervir na vida política. As FFAA, a partir de então, adquiriram um sentimento de força civilizadora e estabilizadora da nação brasileira (CARVALHO, 2005; ROUQUIÉ, 1984).

Entretanto, apesar de adentrarem ao século XX como uma organização mais forte, organizada e modernizada e à frente do país, a ausência de coesão entre tropas e oficialato ainda persistia e minava a possibilidade de coerência interna. Também uma série de divergências entre oficialato sobre o papel da instituição no país corroborava para uma piora deste quadro. Culmina, então, neste período as revoltas tenentistas dos anos 1920 e a Coluna Prestes, que levaria à Revolução de 1930. As revoltas tenentistas foram uma investida militar no sentido de ampliar e fortalecer sua posição dentro da máquina do Estado e da sociedade. No entanto, elas apenas conseguiram que o Exército, naquele momento a principal Força, se enfraquecesse como instituição e como força combatente, o que se modificaria apenas com o golpe civil-militar de 1964 (MCCANN, 2007; ROSA, 2007)

Foi somente com o Estado Novo (1937-1945), com os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, que houve a implementação de um projeto hegemônico de manipulação simbólica como forma de reduzir os conflitos e resgatar a integridade da organização. As ações

que culminaram no estabelecimento da ditadura do Estado Novo construíram boa parte do Brasil moderno atual e para os militares essa transição de governo foi um momento crítico em sua história. Esse golpe não foi resultado unicamente das decisões de Getúlio Vargas mas contou também com o apoio de uma parte do Exército - os legalistas -, liderada pelos generais supracitados (CARVALHO, 2005; MCCANN, 2007).

[A] estratégia por eles adotada foi a de invenção do Exército por meio do resgate e da re-organização de três símbolos de extrema importância para a história da organização: o culto a *Caxias*, como seu patrono, as comemorações da vitória sobre a *Intentona Comunista* de 1935 e o dia do Exército, comemorado em 19 de abril, data da primeira *Batalha dos Guararapes* em 1648 (ROSA, 2007, p. 102, grifos do autor).

Ao resgatar esses símbolos e rearticular os fatos reais da história da organização militar brasileira, o Exército construiu simbolicamente os limites da sua comunidade de significados que deu sentido de existência à organização, chegando a um arranjo simbólico que vingou, com poucas mudanças, até os dias atuais e a uma lógica de simbolismos que foi passada para as outras duas Forças mais novas, a Aeronáutica (1941) e a Marinha (1824). O período que seguiu da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo foi então marcado pela preocupação brasileira com a segurança interna e externa, a grande reorganização e rearmamento das FFAA, a política externa e a industrialização (CARVALHO, 2005; MACCANN, 2007; ROUQUIÉ, 1984).

A partir da instauração do regime ditatorial, em 1967, uma nova re-estruturação burocrática ocorre e surgem os Ministério de cada Força, em substituição à estrutura que vigorava desde o período Imperial. Essa estrutura organizacional, construída durante o regime, salvo algumas poucas alterações não necessariamente pequenas, permanece até os dias atuais. Todavia, para compreender esses elementos atemporais da face pública das Forças Armadas e como eles moldam seu posicionamento atual frente a sociedade brasileira deve-se analisar como se deu o processo de retorno à democracia. É claro que muito se fez e se modificou de 1964 a 1985, no entanto, a forma como a sociedade brasileira percebe e se relaciona hoje com as FFAA e a forma como a própria instituição se posiciona foi também estruturada neste momento de transição e nos anos seguintes.

Analisando toda história das FFAA até o processo de transição do regime autoritário ao regime democrático, percebemos que a organização militar brasileira, e principalmente o Exército, demonstram historicamente grande resistência a mudanças ou conseguem condicionar as mesmas às suas prerrogativas e seus espaços de autonomia para conseguirem manter sua força de interferência no jogo político nacional. Essa condição foi favorecida pelo modo como se deu o processo de redemocratização, definido e conduzido pelo Estado-Maior das Forças Armadas de uma maneira lenta, segura, gradual e tutelada, de modo a garantir que a instituição

militar pudesse manter sua capacidade de intervenção e certo grau de autonomia frente a vida política do país. Ainda, por ter se originado do alto escalão militar, a redemocratização brasileira foi um evento afastado da sociedade civil – mas não totalmente indiferente a esta –, que, por sua vez, por diferentes motivos, não tiveram interesse ou mesmo condição de conduzir de forma mais direta os primeiros passos da transição. Isso fica claro ao percebermos a dimensão e o grau da anistia concedida aos militares, a permanência de pessoas e estruturas ligadas à antiga situação do regime mesmo após seu fim e o rebaixamento de temas afins à defesa e à consolidação de um controle civil sobre as FFAA no processo da constituinte (OLIVEIRA; SOARES, 2000; SOARES, 2006).

Paralelo ao processo de transição, as Forças Armadas começavam a perceber as consequências dos 21 anos no poder, apesar de a ausência de um processo de transição mais incisivo e radical representar a ausência de grandes desafios de natureza intelectual para instituição, não possibilitando uma auto-reflexão sobre seu papel constitucional. No decorrer do regime militar, houve uma crescente autonomização do aparelho repressor do Estado, o que trouxe sérios riscos à hierarquia e disciplina, valores essenciais para o funcionamento do aparelho militar e sua identidade e que mais tarde também seriam questionados com o processo de inserção feminina nos quadros da organização (SOARES, 2006). Essas novas exigências que as Forças Armadas experimentavam, sugeriam ou mesmo impunham às FFAA uma redefinição do seu papel político e uma reorganização interna. O discurso militar do período foi então estruturado em um duplo parâmetro temporal: o passado que queriam intocável, pois a história é algo sagrado para a cultura militar, e o presente que necessitava de mudanças, em um equilíbrio complexo de ser efetivado (SOARES; OLIVEIRA; SOARES, 2000, p. 102).

Ainda, segundo Oliveira (1987, p. 70-75), o exercício continuado de um papel representa uma forte condição para a sua permanência. Em razão disso, havia uma alta possibilidade de as FFAA conseguirem permanecer como fiador e tutor do regime democrático brasileiro. Não obstante, algumas características do aparelho militar também permitiram o exercício deste papel de tutela: a capacidade de antecipação e a anistia; a não-liberação de espaços ocupados; e o discurso do comando. Neste último ponto, o autor ressalta a emergência de um discurso interpretativo histórico que surge nos quartéis que nega a identificação das FFAA com o regime, retirando-lhe a responsabilidade pelo que se passou no Brasil desde 1964, apontando para uma força maior e mais elevada que a instituição, do qual faziam parte militares-políticos, mas não o aparelho militar. Seus principais oradores buscavam destacar os avanços materiais que o Brasil obteve nesse período e evitavam tocar em situações mais espinhosas.

Contudo, enquanto alguns atores importantes agiam de forma cautelosa sobre esses discursos, outros assumiam o discurso do então ministro do Exército, de forma a sancionar a continuidade do papel constitucional das FFAA na preservação da ordem social e institucional. Esse movimento sinalizou que ainda havia um reconhecimento de que o aparelho militar era um poder particular e distinto do governo e dos demais, ao lado da reafirmação de sua função política tradicionalmente exercida.

Durante o processo da Constituinte, levado a cabo pelo governo de José Sarney (1985-1990) dois posicionamentos se destacaram: o desejo de rompimento com o passado próximo da ditadura, ou a continuidade de uma inércia que levaria a um prolongamento das relações civis-militares de elevado peso político da instituição. Essencialmente, o que se buscava definir na Constituinte era o caráter das FFAA na democracia, como coisa pública: se um sujeito político autônomo, se um poder dentro do Estado ou se um instrumento militar do poder civil. O ideal, em um sistema de governo democrático, seria propiciar as condições para que os militares pudessem se dedicar aos problemas técnicos e profissionais sob suas responsabilidades, tendo autonomia somente para tratar dessas questões. No entanto, a formação ambígua e dispersa da Carta indica a importância quase nula do tema na elaboração da mesma (WINAND; SAINT-PIERRE, 2010; MATHIAS; GUZZI, 2010).

Mesmo que neste momento ocorresse a passagem de um modelo de relações civis-militares baseadas no *controle civil subjetivo* para o *controle civil objetivo*, o desinteresse civil combinado a relativa autonomia militar gerou um vazio político na área de assuntos militares e de Defesa e Segurança. Estabeleceu-se, assim, um quadro de baixo nível de interesse civil que consolidou a primazia da opinião militar na temática envolvendo FFAA e Defesa nacional. Todos os equívocos resultantes do processo da Constituinte levaram a uma definição constitucional que manteve dispositivos que se adequavam aos interesses das Forças Armadas para a área da Defesa e para suas instituições, além de levar a própria organização a definir seu papel político neste novo momento devido à ausência de um projeto civil neste sentido. Configura-se, assim, uma crise de identidade na organização, que afetou tanto sua face pública quanto a privada, pois havia uma demanda por submissão do aparelho militar ao mesmo tempo em que não havia um projeto claro de como isso seria feito, sendo relegado aos próprios a missão de definir seu posicionamento e identidade de maneira aceitável neste novo contexto, mas dessa vez não era possível contar com toda a história da instituição (SOARES, 2006; ROCHA, 2012; WINAND; SAINT-PIERRE, 2010;).

O que se depreende de todo o processo da Constituinte bem como do fim do período de transição, é que a manutenção constitucional foi uma solução de compromisso, correspondendo, principalmente, aos interesses militares, que foram manifestados de maneira clara durante este período e levado a cabo pela pressão direta e pública na figura dos ministros militares. Mathias e Guzzi (2010, p.50-51) levantam dois problemas nesse acordo entre constituintes e militares: i) ao manter o caráter permanente dos militares e torná-los representantes dos valores legais do país, transformaram-nos em um valor, que garantiu a instituição um lugar superior a qualquer outro sujeito nacional, acima da própria nacionalidade; e 2) a instituição das Forças Armadas como a única instituição profissional que representa toda a nação; transformando-as legalmente em uma entidade superior aos legítimos representantes do povo e garantindo sua autonomia de ação legalmente. Todo este processo indicou que não haveria uma revisão substantiva das funções e missões das Forças Armadas, que as Forças permaneceriam livres para decidirem sobre os assuntos de Defesa nacional e de ordem interna e que os militares continuariam como guardiões dos valores nacionais, deixando para os civis a continuação do projeto democrático. Ao fim, o que podemos perceber da função militar nos moldes da Constituição Federal é que a mesma aponta para um modelo de relativa autonomia, pois não rompeu definitivamente com injunções jurídicas que foram consideradas pelo próprio aparelho militar como legitimadora de intervenções (SOARES, 2006; MATHIAS; GUZZI, 2010).

A década de 1990 foi responsável por encerrar e operar diversas mudanças políticas, sociais, econômicas e militares para o Brasil. O papel das Forças Armadas para a sociedade brasileira se altera ao mesmo tempo em que a instituição buscava se modernizar e se adequar ao mundo pós-Guerra Fria, contribuindo para sua crise de identidade. O mandato de Fernando Collor de Mello (1990-1992) acompanhou o surgimento de duas forças centrífugas que forçaram uma mudança no comportamento autônomo das Forças Armadas: o fim da ideia de um inimigo - comunista - externo à nação e a intensificação das práticas neoliberais no país. A primeira, consequência do fim da Guerra Fria e da difusão de novas tecnologias, fez com que as Forças Armadas modificassem o serviço militar e constituíssem um novo inimigo. Destarte, desafios transnacionais e em alguns casos de ordem extra-militar se tornaram os novos focos de ação e preparação das Forças Armadas brasileiras, como o narcotráfico, o crime organizado, a violência urbana e desastres ambientais ou sanitários. A segunda força é responsável por colocar novos atores no cenário político do país, as grandes corporações capitalistas, e diminuir a força de atuação estatal em diferentes setores da sociedade, o que leva à diminuição do espaço

de atuação que as Forças Armadas antes gozavam nas decisões políticas (SOARES, 2006; SOARES, 2003; SAINT-PIERRE, 2009).

Esses dois elementos, aliados às diversas mudanças no âmbito nacional e internacional, exigem uma redefinição da identidade e do *habitus* militar, que se baseavam na expectativa de um combate físico com outra Força Armada, exigindo grande preparo do corpo do soldado e um grande número de armamentos; agora seria necessário um outro modo de preparar as tropas, atualizar os equipamentos e buscar outros perfis de militares. Esse fator de tensão entre a permanência de antigos valores consolidados ao longo da história brasileira e a inserção de novos valores adaptada aos novos tempos repercutem no interior da crise da identidade militar (SOARES, 2006; SOARES, 2003; SAINT-PIERRE, 2009). É neste momento em que a inserção feminina nas Forças começa a se colocar com mais força para o Brasil. Muitos países já haviam começado a inserir mulheres em seus contingentes oficiais, tanto como resposta aos movimentos feministas quanto como para formar oficiais e praças com as características que os novos modelos de guerra ensejavam. Nesse sentido, além da pressão internacional, havia a pressão nacional, tanto dos movimentos sociais como das próprias mulheres que já estavam no ambiente militar, mas em cargos ainda civis ou de baixa patente.

A dificuldade dos militares em colocar para a sociedade a dimensão de sua própria relevância para o sistema estatal também criou condições para esta crise. A ausência de sua definição clara levava à própria instituição militar estabelecer sua orientação profissional, sendo ainda funcional para a manutenção da continuidade de sua autonomia para decisões que dizem respeito ao aparelho militar como para questões nacionais que possam vir a ser um problema para o mesmo. Este último ponto explica a diferença das ações e decisões internas de cada Força em diferentes aspectos; cada Força poderia agir como acreditavam ser melhor para seu funcionamento e estrutura, desde que não afetassem o mundo civil.

Em um movimento de tentativa de melhorar esse quadro de indefinição sobre as funções dos militares e sua crise interna estabeleceu-se a Política de Defesa Nacional (PDN) em 1996. Este documento evitou abordar de maneira direta quanto, como e onde deveria ser empregado o poder militar brasileiro, possuindo, assim, uma abordagem genérica que permitia a manutenção da autonomia que a instituição desfrutava (OLIVEIRA; SOARES, 2000; AGUILAR, 2008). No entanto, apesar de genéricas, as diretrizes da PDN constituíam direcionamentos para o início da criação do Ministério da Defesa do Brasil. A questão da construção deste órgão foi preterida pelos governos pós-1985 pelo fato de as Forças Armadas o vetarem desde o início, pois o mesmo significava a perda do estatuto ministerial das Forças,

a redução de prestígio dos militares e das demandas de cada corporação, além de possibilitar um aumento no controle civil e forçar um trabalho integrado de três atores que possuem culturas organizacionais diferentes e guardam mais distância entre si do que deveria haver. A criação deste ministério abriu um vasto campo de possibilidades para um acerto mais adequado das relações das Forças Armadas com o poder político e a sociedade civil, em condições de adequada subordinação. Mas, mais do que a criação desse órgão, seria, e é, necessária força de vontade, determinação e capacidade política civil para obter o controle sobre as Forças Armadas brasileiras, além da criação de uma burocracia civil especializada no tema para transformar o MD em um verdadeiro instrumento de controle civil (SOARES, 2006; OLIVEIRA; SOARES, 2000; MORAIS, 2016).

Em julho de 2005, no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), atualizou-se a Política de Defesa Nacional de 1996 através do Decreto de nº 5.484. O novo texto aprofundou e ampliou diversos conceitos e atuações adotados no documento anterior, mas, ainda assim, não trouxe para discussão assuntos importantes que eram debatidos a um bom tempo em outros países, como a finalidade do Serviço Militar Obrigatório, a incorporação de mulheres nas FFAA, a tolerância de homossexuais no quadro de oficiais e a modernização da educação militar e também não contou com a participação do Poder Legislativo ou de outros setores da sociedade civil, ficando restrita sua formulação, novamente, aos militares e aos altos cargos políticos do país (SAINT-PIERRE, 2009). Esse texto foi novamente reformulado e revisado em 2012, no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), quando passou a ser chamado de Política Nacional de Defesa (PND), mas ainda assim não conseguiu trazer avanços notáveis para a área ou para o controle civil sobre a instituição.

Mais à frente, através do Decreto de nº 6.703 em 18 de dezembro de 2008, foi publicada a Estratégia Nacional de Defesa (END) com o objetivo de complementar o texto da PDN de 2005. O documento, dividido em três grandes eixos temáticos (reestruturação das Forças Armadas, reorganização da indústria de material de defesa e composição dos efetivos das Forças Armadas e o futuro do serviço militar obrigatório), apesar de trazer importantes avanços e inovações, novamente não foi suficiente para definir um projeto claro, estruturado e a longo prazo para as FFAA. Lima (2015) destaca essa interpretação sob a ótica dos interesses históricos das FFAA no documento. “Alguns dos objetivos dispostos são consonantes com os planejamentos individuais de cada Força sem necessariamente implicarem mais eficiência econômica ou política na implementação dos objetivos da política de defesa do Brasil” (LIMA, 2015, p. 78). Nesta seara, em 2010, através da Lei Complementar nº 136, são iniciados os

preparativos para a criação do Livro Branco da Defesa Nacional do Brasil (LBDN), que deveria ser um inventário completo das Forças Armadas e das atividades de defesa no Brasil. A publicação foi lançada em 2012 e é hoje o documento mais completo acerca das atividades de defesa no Brasil e de todos os temas relacionados às Forças Armadas.

Mesmo com todas as ações empreendidas a pós-regime autoritário permaneceu a histórica falta de definição em relação às prioridades de ação das FFAA. Isso resultou na continuidade da relativa autonomia castrense e na participação das FFAA em cargos de decisão do governo, com o respaldo da própria Constituição, que pouco a pouco legalizou essa autonomia ao mesmo tempo em que afastou os civis da reflexão sobre temas relativos à defesa e à organização militar. A função das FFAA no interior da organização de um aparelho estatal democrático é o exercício da defesa nacional, um serviço público e a prestação deste serviço consiste na gestão de meios materiais e humanos para assegurar a soberania da nação contra agressões armadas. Isso implica que os militares desenvolvem uma atividade-meio, não lhes cabendo nenhuma decisão quanto aos fins; é função inalienável e intransferível do poder político fixar esses fins. Mas, enquanto as FFAA se comportarem como um “Estado dentro do Estado” a questão militar não terá recebido uma solução final e democrática (MATHIAS; GUZZI, 2010; OLIVEIRA, 1987).

O tema proposto por Celso Castro em *O Espírito Militar - Um Antropólogo na Caserna (1990)*, sobre a cultura e os valores políticos militares, é essencial e primordial para novos estudos que envolvam a organização militar, mas em grande parte das vezes permanece despercebido pela sociedade civil. Há, ainda, poucos estudos de natureza sociológica sobre o que pensam ou como pensavam os militares, sobre como funciona sua estrutura, sua ordem, sobre como eles se veem na sociedade brasileira, e para o autor a explicação para isso é que dão mais importância ao comportamento político dos militares do que em sua cultura política ou seu pensamento. Contudo, toda a visão de mundo expressa pelos militares, todos os seus julgamentos e comportamentos que os caracterizam e os diferenciam tão claramente do civil são construídos, em grande medida, no interior da instituição, através de um amplo processo de profissionalização e socialização “lá dentro”, de características quase lineares e imutáveis no tempo, que imputa ao cadete ou aspirante a mentalidade que seus comandantes desejam. Nesse sentido, quando utilizamos a dinâmica *campo-capital-habitus* fornecida pela lente bourdieusiana para estudar os militares fora das abordagens tradicionais das Relações Internacionais, o campo militar e sua estrutura burocrática (dimensão formal) devem ser analisadas e compreendidas juntamente de seu *habitus* e seus símbolos (dimensão informal),

pois é a através da junção destes dois elementos que permite a formação do sistema social militar brasileiro.

3.2 A face privada: o *habitus* e o *nomus*

Analizando brevemente a trajetória histórica das Forças Armadas, percebemos que a instituição militar brasileira, e principalmente o Exército, demonstrou grande resistência a mudanças e/ou que são capazes de condicionar as mesmas às suas prerrogativas e seus espaços de autonomia. Todavia, podemos perceber também, tal como em Rosa (2007, p. 103-104), que houve um processo de racionalização, mesmo que lento, de suas atividades a fim de transformar a estrutura da organização, tornando a profissionalização e a normatização das atividades algumas de suas principais características, e que, paralelo a esse processo de burocratização, houve um esforço de invenção organizacional a partir da manipulação de símbolos históricos relevantes.

Assim como em Leirner (1997) e em Castro (1990), esse processo de invenção organizacional caminhou no sentido de colocar muito claramente os limites entre o mundo militar e o mundo civil, construindo toda a identidade do primeiro em oposição ao segundo; quadro que já existia no Brasil Imperial e que se aprofundou a partir do século XX.

[E]xiste uma distinção entre “nós-militares” e “eles-paisanos” comumente aplicada quando se está apenas entre esse “nós”. Ela se manifesta cada vez que é solicitado um guia de referência que estabeleça uma demarcação entre os dois mundos, aquele com o qual alguém se identifica e o outro que é identificado por contraste, formando-se assim uma *identidade contrastiva* (LEIRNER, 1997, p.72, grifos do autor).

Esse contraste com o mundo civil, a visão de “nós” expressa uma ideia de comunidade militar, um tipo de espírito de corpo entre seus membros na medida em que prevalece o coletivo sobre o individual e diferencia o grupo de outros grupos de outros campos, aqueles que estão de fora dele, os “civis”.

Ainda, considerando todos os aspectos que envolvem as Forças Armadas, tais como a sua história e suas estruturas simbólicas e racionais, pode-se dizer que este é um espaço que possui uma dinâmica própria de funcionamento. Em adição, se considerarmos a assertiva de Soares (2006) de que as Forças Armadas funcionam como um estado dentro do Estado, podemos percebê-lo como um campo social. Isto é, como Bourdieu (2019) define, como um espaço relativamente autônomo, com regras, disposições e capitais próprios, “(...) cuja estrutura se assemelha a de outros campos sociais, delineando (quando interiorizado) a visão de mundo e o senso prático de seus participantes” (ROSA, 2007, p. 117). É como se existisse uma fronteira

mágica que mantém as distâncias entre aqueles eleitos para participarem do campo e aqueles excluídos.

No entanto, deve-se levar em conta que a instituição militar está inserida no campo social brasileiro civil e que dessa forma assume características desse meio, mas o faz reinterpretando-as de acordo com os princípios que a dirigem: a *hierarquia* e a *disciplina*. Por conseguinte, os símbolos físicos, comportamentais ou verbais assumem uma função ao serem criados e colocados como elementos constitutivos da identidade militar. Função esta que é “fazer funcionar” todas as relações sociais que ocorrem dentro da dimensão burocrática da organização.

Tal qual em Bourdieu (1983), apesar de relativamente autônomos e diferentes entre si, existem leis de funcionamento invariantes entre eles, que torna possível as “leis gerais dos campos”. A primeira é a existência de uma luta comum, entre o grupo dominante e o grupo dominado; em todos os campos existe um capital em jogo que é disputado pelos indivíduos pois define as posições de poder neste espaço. A segunda lei, neste caminho, exige que existam “(...) paradas em jogo e pessoas prontas para jogar esse jogo, dotadas do *habitus* que implica o conhecimento e reconhecimento das leis imantes do jogo (...)” (BOURDIEU, 1983, p.120), pois a “[a] estrutura do campo é um *estado* da relação de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta (...)” (BOURDIEU, 1983, p.120). A terceira lei, por fim, é a unidade apresentada por seus agentes contra qualquer ataque que tente denunciar ou romper com os símbolos e as regras reais do jogo, em uma espécie de cumplicidade subjacente a todos os antagonismos. Nesse sentido, cada campo assume em função de variáveis secundárias, como a posição de seus agentes e distribuição de capital específico, conotações e dinâmicas próprias e se atualizam através das atualizações destas mesmas variáveis. Todos os campos sociais, novamente apesar de suas especificidades, se inserem na dinâmica mais ampla do *campo de poder*, neste caso o brasileiro, onde as relações de força são relações de poder e possuem influência nos diferentes campos sociais. O *campo de poder* engloba, assim, os diversos campos que tendem a reproduzi-lo e faz com que o poder atravesse todos eles (ROSA, 2007, p.33).

A acumulação de capital nesses campos possibilita formas de distinção entre os indivíduos, verticalmente e horizontalmente, e proporciona a emergência de três classes: i) as *classes dominantes ou superiores*, que detém uma grande quantidade de capital, que sabem jogar o jogo de maneira hábil, que possuem o poder de definir a cultura legítima do campo e que possuem estratégias para preservar a ordem simbólica que rege o campo e que os colocou nessa posição; ii) as *classes intermediárias*, que ocupam uma posição mediana, que possuem

desejo de ascensão social e se identificam com a cultura dominante, além de possuírem estratégias de jogo que buscam a transformação da ordem simbólica tendo em vista maior possibilidade de acumular poder; e iii) as *classes dominadas*, que são aquelas que não possuem ou pouco possuem capital - de todos os tipos -, que aceitam a dominação e a virilidade como valor de suas práticas e que possuem estratégias que buscam subverter a ordem do campo (idem, p. 35).

Entretanto, a dominação sobre esta última classe não se exerce somente pelas relações de força, ela depende também de uma relação de sentido que seja capaz de fornecer e colocar uma visão de mundo aos dominados. Isto é, a dimensão formal e estrutural do campo necessita de uma dimensão informal e simbólica. Isso exige a mobilização de um poder que consiga construir uma realidade que dê aos dominados o sentido imediato do mundo; um poder invisível que só é exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber ao que estão sujeitos ou mesmo que o exercem. “Ao atingir essa eficácia simbólica, o poder consegue impor significações de mundo como legítimas e, ao fazer isso, dissimula as relações de força que estão no fundamento da sua força” (ROSA, 2007, p.39). Nesse sentido, este poder simbólico de construção se torna o mediador entre dois conceitos importantes: a *doxa* e a violência simbólica.

A primeira, já abordada no capítulo I, representa “(...) um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal (...)” (BOURDIEU, 1996, p.120). Por ser imposta pela classe dominante, aquela que dispõe de todos os instrumentos, *violentos* ou *não*, para instruir seu ponto de vista, prevalece um silêncio perante a situação dada e o discurso que circula tende a reforçar e a defender a *doxa*, afinal, aquele que se opor poderá ser punido. Ao fazer isso, a *doxa* naturaliza as posições dos indivíduos no campo, afinal, quando os pensamentos e ações dos dominados estão “(...) estruturados em conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhes é imposta, seus atos de *conhecimento*, são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão (BOURDIEU, 2019, p.30, grifo do autor). Desse modo, a *doxa* “(...) as torna [posições de] senso comum, produzindo uma distribuição desigual de capital simbólico e uma legitimação de cada produção, cujo resultado principal se traduz na violência simbólica” (ROSA, 2007, p.40). Assim, num estado *dóxico* das coisas, a realidade e algumas de suas nuances são vividas como naturais e evidentes, a ordem dominante se torna, assim, inquestionável.

A violência simbólica, por sua vez, se trata de um constrangimento estrutural imposto aos dominados produzido pela ordem simbólica dos dominantes em vigor num determinado

campo e por um processo de construção histórica se torna legítima e dispensa qualquer tipo de contestação, assim como a *doxa* (BOURDIEU, 1996).

Alexandre Rosa (2007) coloca, de forma clara, que “(...) a violência simbólica é o resultado de uma *ação pedagógica* (AP) exercida por uma *autoridade pedagógica* (AuP) por meio de um *trabalho pedagógico* (TP) que pode ou não estar vinculado a um *sistema de ensino* (SE)” (idem, p.41, grifos do autor). Nesse sentido, a eficácia de uma AP, que deve ocorrer em um espaço demarcado, implica a existência de agentes investidos de AuP neste espaço, cuja posição lhe fornece o poder de transmitir, impor e controlar a inculcação por meio de um TP. Este último, por sua vez, deve ser entendido como um trabalho de inculcação que deve durar o suficiente para produzir uma disposição durável, ou seja, um *habitus*, capaz de permanecer após fim da AP. Ao se tornar efetivamente um gerador de disposições, o *habitus* resultante dessa AP funciona como um reproduzidor da ordem dominante e, assim, a mantém operando.

Uma vez demarcada a fronteira entre o mundo militar e os outros mundos, podemos perceber que no interior daquele há uma demarcação fundamental e clara que determina as posições ocupadas pelos que comandam e pelos que obedecem (ROSA, 2007, p.134). O fundamento dessa estratificação e diferenciação é possível em virtude da *hierarquia*. Fica claro até aqui a importância que a esta possui em todo o campo militar. Para a organização militar, não só a brasileira, ela é um princípio organizativo, valorado e que está presente na própria definição constitucional das Forças Armadas.

[A] hierarquia, além de ser um princípio geral, norteia *toda* a vida da instituição militar, reunindo, de maneira singular, um princípio dado na lei e uma conduta a ela associada. Ela é o princípio primeiro de divisão social de tarefas, papéis e *status* dentro do Exército, determinando as condutas e estruturando as relações de comando-obediência, sistematizando a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeando o modo como as relações de poder devem estruturar-se (LEIRNER, 1997, p.52-53).

A hierarquia é, assim, para o mundo militar, a base sobre a qual se explicitam os sinais de respeito, honras, cerimonial, continências, ordens e comandos, tudo isso executado pelos membros das Forças, cada qual em sua posição no interior da organização. Estes, no entanto, sem consciência de que suas diferentes condutas são manifestações particulares que transitam pelo princípio regulador coletivo da hierarquia. Depreende-se, então, que é a partir dela que se espelham as relações sociais e a visão de mundo dos militares, desde o período medieval.

Esse sistema hierárquico, que demonstra a separação entre postos e graduações histórico das Forças Armadas brasileiras, cria um antagonismo entre dominantes e dominados e a divisão do trabalho no campo tende a colocar à margem determinadas categorias sociais – os dominados – que encontram maiores dificuldades em acumular capital simbólico. Assim, a exclusão das

minorias sexuais, das mulheres e dos jovens na graduação de soldado, proíbe estes de comandar, a “mais nobre missão do profissional militar” e prerrogativa exclusiva dos oficiais de Estado-Maior (ROSA, 2007, p.124-125). O capital militar simbólico, mas também o econômico, o social e o cultural, dessa forma, acumulam-se, até hoje, somente entre os oficiais homens “acadêmicos”, que ocupam as posições de poder no campo e reproduzem sua lógica com vista a manter uma ordem social, a ordem que os colocou nessa posição e que ainda permanece quase intocada, enaltecendo valores e disposições predominantemente tradicionalmente masculinas.

Para preservar a diferença estabelecida entre estes grupos e afirmar e reconhecer a autoridade daqueles que ocupam altos postos, havia a necessidade de criar mecanismos de manutenção dos sujeitos, para controlá-los e fixá-los na instituição. Essa domesticação deveria estar atrelada à transmissão de uma *doxa*. A *doxa* militar, assim, inculcou uma crença no Brasil, algo maior que os indivíduos e que, também, só pode ser defendido e alcançado por meio da própria instituição; os militares servem às Forças Armadas como se estivessem servindo ao Brasil. Dessa noção se infere a noção de pátria e de patriotismo, que conduz aos “valores militares” (ROSA, 2007). A ação desta *doxa* pode ser vista claramente no golpe civil-militar de 1964, no qual os militares acreditavam ser os únicos que poderiam salvar o país.

O campo militar se caracteriza, assim, como um espaço relativamente autônomo, cuja dinâmica conjuga, ao mesmo tempo, as dimensões burocrática e simbólica, que juntos são os responsáveis pela estruturação das atividades neste ambiente. Todos os elementos destas duas dimensões, nos possibilitam diferenciar o campo militar de outros campos sociais e nos fornecem elementos para compreender o contexto organizacional no qual ocorrem as relações entre militares, que “(...)interiorizam suas estruturas transformando-as numa estrutura mental capaz de orientar suas práticas diferenciando-os de outros indivíduos” (ROSA, 2007, p.147).

3.2.1 O *habitus* militar

O campo militar com todos os seus elementos só terá sentido para o indivíduo quando introduzidos, por meio de uma ação pedagógica socializadora, no mesmo; isto é, através da inculcação nos dos cursos de formação, sejam quais forem, nos quais ocorre a construção do *habitus* militar (ROSA, 2007, p.147-148). A preservação desse *habitus*, no entanto, só é possível através de sua reprodução contínua, o que acontece através do “fechamento” da instituição, que favorece fortemente a manutenção e o reforço deste *habitus* durante a carreira do militar.

Quando falamos de *habitus* militar deve ser assinalado desde já sua relação histórica com construção social da masculinidade nos países ocidentais. Se a construção do Brasil foi um empreendimento militar, a construção das Forças Armadas, foi um empreendimento masculino. Masculinidade e militarismo, assim como demonstrado no primeiro capítulo, estão intrinsecamente interligados neste campo.

A passagem do período medieval para a Idade Moderna trouxe consigo uma nova composição de um ideal de masculinidade: um homem burguês *corajoso, sóbrio, responsável, honrado e disciplinado*. Todavia, a transição de um modelo de sociedade para outro não representou uma ruptura completa e alguns elementos foram trazidos para a nova formação, como a permanência da organização militar como o lugar ideal de preservação, demonstração e criação das subjetividades masculinas, que abriga e privilegia a *masculinidade hegemônica* (BASHAM, 2016).

Nesse sentido, a Idade Moderna e a necessidade de manutenção da soberania nacional territorial resultaram no surgimento da organização militar moderna, a que emprega os meios legítimos de uso da força. Nestas organizações, o homem moderno burguês encontra na função de *soldado* a possibilidade de continuar defendendo sua honra, como antes fazia no período medieval, mas agora uma honra vinculada a uma causa nobre da modernidade, a defesa da pátria. Por conseguinte, surge a necessidade de

(...) criar mecanismos para controlar o ímpeto de possuir em suas mãos a força da espada. Com efeito, emergem os processos de inculcação da *hierarquia* e da *disciplina* no sujeito militar que, na confluência dos ideais burgueses permeados pela tradição da espada, fosse capaz de agir docilmente na paz e furiosamente na guerra, (...) diante da crença em algo maior: a nação (ROSA, 2007, p.150, grifos do autor).

Mais além, devemos nos atentar para a discussão apresentada no primeiro capítulo sobre a construção da masculinidade. O campo de batalha é historicamente associado a liberação da masculinidade mais autêntica. Impulsionado pela testosterona e capacitado por seus corpos musculosos, a identificação do homem com a agressividade, a luta e o militar ganha caráter de *natural*, de biológico (CARREIRAS, 2009; BOURDIEU, 2019).

Desde crianças os homens são levados a construir um imaginário de padrão normativo que identifica a masculinidade com a força; de todos os meninos é esperado que atestem sua masculinidade através de situações de demonstração de força e iniciativa, que se destaquem na multidão e assumam a liderança, afinal, todos os heróis e guerreiros são assim (CHAMBOULEYRON; RESENDE, 2006).

Destarte, honra, virilidade e violência mesclaram-se e materializaram-se na figura do homem-soldado-patriota, *ideal militar* que se instituiu como o *ideal masculino* no decorrer das

duas guerras mundiais do século XX. Ainda, no espectro desse ideal, há uma hierarquia de “mais homem” ou “menos homem”, em que o *mais homem*, aquele incorpora todos os aspectos da masculinidade hegemônica, funciona como um ideal normativo e almejado (CHAMBOULEYRON; RESENDE, 2006; ROSA, 2007).

A distância que se verifica entre o campo civil e o campo militar, ainda, beneficiam este pois facilita que ele preserve seus costumes, valores e características das mudanças que ocorrem ao redor, e, assim, não precisam responder a diversos ataques que os questionem. Por conseguinte, a característica masculina da cultura militar permanece e é significativa, além de facilitar as guerras, pois moldam como elas são organizadas (BASHAM 2016). Todo esse processo antecede a criação das Forças Armadas brasileiras, no entanto é formador da *doxa* militar, e da *doxa* militar brasileira, que estão fortemente imbricadas à *doxa* masculina da sociedade.

Por força da socialização e dos próprios militares, a instituição militar permanece como o coração da ordem masculina porque é assim que estes últimos desejam se ver. No entanto, a contínua reprodução dessa lógica militar moderna depende de uma ação pedagógica que possui força o suficiente para inscrever nos corpos a *doxa* e transformá-la em disposições duráveis capazes de orientar as práticas no campo militar (ROSA, 2007, p. 150).

Todavia, os indivíduos não nascem membros da sociedade, já com sua *doxa* inculcada e seu *habitus* definido (BOURDIEU, 2019). Ele nasce com a predisposição para a sociabilidade e dependem de uma porta de entrada para se tornarem membro de uma sociedade, o que corresponde a um processo de socialização. Essa socialização, por sua vez, ocorre em duas fases ao longo da vida: (i) a socialização primária e a (ii) a socialização secundária (ROSA, 2007; SETTON, 2002).

Na primeira fase, o indivíduo tem seu primeiro contato com o universo simbólico do campo onde se encontra, ele é envolto por um sistema de referências iniciais que devem ser interiorizadas. Nesse processo de interiorização, a realidade objetiva vivenciada se modifica, sendo re-significada de acordo com a posição do indivíduo na estrutura social, formando o *habitus* primário do mesmo e servindo de referência inicial para a interiorização de outros sistemas de referências que surgirão no decorrer de sua vida (ROSA, 2007, p.151-152).

A segunda fase envolve, por sua vez, a interiorização de campos sociais específicos, como escola, universidade, local de trabalho, que estão presentes na vida do indivíduo por diferentes variáveis. Nesse movimento, há uma tentativa de inserir um *habitus* secundário sobre o *habitus* primário. Mas há uma resistência por parte do primeiro em se permanecer como única

matriz geradora das práticas do sujeito, o que Löic Wacquant chama de “inércia do *habitus*” (ROSA, 2007, p.152). A fim de evitar essa inércia em novos campos é preciso que ocorra uma ação pedagógica capaz de imbuir nos novos participantes do espaço a dinâmica cultural em vigor, a *doxa*. Para Rosa (2007), no caso da socialização militar, em que civil se transforma em militar, ocorre uma socialização extremamente violenta do ponto de vista simbólico, que busca, no limite, eliminar o *habitus* primário de um indivíduo para gerar um novo. Essa ruptura com o mundo civil e a inculcação da *doxa* militar são acontecimentos que tomam parte nas Academias militares, mas também em outros espaços de ação pedagógica, que diferem entre si no formato e na duração conforme o nível hierárquico.

O processo inicial de socialização que ocorrem nas três Academias brasileiras - que também possuem divisão entre combatente e técnico, mas são os únicos que possuem acesso ao topo da carreira -, AFA, AMAN e Escola Naval, como colocado por Emília Takahashi (2002), Celso Castro (1990) e Maria Rosa Lombardi, Cristina Bruschini e Cristiano Mercado (2009) respectivamente, são similares em diversos aspectos e atividades. Todas as atividades possuem significados práticos e simbólicos - são como estratégias de socialização (ROSA, 2007, p.153) - e objetivam imprimir no novo cadete ou aspirante o conjunto de valores, normas e padrões de comportamento necessários à manutenção da identidade e da integridade da instituição, que, como tratado anteriormente são ideais masculinos desde a origem do militar moderno.

O processo de socialização total, contudo, jamais se completa, pois os conteúdos interiorizados se juntam a outras realidades interiorizadas devido à presença do indivíduo em múltiplos campos, por mais que o alto escalão militar deseje, o *habitus* primário e outros *habitus* secundários irão coexistir com o *habitus* militar. Dessa forma, há a necessidade da manutenção da realidade subjetiva, da conservação do *habitus* militar por meio de processos que não são diferentes daqueles que ocorrem na socialização inicial (ROSA, 2007, p.154). O *ser militar*, assim, não depende somente dos conteúdos impostos durante o curso de formação, de oficial ou não, mas depende também da convivência contínua no campo militar e pelo contrato com outros militares, como Piero Leirner (1997) coloca, afinal “[...] só é possível o indivíduo manter sua auto-identificação como pessoa de importância em um meio que confirma esta identidade”.” (LEIRNER, 1997, p.154).

Há nos órgãos formadores uma preocupação em homogeneizar os membros por meio de um processamento padrão. Essa homogeneização está objetivada na farda, na postura, no corte de cabelo e é reproduzida também nos comportamentos que são ensinados e estão

previstos no regulamento. O período que o indivíduo passa nesses espaços de aplicações pedagógicas trata-se de uma padronização de conteúdo que são inscritos em suas mentes e corpos (ROSA, 2007). Utilizando a abordagem de Foucault (2007), percebe-se que a relação dos militares com o corpo é algo de suma importância para compreender a dinâmica simbólica desse espaço. Há na instituição uma *pedagogia do corpo*, e todo o processo de aprendizagem militar visa moldar o mesmo de tal forma em que se ajuste às normas e possa reduzi-las dócil e performaticamente. O agente disciplinador, parte do pressuposto de que o indivíduo, entregue à sua própria socialização, escapa do controle e, portanto “(...) precisa ser disciplinado, numa extensão significativa, por algum agente simbólico forte o suficiente, quase como uma representação real de uma ideologia” (MENEZES, 2018, p.102)

Todavia, as práticas pedagógicas se diferenciam conforme o nível hierárquico em que o militar se encontra. Aquelas que acontecem fora do âmbito das Academias são menos intensas, pois ocorrem, algumas, em regime de externato e possuem conteúdos acadêmicos, além de convivência com civis (como o IME), e outras em locais descentralizados, com menos tempo de formação (nas academias são de 4 a 5 anos) e com a aceitação de uma faixa etária maior (como na EsAEX e EsSEEx). As formações de militares temporários, oficiais ou não, já são prejudicadas pois não estão no mesmo status da formação de um militar de carreira, são “menos militares” que os demais, e também não possuem a mesma intensidade, duração, além de contarem com faixa etária maior e conteúdos mais básicos, técnicos ou acadêmicos. A formação dos soldados ou recrutas, por fim, é ainda mais curta e oferece poucas possibilidades de ascensão; os conteúdos são eminentemente práticos e seu *status* é necessariamente de militar temporário, pois não há uma carreira de soldado em nenhuma das Forças (ROSA, 2007, p.163).

Em todo esse processo de formação militar se objetiva construir e imprimir uma forma de pensamento e ação que são característicos da profissão militar. Tal como em Rosa (2007, p.165), todos esses comportamentos definem o *Espírito Militar*, apresentado por Celso Castro (1990). Podemos compreender, assim, que o espírito militar é um tipo específico de subjetividade, construído a partir de outras subjetividades. Ele atua como um pano de fundo cultural compartilhado pelos militares. O autor entende que esse *espírito* abrange aspectos relativos às chaves de poder/distinção, hierarquia/disciplina e honra/tradição, formando os elementos constitutivos para a manutenção do sistema de posições no campo militar e das relações que servem de base para o que nós entendemos aqui como *habitus* militar.

Castro (1990) em seu estudo etnográfico na AMAN, coloca que todos os rituais, a rotina regrada, a homogeneização, a frequência do contato, o respeito, a hierarquia, a pressão, a

coesão, o companheirismo, o planejamento, os símbolos, as gírias, as preocupações compartilhadas, a oposição entre os civis, a coletividade, entre outros, são todos elementos que estão presentes neste espírito de corpo que é aprendido e incorporado por *todos os militares*. São as escolhas das especializações que irão diferenciar os indivíduos que frequentam este espaço, o que ele chama de espíritos das Armas, mas essas características estarão sempre presentes em seus comportamentos e visões de mundo. Ainda, além do espírito das armas, a caminho do espírito militar, tem-se os espíritos das Forças: Força Terrestre, Força Naval e Força Aeronáutica, pois cada Força possui seus treinamentos e *modus operandi*, que são resultados do modo de operarem em guerra. Conforme Menezes (2018), as relações entre os militares possuem peculiaridades em cada Força e que estão presentes não só na relação de uma com outra, mas também nas relações que os membros de um mesmo grupo mantêm entre si. E mesmo que as características que diferenciam os militares de cada força sejam identificadas, elas estão ocultas no campo da semiótica que os próprios militares nem sempre percebem e, de um modo geral, eles mesmos não são capazes de compreender como essas diferenças operam em seus comportamentos.

Diante do grupo dominante de todo o campo, a dinâmica do mesmo tende a ser gerida de forma a conservá-la, e isso implica uma lógica socializadora que imprima essa dinâmica nos novos membros do campo. Assim, “(...) aspectos relativos à hierarquia, à disciplina, à honra e à tradição [assumidos aqui como pilares do campo militar] devem ser devidamente incorporados para, num segundo momento, comporem a matriz geradora das práticas consideradas legítimas nesse espaço de possíveis” (ROSA, 2007, p.171).

Nesse sentido, todos esses aspectos - espírito militar, espírito das Armas, espírito das Forças, hierarquia, disciplina, honra e tradição - são incorporados e delimitam, assim, como cada indivíduo, de acordo com sua posição, transforma as disposições sociais (campo) em estruturas mentais (*habitus*), gerando uma matriz única de referência que servirá de guia em suas práticas exteriorizadas no cotidiano (ROSA, 2007).

O *habitus* militar surge, assim, a partir da “(...) exteriorização de disposições morais que regulam a conduta cotidiana do indivíduo militar por meio do *ethos* militar e de princípios interiorizados pelo corpo por meio de seus usos em atividades ligadas à postura, gestos, verbalizações, etc. definidos como *héxis* militar” (ROSA, 2007, p.187). *Ethos* e *héxis* são, então, categorias correlatas e que formam o *habitus* militar na medida em que trabalham juntas na formação dos esquemas de percepção capazes de definir a forma como os militares se movimentam em suas relações (ROSA, 2007).

O *ethos* militar pode ser percebido como a faceta moral do *habitus* militar. Apesar dos diferentes tipos de socialização que existem no campo em questão e das consequentes diferenças nas formas como os militares se expressam, existem comportamentos que são comuns a todas as especialidades e reforçam o sentimento de comunidade, que podem ser lidos como tendências gerais do *ethos* militar (ROSA, 2007).

A demarcação entre o mundo militar e o civil; a correlação e a compatibilidade entre a educação tradicional de casa e a educação profissional militar; a prevalência do mundo militar frente ao mundo civil no corpo e na mente do agente que neles circula, em uma espécie de identidade que não cessa no tempo e que se torna uma marca registrada. Todos esses operam mais do que somente um ajuste de subjetividades as quais os sujeitos devem se adequar ao adentrar no campo militar, eles permitem a conversão do *habitus* do indivíduo, e podemos, assim, observar nos espaços de ação pedagógica a tentativa de totalização do *habitus* militar e a neutralização do *habitus* civil. Essa nova identidade, a partir de então, construirá a matriz de julgamentos do sujeito e organizarão suas práticas (BOURDIEU; PARSONS, 1982 apud ROSA, 2007, p.189).

É o ajuste que acontece entre as camadas do *habitus* junto da totalização da identidade militar e da adesão *dóxica* da norma, que nos permite compreender como as estruturas sociais são convertidas em estruturas mentais formando o sistema de referência das práticas no campo militar. E são as chaves de *poder/distinção*, *hierarquia/disciplina* e *honra/tradição* que conduzem a lógica de reprodução e conservação dessas estruturas e dinâmicas por toda a vida do militar. É através da externalização destes eixos nos julgamentos morais que os militares realizam que se opera o *ethos* militar (ROSA, 2007, p. 191).

Alguns depoimentos colhidos por Takahashi (2002) demonstram bem o *ethos* interiorizado pelos militares e como ele sempre reforça a oposição entre os eles e os civis, como o abaixo:

Quem tá se formando em faculdade aí fora (mundo civil) não tem alguém acompanhando prá que eles se comportem de uma maneira, eles não são direcionados, eles estão à mercê dos acontecimentos ali, agora aqui não, aqui a gente tem alguém direcionando prá sair do jeito que tem que ser o militar. A mentalidade também é diferente, por exemplo, se você falar do Brasil, o pensamento lá fora é sempre se apedrejar, de criticar, aqui dentro a gente procura trabalhar mais prá melhorar o que tá errado. Isso faz parte da doutrina que a gente recebe aqui, todo o dia tem parádão, tem o hino, a bandeira e a gente acaba desenvolvendo o amor à Pátria (Cad Av, retirado de TAKAHASHI, 2002, p.234, grifos do autor).

Outros, colhidos por Castro (1990) também o demonstram bem, como:

Eu acho que têm certas coisas que o militar tem que ter mais firme do que o civil, certas coisas que a carreira exige 51/247 mais. Como, por exemplo, a cola. A cola em prova, aí fora o pessoal todo ... é normal. E se eu estivesse estudando aí fora

naturalmente eu estaria colando, assim como eu colava antes de entrar pra cá. Aí, quando você tá entrando [na Aman] o pessoal: “Não, colou é desligado.” Entendeu? Um troço assim ... um senso de honestidade que tem que ser levado a sério (retirado de CASTRO, 1990, p.51-52).

Me traz muita satisfação ter um uniforme, a consciência de fazer parte do Exército. A gente se sente bem porque não é uma partícula isolada na sociedade, uma pessoa que tem a vida dela e vai pra casa e vai pro trabalho... A gente faz parte de uma coisa muito maior... tanta gente, tantos interesses do país inteiro. Isso traz até uma segurança psicológica e um conforto também, de você fazer parte de uma coisa grande e importante. Isso me traz orgulho, eu me sinto bem de estar aqui. Não sei, acho que eu vou sentir sempre isso. Quando ajo de uma forma que eu não acho coerente com o estatuto militar, eu me julgo um pouco... forçando, agindo contra a minha natureza (Cadete do 4º ano, retirado de CASTRO, 1990, p.55)

A *héxis* militar, por sua vez, é pode ser apreendida como a dimensão corporal do *habitus* militar. O processo de incorporação das estruturas sociais ocorre com a inscrição nas *mentes* e nos *corpos*; destarte, se o *ethos* é o resultado dessa inscrição nas mentes, a *héxis* é a inscrição delas nos corpos (ROSA, 2007).

Vale ressaltar que o corpo e todos os seus usos possuem grande importância no campo militar, tendo em vista o caráter performático desse corpo; afinal a guerra ainda tem o elemento humano como fator de decisão dos conflitos. Nesse sentido, apesar de a socialização ocorrer de forma diferente de acordo com a posição na hierarquia, a dimensão corporal do *habitus* em todas elas, condiciona o corpo do agente militar a assumir gestos, verbalizações e movimentações que muitas vezes escapam ao controle do próprio indivíduo, sendo exteriorizado de forma inconsciente. A continência, a tensão constante do corpo, a fala somente autorizada, o uso e o alinhamento corporal com farda, são inculcações que ensinadas através de ações pedagógicas se inscrevem de forma permanente no corpo dos militares e passam a fazer parte do seu *habitus* e de sua personalidade.

O deslocamento para o rancho será em passo ordinário, mantendo-se o alinhamento das fileiras pelo centro, até o passadiço do refeitório, quando os cadetes tomarão o passo sem cadência e retirarão a cobertura. A entrada no rancho deverá ser realizada sem atropelos e em silêncio. Uma vez dentro do refeitório, cada cadete dirigirá-se à para seu lugar e tomará a posição de “descansar”. O auxiliar do oficial-dedea ao Corpo de Cadetes comandará “sentido!” e, após 21/247 apresentar o Corpo de Cadetes ao oficial mais antigo presente, comandará “Corpo de Cadetes, à vontade!”. A pasta (ou bernal) e a cobertura só poderão ser colocados sob a cadeira depois do comando de “à vontade” (CASTRO, 1990, p. 22)

Nesta passagem em *O espírito militar* (CASTRO, 1990) fica claro toda a dimensão que o corpo apresenta no espaço militar. Elementos como a farda, o uniforme, o distintivo, todos previstos nos regulamentos, são elementos que compõem e exteriorizam a *héxis* do campo militar; a padronização corporal é elemento chave para toda a construção da identidade militar oposta à civil. Todavia, não é somente a farda que permite que o militar seja identificado e reconhecido pelos seus pares; o corpo do indivíduo, a partir da inculcação da *héxis*, fica

condicionado a agir somente dentro do permitido pela norma. Esta que não define objetivamente quais devem ser as atitudes ou maneiras do militar, mas sim deixam a cargo da liderança/autoridade pedagógica interpretar e decidir como deseja (ROSA, 2007).

Em algumas falas de militares retiradas de entrevistas realizadas por Castro (1990), Takahashi (2002) e Lombardi, Bruschini e Mercado (2009) fica muito claro toda a importância que o corpo e a vestimenta ganha no meio militar e como eles são um dos primeiros elementos de caracterização do mesmo.

Fui pra Cabo Frio, eu e mais três amigos daqui.... Praia, o maior sol, a gente já tava há um bom tempo fora da Academia, tava todo mundo com o cabelo mais grande já, não dava tanto aspecto assim militar. Aí na praia tinha um oficial de Artilharia ..., ele levantou e veio falar comigo, já chegou perguntando como é que tava a Academia. Não é sacanagem não, fiquei abismado! Eu perguntei pros meus colegas: “Porra, tá escrito aqui [na testa] que eu sou cadete, por acaso?” É um troço estranho. (Cadete do 3º ano, retirado de CASTRO, 1990, p.47)

(...) não deixei de usar... eu procurava... nunca usei saia curta, a gente tem que entender “eu não estou aqui para ser a bonitinha”, esse tipo de coisa, porque senão... a gente está aqui para trabalhar e eu tenho que entender que o ambiente é esse. Se lá fora eu quero usar um vestido decotado, uma roupa curta é outra coisa, aqui dentro não....então isso talvez tenha evitado de alguém... achar que eu estava para fazer gracinha, “ Ah, é mulher, não sei lá o que “... eu sempre procurei ser igual, é lógico que se eu não conseguisse fazer uma educação física ou tinha uma dificuldade, eu ia e falava... Existe a atração, a gente não vai negar, não corre sangue de barata, mas as pessoas têm que saber lidar (retirado de LOMBARDI; BRUSCHINI; MERCADO, 2009, p.76)

Todos esses elementos demonstram como uma série de injunções tácitas e regulamentares operam nos limites do corpo e da mente de um militar, funcionando como uma estrutura estruturante, condicionando-o a agir e pensar de maneira ortopédica e automática (ROSA, 2007, p.206) em suas atividades. Todos eles operando em conjunto nos fornecem um caminho para compreender como se constrói o *ser militar brasileiro* e como e por que eles perpetuam sua lógica de funcionamento e identidade. Nos fornecem também um caminho para compreender uma série de disposições duráveis, inscrita em um conjunto de corpos, que parecem permanentes, estruturas estruturadas, mesmo diante todas as mudanças que tomaram cena nestas últimas décadas. Nada obstante, diversas mudanças - ou avanços - podem ser verificados nas Forças Armadas brasileiras desde o fim do período do regime civil-militar, mudanças estas que em partes foram pressionadas pela sociedade civil, dentre elas a inserção feminina nas casernas. Mesmo ocorrendo de formas e em momentos diferentes, as três Forças alcançaram o século XXI com mulheres em seus contingentes e observando mudanças em seus comportamentos, visões de mundo, espaços, treinamentos, uniformes. Radicalmente, no entanto, pouco foi alterado; o generalato ainda é composto por homens, e homens combatentes, as mulheres ainda são motivo de demérito para alguns, algumas especialidades ainda não

contam com a presença feminina, entre muitos outros. A entrada feminina nas Academias, no entanto, mais do que causar mudanças na estrutura simbólica do ambiente militar, também implicou mudanças na dimensão burocrática da organização. Ao mesmo tempo, sua inserção também foi moldada diretamente pelos cargos por elas ocupados na escala hierárquica do campo.

3.2.2 O *nomus* militar

Para Piero Leirner a hierarquia militar possuir uma ambiguidade intrínseca: “(...) ao mesmo tempo em que é um princípio geral, presente em toda a instituição militar, é também um princípio segmentador — e não somente entre patentes, mas de pessoa a pessoa” (LEIRNER, 1997, p.72). Assim ela funciona dando sentido tanto à ação individual dos membros (para subir na carreira) quanto à ação coletiva (para se posicionar frente outros grupos). Por isso, tal como em Leiner (1997) e em Rosa (2007), a hierarquia constitui a chave que permite entender a identidade militar, pois ela é um fenômeno capaz de colocar em movimento e organizar a totalidade de seu grupo e suas instituições.

Sabe-se que, conforme a experiência brasileira, a hierarquia militar tem seu primeiro modelo na hierarquia social. Com a profissionalização e burocratização da organização, essa estratificação foi aprimorada chegando na estrutura que conhecemos da hierarquia militar e da relação comando-obediência da instituição. As posições que então estruturam o campo militar são demarcadas com base no princípio da hierarquia militar. Toda a estrutura sinaliza para uma organização em formato piramidal, em que a base é maior que o topo.

Os diversos postos e graduações que organizam os níveis de comando-obediência são também posições de poder ocupadas pelos participantes do campo que, por compartilharem de uma dinâmica relativamente autônoma, diferenciam-se de outros campos sociais, estabelecendo (...) um contraste entre “nós” militares e “eles” civis – membros outros campos (ROSA, 2007, p.133).

Há uma diferenciação inicial nesta classificação: os *postos* e as *graduações*. Por *postos* podemos entender o grau hierárquico do *oficial*, conferido por ato do Presidente da República ou do Ministro de Força Singular e confirmado em Carta Patente. Já as *graduações* são o grau hierárquico do *praça*, conferido pela autoridade militar competente. Cada posto ou graduação possui funções específicas conforme as competências de cada cargo e são obtidos/alcançados por meio de concurso público, convocação para o serviço ativo, incorporação militar ou promoções durante a carreira. Essas posições (Anexo I) são reconhecíveis no dia a dia por meio

da farda que traz consigo as insígnias de cada posto/graduação; são símbolos físicos que representam a autoridade de quem o carrega.

Aqueles que podem exercer poder sobre outros - subordinados - o fazem por meio das normas militares, que se apresentam através de estatutos, códigos, regulamentos, instruções reguladoras e normas gerais de ação. Estas normas, juntamente das sanções morais que existem no plano simbólico, buscam manter os padrões obtido durante a socialização militar, assegurando a docilidade dos corpos. Cada Força possui um conjunto de normas, mas algumas como o Estatuto dos Militares, o Regulamento Interno de Serviços Gerais, Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (Rcont), são comuns às três.

Vale ressaltar que as patentes utilizadas hoje ainda mantêm uma composição próxima à original, inclusive em sua nomenclatura. A maior parte das patentes do Exército, por exemplo, persiste desde o período colonial brasileiro. Esse fato contribui para constituir a hierarquia como um elemento que suporta em face de diversas transformações históricas. “(...) [A]ssim, pode-se dizer que a própria hierarquia acaba por assumir um sentido estrutural na organização social da corporação que, por isso, também tende à permanência” (LEIRNER, p.59).

No entanto, esta estrutura piramidal não opera como um monolito e permite essa divisão somente entre *oficiais* e *praças*. Rosa (2007, p.110) coloca que são existem três clivagens importantes que dizem respeito à profissão militar: i) entre *oficiais* e *praças*, a base do binômio comando-obediência; ii) entre *combatentes* e *técnicos*, ou seja, entre atividade-fim e atividade-meio, na qual os segundos estão racionalmente (através de normas) e simbolicamente proibidos de comandar operações de combate (não chegam ao generalato); e iii) entre militares de *carreira* e *temporários*, na qual mesmo ocupando o mesmo nível hierárquico na mesma especialidade, ambos diferenciam-se no que diz respeito ao *comprometimento* com a função e à *formação militar* que receberam.

Os militares de carreira são aqueles que têm a possibilidade de se aposentarem na organização e de concorrerem a todas as promoções possíveis dentro de cada carreira, e que trazem consigo a formação profissional adquirida nas Academias, a saber: a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), do Exército Brasileiro; a Escola Naval (EN) da Marinha do Brasil; e a Academia da Força Aérea (AFA), da Força Aérea Brasileira. É este grupo que pode chegar até os postos de oficial general, e concorrer ao comando de sua respectiva Força. É este grupo também que privilegia o exercício da masculinidade hegemônica e que ainda possui

proibições quanto à inserção feminina em algumas áreas, e é por este motivo que ele será o foco da discussão que se segue neste e no capítulo seguinte.

Mais além, Leirner (1997) coloca que dentro dessa segmentação escalonada no corpo das Forças há uma outra divisão, que diz respeito aos chamados círculos hierárquicos, que são o âmbito de convivência entre os militares de mesma categoria e que tem a finalidade de desenvolver a coesão entre os integrantes. Estes círculos se dispõem em três, sendo eles: o círculo de *oficiais*, o círculo de *praças* e o círculo de *praças especiais*.

Estes círculos não representam somente uma divisão que está no Estatuto dos Militares, eles são incorporados a fundo na conduta militar e podem ser vistos dividindo locais como ambiente de trabalho, salas, refeitório, banheiro, ou mesmo em certas formações e exercícios. Caso sejam misturados, o encontro é visto como uma *promiscuidade*, o que demonstra como essa divisão está arraigada nos militares (CASTRO, 1990). Nas Academias Militares essas divisões são gritantes e estruturantes de toda a dinâmica das relações sociais deste ambiente, como bem demonstra Celso Castro em sua pesquisa na AMAN no início da década de 1990, nos mostrando a dimensão da importância da hierarquia para este campo.

Na AMAN, por exemplo, o contato entre os cadetes do 1º ano com outros oficiais que não estão no Curso Básico é restrito. Apesar de o contato dentro da turma ser intenso e frequente, ele decresce na medida em que o oficial sobe na hierarquia e/ou se especializa. O tenente, comandante do pelotão é, apesar de ser o que mais “aperta” os cadetes, aquele que é mais “amigo”, conversa com eles mais “abertamente” e os conhecem. O capitão, comandante do pelotão, possui ainda menos contato com os cadetes do Curso Básico. Além da hierarquia, a localização da sala do comandante ajuda a construir essa distância (CASTRO, 1990).

Ainda dentro da Academia do Exército, além da escalonação de postos, os cadetes distinguem entre chefes e líderes, uma diferença que coincide com a diferença entre a ascendência por meio da autoridade e por meio do prestígio. A primeira ascendência investe a pessoa de uma relevância que não vêm de sua própria individualidade, e está baseada em normas impessoais e objetivas. A ascendência do chefe está ligada à posição que ele ocupa, e ele está preso às normas e aos regulamentos do cargo que ele ocupa. Já a ascendência pelo prestígio tem sua origem na individualidade do líder. Este se distingue do chefe por um prestígio específico e está subordinado ao mesmo, apesar de os cadetes atribuírem uma valoração maior ao líder, pois eles são os oficiais que despertam confiança. Os cadetes também distinguem os oficiais entre “bons” e “maus”. Os oficiais bons são aqueles que sabem os limites de sua autoridade, que percebem o que e como ordenar, que possuem humanidade ao tratar seus

subordinados; o oposto à essas características são os oficiais maus. Essas características e comparações, no entanto, são válidas apenas para os alunos fora do Curso Básico, pois os cadetes do 1º devem uma obediência cega e sem limites, afinal eles são calouros e não estão acima de ninguém. Dentro do próprio corpo de cadetes, o status do indivíduo varia conforme o ano em que ele está, assim como as denominações informais que eles recebem durante os quatro anos. Ironicamente, os calouros (1º ano) estão mais em contato com os aspirantes (4º ano), tanto de maneira informal quanto formal (CASTRO, 1990).

Assim, retomando toda a estrutura da pirâmide, pode-se verificar que no Exército, entre os oficiais, ocorre uma subdivisão de círculos hierárquicos que agrupam os “(...) oficiais subalternos (2º e 1º Tenentes), os oficiais intermediários (Capitão), os oficiais superiores (Major, Tenente-Coronel e Coronel) e os oficiais gerais (General-de-Brigada, General-de-Divisão, General-de-Exército e Marechal)” (ROSA, 2007, p.135). Já no círculo dos praças, “(...) há subdivisões que agrupam os subtenentes e sargentos (3º, 2º e 1º Sargento e Subtenente) e os cabos e soldados (Taifeiros, Cabos, Soldados e Recrutas) (...)” (ROSA, 2007, p.135). Mais além, há o círculo dos praças especiais que, em todas as três Forças, coaduna os alunos de escolas oficiais (Academias) e de escolas de sargentos, que ao se formarem ocupam oficialmente seus postos como oficiais subalternos (inicialmente) e sargento.

Na Marinha, por sua vez, o círculo de oficiais se subdivide em oficiais subalternos (2º e 1º Tenentes e Guarda-Marinha), oficiais intermediários (Capitão-tenente), oficiais superiores (Capitão de Corveta, Capitão de Fragata e Capitão de Mar e Guerra) e oficiais gerais (Contra-almirante, Vice-almirante, Almirante de Esquadra e Almirante). No círculo dos praças, as subdivisões são o grupo de suboficiais e sargentos (3º, 2º e 1º Sargento e Suboficial) e os cabos e marinheiros/soldados (Cabo, Marinheiro, Soldado e Recruta) (BRASILa, 2020).

Já na Aeronáutica, assim como nas outras duas Forças, o círculo de oficiais se subdivide em oficiais subalternos (Aspirante, 2º e 1º Tenentes), oficiais intermediários (Capitão), oficiais superiores (Major, Tenente-Coronel e Coronel) e oficiais gerais (Brigadeiro, Major-Brigadeiro do Ar, Tenente-Brigadeiro do Ar e Marechal do Ar). Já nos círculos dos praças, as subdivisões são o grupo de subtenentes e sargentos (3º, 2º e 1º Sargento e Subtenente) e os cabos, taifeiros e soldados (Cabo, Taifeiro, Soldado e Recruta) (BRASILb, 2020)

Toda essa divisão em círculos e semicírculos reflete a classificação estática dos militares e possibilita um vislumbre da estrutura da hierarquia entre eles, que forma uma pirâmide, com os generais no topo e os soldados na base. Entretanto, como aponta Leirner (1997) os desdobramentos da hierarquia no interior da organização não são tão visíveis quanto a mesma,

mas eles ocorrem e conferem dinâmica à classificação dos militares na cadeia de comando, pois fazem com que “(...) os indivíduos com a mesma patente podem ocupar diferentes *posições* na escala de subordinação” (LEIRNER, 1997, p.47, grifo do autor). Nesse sentido, a hierarquia das Forças Armadas, não é um simples sistema piramidal, mas consiste assim em um sistema em que dentro da própria pirâmide a hierarquia é quantitativa, pois ocorre uma diferenciação entre aqueles que ocupam as mesmas patentes, diferenciação esta que leva em conta diferentes fatores objetivos e simbólicos. Percebe-se também que a estrutura racional da instituição militar opera ao mesmo tempo a divisão do trabalho de forma vertical e horizontal, na medida em que cada departamento ou especialização está posicionado em uma hierarquia de acordo com a cadeia de comando militar e seus diversos níveis de gerência (ROSA, 2007).

Essa classificação entre as posições de mesma posição na hierarquia começa nas Academias militares. Como demonstrado por Castro (1990), ao final de cada semestre e ano, os cadetes e aspirantes são ordenados de acordo com suas notas das matérias que tomaram no referido período. Esse ordenamento segue ainda ao ano de formatura dos alunos, em uma espécie de fila para promoções no decorrer da carreira. Mas essa fila, a partir da formação do militar, é modificada pelo *mérito*, que altera a classificação inicial na medida em que o militar pode acumular ou perder pontos no decorrer de sua carreira. Nesse sentido fica claro que a hierarquia militar não é um sistema estático, mas sim um sistema que possui diversas possibilidades ao longo da carreira, que dependerão do desempenho do militar e das opções profissionais que surgirem nesse trajeto. A posição do militar no campo militar dependerá então dessa dupla chave de classificação disposta simultaneamente pelo *tempo de serviço* e pelo *mérito* acumulado. A classificação por *mérito*, rompe com a imutabilidade da estrutura hierárquica determinada pelo *tempo de serviço*, alterando o grau de antiguidade e estabelecendo um outro plano, pelo qual a estrutura aceita a mobilidade social; caracterizando esse sistema duplo de classificação (LEIRER, 1997).

A particularidade da classificação por *mérito*, reside no fato de que as avaliações são feitas localmente, pelo comandante da unidade militar a que o militar pertence. Dessa maneira, ele não é um mecanismo linear e homogêneo, ela permite que as relações pessoais influenciem em seu resultado final. Todavia, não se pode esquecer que mesmo as relações sociais dependem dos círculos hierárquicos e, portanto, da posição da patente entre comandante e subordinado; há aqui uma inclinação a manter a elite dos “oficiais” como elite, pois, entre todos os militares, são aqueles que possuem o poder de classificar e de comandar, e, certamente, irão privilegiar seus próximos (LEIRER, 1997).

Pela classificação se define o que foi, o que é e o que vai ser cada indivíduo dentro da Força. É a partir dela que se definem as trajetórias pessoais e as posições que o indivíduo vai ocupar neste campo.

[A] hierarquia passa por vários níveis de estruturação da organização social militar: a) como princípio geral, que se aplica a todos os membros das Forças Armadas; b) nas patentes, em 16 estratos diversos (de soldado a general-de-exército, em tempo de paz), que se dispõem de forma piramidal em relação à quantidade de membros da Forças; c) nos *círculos hierárquicos*; d) na distinção entre *liderança* e *comando*; e) de pessoa a pessoa, no grau de *antigüidade*. Todos esses níveis encontram-se imbricados — não há como pensar um sem os outros —, pois fazem parte da hierarquia como um princípio único e segmentador (LEIRNER, 1997, p.87).

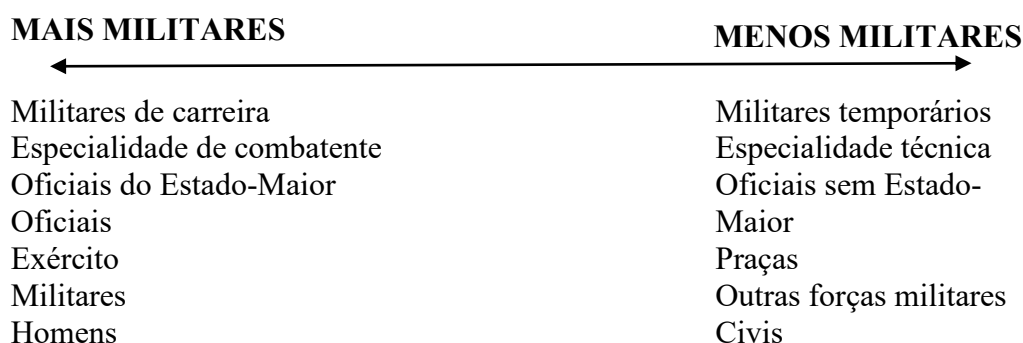
Toda essa gama de posições ocupadas é objetivada por distintivos que conferem distinção aos seus portadores, por isso eles são objetos de disputa no campo militar, porque além de possibilitarem mais chances de subir de posição, proporcionam *status*, operando, tal como em Rosa (2007), como “(...) uma dupla acumulação *objetiva* e *subjetiva* de capital militar por parte dos portadores de tais distintivos” (ROSA, 2007, p.138, grifos do autor).

Todavia a possibilidade de acumulação dessas distinções não é livre e indeterminada. Existem determinadas patentes que são privativas dos militares de carreira, algumas que são privativas dos militares combatentes e, ainda, algumas privativas dos oficiais militares combatentes. Nesse sentido, para os oficiais militares combatentes todas as possibilidades de ascensão na carreira estão disponíveis. Entretanto, ainda deve-se levar em conta que todos os postos de combate no Exército estão vedados ao acesso feminino, diferentemente da Marinha e em partes da Aeronáutica. As oficiais mulheres do Exército Brasileiro ainda não contam com as mesmas possibilidades de acumulação de capital que os oficiais homens. São estes elementos de *hierarquia*, *mérito*, *tempo de serviço*, *liderança*, que, por serem em tese livres de gênero, permitem a continuidade da dominação racional-legal vinculada ao processo de profissionalização da profissão militar. Se assemelhados de forma acrítica, não se criam estruturas de (re)conhecimento para as mulheres nestes espaços e não são alterados, forçando uma adaptação somente do corpo feminino ao campo.

Essa movimentação “para o lado ou para cima” possibilita uma inversão simbólica da hierarquia, na medida em que o *status* adquirido por meio de algumas distinções leva um agente a ser percebido como superior, mesmo que simbolicamente. Por conseguinte, esse sujeito “(...) é capaz de se movimentar favoravelmente dentro de um dado *continuum* estabelecido pela posse e acumulação de capitais específicos que — numa escala de (o)posições — delimita quem seria “mais” ou “menos” militar que o outro” (ROSA, 2007, p.140). A busca pela antiguidade, assim, caracteriza o objeto de disputa no campo militar e sua posse oferece ao portador uma posição

privilegiada nesse espaço de possíveis, colocando ao seu alcance *capital*, de todos os tipos, e possibilidades de ascensão.

É possível, destarte, traçar um espectro entre todas essas classificações, indo do *mais militar* ao *menos militar*, sendo o primeiro grupo a classe dominante, que detém todos os meios de jogar o jogo e definir suas regras.



Fonte: Alexandre Rosa, 2007, p. 140

Como colocado anteriormente, a classe dominante é aquela que possui todas as competências necessárias para se manter nesta posição. É a classe que conhece e produz o jogo, é a que conhece as estratégias para poder acumular capital e, assim, subir na hierarquia do campo. Também, como colocado no primeiro capítulo, todos os campos possuem diferentes tipos de capitais circulando dentro do mesmo: o capital *econômico*, o capital *social*, o capital *cultural* e o capital *simbólico*. No entanto, a importância de cada um é definida de acordo com o jogo dentro do campo. No caso do campo militar, pode-se afirmar que, a dinâmica de acumulação de capitais segue uma lógica baseada na hierarquia e nos requisitos para ascender na mesma.

Por se tratar de um campo específico, Rosa (2007, p. 141) coloca que há ainda o capital militar, um capital específico que circula somente neste campo e é reconhecido somente pelos seus membros. Esse capital está intimamente ligado com as possibilidades de progredir na carreira militar e por isso funciona como uma espécie de capital simbólico, que associado a outros tipos de capital que circulam neste campo ganha outros desdobramentos, sendo seu resultado mais concreto a posição do militar na pirâmide organizacional.

Por capital econômico, podemos entender os soldos, as gratificações, as transferências de postos, tudo aquilo que possibilita que o militar acumule maior poder econômico no campo. Já por capital social, temos as relações que se desenvolvem no ambiente militar. Uma maior posse desse capital é relevante no campo militar pois, como destaca Leirner (1997), ter um

amigo militar significa ter alguém que pode beneficiá-lo por meio da influência pessoal junto aos órgãos de decisão da instituição.

Na maioria dos casos, o capital social opera em favor da(o)s militares competentes que possuem o respeito e a admiração dos seus colaboradores. Ao passo que os militares percebidos como incompetentes, tem maior dificuldade em estabelecer laços de amizade com aqueles que estão próximos dos centros de decisão (LEIRNER, 1997, p.145).

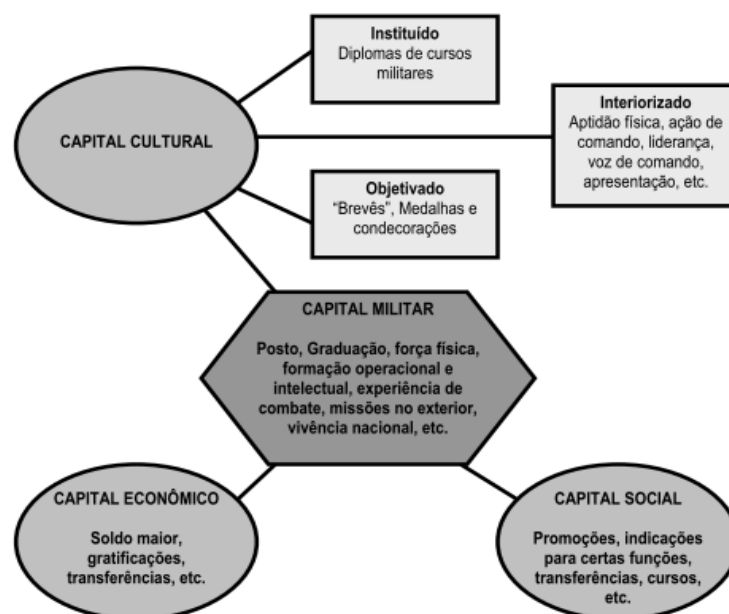
O capital cultural, por sua vez, envolve tudo aquilo que vai desde o ensino militar que o indivíduo recebeu, à cursos que ele frequentou, à distintivos e medalhas que recebeu desses mesmos cursos, à liderança que ele exerce, à ação de comando que ele dirige, entre outros. Rosa (2007) ainda coloca que ele pode ser dividido em três: instituído, objetivado e interiorizado.

Enquanto Leirner (1997, p.83) não faz uma distinção clara entre os capitais simbólico e militar, para Alexandre Rosa (2007, p.146) este último é formado pela colaboração entre o posto/graduação do militar, sua força física, sua formação operacional, suas missões no exterior e sua vivência nacional, além de outros que resultam da conjugação dos capitais na formação do capital militar, elementos e combinações que, à primeira vista, podem nos parecer simples “adornos” do mundo militar, sem maiores implicações, mas que têm uma estreita relação com a organização da estrutura hierárquica, sendo ele o mais valorizado dentre todos os tipos de capitais, afinal é o que vai permitir que o indivíduo se desloque verticalmente na estrutura.

Colocando todos estes elementos em perspectiva, temos que na dinâmica dos capitais do campo militar,

(...) a composição do capital militar se orienta por uma ordem de influências, sendo o capital econômico o menos importante e o capital cultural o mais importante dos três, em particular na sua forma incorporada que é manifestada nas práticas cotidianas e resulta de habilidades adquiridas ao longo da trajetória do indivíduo no campo militar (ROSA, 2007, p.146).

Para clarificar a dinâmica, podemos entender os capitais da seguinte forma:



FONTE: Retirado de Alexandre Rosa, 2007, p. 145

As diferenças de capital geram distinções entre os militares, sejam do mesmo posto ou da mesma especialidade. O domínio de cada tipo de capital possibilita diferentes posições para determinados segmentos na ordem simbólica militar. Em consequência, temos uma estrutura de classes em que segmentos se acumulam de acordo com a quantidade e a qualidade do capital acumulado. Podemos ter então: nas (i) classes dominantes, todo o círculo de oficiais, tendo em vista seu status histórico e sua dotação elevada de diferentes capitais, e que, por isso, possuem o poder de definir a cultura legítima do campo, uma vez que a dinâmica e o funcionamento do mesmo são desenvolvidos por eles e para eles. Em contraponto, temos nas (ii) classes dominadas, a base da pirâmide, os cabos e soldados, aqueles que possuem a menor quantidade de todos os capitais, exceto o capital físico. No meio do caminho entre essas duas, temos nas (iii) classes intermediárias aqueles que acumulam os capitais de valor médio em relação às suas extremidades, podendo estar nessas os sargentos e alguns oficiais temporários. A principal consequência desse sistema de classificações é construção de uma identidade contrastiva, assim como a que existe entre militares e civis.

Nesse sentido, fica claro que é a classe dominante aquela que possui a maior quantidade de capital militar acumulado e, conseqüentemente, a que consegue se movimentar na cadeia de comando como deseja, “para cima”. Mais além, levando em conta a própria hierarquia da instituição e o “espectro” de mais ou menos militares que se verifica, temos a definição de um grupo que é mais propício a acumular mais facilmente estes capitais e, assim, chegar nos maiores postos, “os mais militares”: os homens, oficiais, que podem alcançar o Estado-Maior, da especificidade de combatente e que são militares de carreira. Isto é, aqueles que frequentam

as Academias Militares e se especializam nas Armas das respectivas Forças. São os indivíduos deste grupo que podem, destarte, influenciar as regras do jogo, as estratégias e os objetos de luta do campo, tem o poder de manipular a *doxa* e inculcar em todos os membros o *habitus* que melhor lhes serve. É por esta capacidade de poder direcionar as percepções das disposições do campo que o *habitus* deste grupo é essencial para se entender a relação entre o feminino e meio militar, e consequentemente, ser aquele que pode gerar mudanças significativas na mesma. A partir desse ponto, iniciaremos o próximo capítulo, buscando compreender e analisar como e - se possível - quando o *habitus* militar brasileiro poderá se *modificar* para ser *a vez delas*.

4. AINDA SOMOS O(A)S MESMOS?

A heterogeneidade social no âmbito do serviço militar que antes era assegurada pelo sistema de conscrição nos quadros dos contingentes de massa, não se mostra mais adequado a ideia de diversidade determinada por fatores como “(...) o gênero, a etnicidade, a língua, a religião ou mesmo a orientação sexual (...)” (CARREIRAS, 2004, p.63) que se percebe hoje nas sociedades. Tem-se um quadro social de identidades pessoais e socioculturais muito mais complexo e rico do que a algumas décadas atrás e esse fenômeno não deixou de fora as Forças Armadas, instituição que almeja ser representação da sociedade a qual defende.

Todavia, essa adequação do ambiente militar ao novo momento da sociedade civil não ocorreu, e ainda não ocorre, de forma natural ou mesmo sem empecilhos. Por ser um local de construção de referenciais da masculinidade tradicional, por possuir nos pilares da formação de sua identidade o valor à tradição e por construir seu habitus em oposição não só ao mundo civil, mas em oposição ao que o feminino representa, e entrada de mulheres nas casernas implica em um questionamento sobre o que é ser homem guerreiro, em um apagamento das fronteiras claras entre o “eu” militar e o “outro” feminino, e, por isso, sofre diversas oposições.

Em alguns países, no entanto, já foram realizados ajustes na legislação nacional à realidade do mundo em que vivemos, na qual mulheres estão presentes em quase todos os setores do mercado de trabalho e são metade da população mundial. No ambiente militar, nesta última década, alguns países como a Noruega, a Austrália e os Estados Unidos da América, já foram implementadas políticas públicas inclusivas que permitiram o acesso e exercício das mulheres em funções operacionais de combate, como a Infantaria. A América Latina, porém, por ter sido um empreendimento comercial e militar, possui nas Forças Armadas a personificação daquele que criou seus Estados; assim, além das oposições ao ingresso feminino encontradas em todas as instituições militares nos os países ocidentais, as Forças Armadas latino-americanas possuem considerável autonomia para decidirem o que pode e o que deve ser aceito em seu interior, se baseando em seus valores basilares: ordem, disciplina, tradição, honra e hierarquia (SOARES, 2000; ROSA, 2007; ROCHA, 2017).

É sabido também que o habitus militar, o conjunto de disposições que são inculcados através de uma ação pedagógica nos ambientes educacionais militares, está intrinsecamente ligado ao habitus masculino. Este que vem sendo formado - e constantemente modificado - através dos anos nas sociedades civis, se pauta na aceitação da primazia do corpo entendido como masculino e cria disposições androcêntricas sempre em oposição ao entendido como feminino, que está sempre no polo inferior. É possível concluir, nesse sentido, que o habitus

militar também reconhece o corpo feminino como inferior e inadequado ao seu meio, justificando-se não só em fatores físicos e biológicos, mas também em fatores sociais e culturais (ROSA, 2007).

Apesar destes, os países latino-americanos não ficaram de fora da onda de inserção da mulher no mercado de trabalho e isso inclui o ambiente das Forças Armadas. Pela necessidade da própria instituição de adequação aos novos meios de se fazer guerra e pelas demandas da sociedade civil, a partir da década de 1980 as mulheres passaram a integrar os contingentes militares brasileiros. Hoje, entretanto, ainda permanecem limitações à essa integração. Grande parte destas limitações - ou mesmo sua totalidade - remetem ao plano dos valores culturais sobre a natureza e os papéis sociais das mulheres e dos homens. Eles exemplificam fielmente como o *habitus* militar permanece praticamente inalterado desde o início da formação da instituição e como ele encontra o *habitus* masculino da sociedade ocidental no quesito da dominação masculina, afinal, a instituição militar é um microcosmos da sociedade em que se insere (ROSA, 2007).

É fato consumado que o ingresso no meio militar ocorreu, mas não que sua integração se efetivou. Contudo, consequências importantes para a instituição militar e seu *habitus* podem ser verificadas a partir do ingresso feminino e também que estas influenciam no processo de integração das mulheres. Elas são de ordem tanto objetivas, no que diz respeito aos uniformes, aos espaços físicos militares, à estrutura hierárquica da organização, quanto de ordem intersubjetivas, no que diz respeito ao *ethos* militar e ao que se considera como o “eu” militar. São estas consequências que nos interessam e que buscamos explorar neste capítulo. Para tanto, faremos uma breve leitura da bibliografia existente sobre os argumentos a favor e contra a inserção feminina nas Forças Armadas, para depois buscarmos construir uma relação entre a ideia de gênero e *habitus* militar e, por último, analisaremos, a luz da noção de *habitus* de Pierre Bourdieu, o ingresso feminino nas três Forças brasileiras, buscando pontuar quais foram as consequências que esta minoria gera para o *habitus* militar brasileiro.

4.1 As hipóteses sobre o ingresso e o não ingresso feminino nas Forças Armadas

Historicamente, à mulher é vedada o espaço público, os jogos mais sérios, a participação na construção estatal assim como a obter status de cidadão. No entanto, desde sempre elas estiveram presentes no cenário militar, ocupando papéis secundários aos dos homens guerreiros. Assim, a incorporação oficial feminina nas Forças Armadas foi precedida pela participação das mulheres nas economias informais de conflitos anteriores e na economia

formal durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, através de medidas públicas e pressões democráticas da sociedade.

No Brasil, e na América Latina, as primeiras incorporações oficiais ocorreram a partir de meados dos anos 1980, em um contexto de eclosão de movimentos por maior igualdade e do processo de redemocratização do país. Antes disso, no entanto, existem relatos de que mulheres estavam presentes nos campos de batalha em participações temporárias, utilizando vestimentas masculinas e se identificando com homens. Entre as mulheres que são conhecidas tem-se Maria Quitéria de Jesus Medeiros, que fugiu da casa dos pais para se tornar guarda de um quartel e participou da Guerra da Independência, conduzindo um grupo de baianas que repeliu as tropas metropolitanas portuguesas. A Guerra do Paraguai também levou aos campos brasileiras que atuaram ao lado dos homens como Florisbela e Maria Curupaiti, guerreiras que atuaram na Batalha de Tuiuti. Ana Neri, também, é diversas vezes mencionadas como “Mãe dos brasileiros”, mulher que saiu de casa para ir aos campos de batalha socorrer seus filhos na Guerra do Paraguai (TAKAHASHI, 2002).

No entanto, foi somente no período da redemocratização que as estruturas internas da instituição militar brasileira, seus aspectos organizacionais e a sociabilidade de seus agentes se tornaram foco de estudos e análises. Apesar das normas tradicionais de disciplina e comportamento ainda prevalecerem, com o fim das Guerras do século XX e com o fim do regime civil-militar, novas tecnologias e a emergência da necessidade de uma força com multi-missões associados a uma conjunção de acontecimentos políticos e sociais nacionais, as Forças Armadas foram forçadas alterar seu modelo, sua organização e algumas de suas características como a brutalidade e a força, forçando uma mudança no arquétipo do militar ideal, além de sua composição, com o ingresso feminino (ROCHA, 2017; SCHWETHER, 2018).

Nesse sentido, o modelo proposto por Charles Moskos ao final da década de 1970, que promoveu uma modificação incontornável na análise das mudanças nas organizações militares, é aqui relevante. Nele, buscando dar conta das transformações que afetavam as Forças Armadas pós Segunda Guerra Mundial, propôs duas formas de se compreender a organização: no *modelo institucional* (divergente), que é legitimado e baseado de forma normativa em torno de valores tradicionais militares e no qual os membros são aqueles que seguem sua vocação; ou no *modelo ocupacional* (convergente), que funciona próximo do modelo da racionalidade de mercado que predomina na sociedade civil, e que as motivações para se juntar a caserna são sobretudo de ordem material e instrumental, isto é, os militares colocariam seu interesse próprio acima dos

interesses da organização (MOSKOS, 1997 apud CARREIRAS, 2004, p.64). A proposta era de que a tendência das Forças Armadas ocidentais seria a da passagem da lógica vocacional a lógica profissional ao final do século XX, o que realmente se percebeu, mas o próprio autor reconhece a existência real de modelos plurais em que características contraditórias coexistem, trazendo à tona o *profissionalismo pragmático* na corporação. Nesse sentido, ocorrer-se-ia uma “(...) ‘compartimentação’ da Instituição Militar: enquanto alguns sectores permaneceriam ‘tipicamente’ militares e divergentes da sociedade civil – nomeadamente as unidades de combate – outros, particularmente nas especialidades mais técnicas e administrativas, aproximar-se-iam do modelo ocupacional” (CARREIRAS, 2004, p.65).

As Forças Armadas do tipo *institucional* possuem um padrão de ingresso e emprego feminino em suas casernas muito limitado, com quase todas as mulheres ocupando cargos temporários e/ou auxiliares, atuando em corpos separados e sem grandes perspectivas de ascensão na carreira militar. Já nas Forças Armadas do tipo *ocupacional*, a necessidade de adequação às demandas racionais do mercado conduz a um aumento de seu contingente feminino, a uma diversificação de seus papéis e a maiores e melhores possibilidades de ascensão na carreira. Dos anos 1980 em diante é possível verificar um alto grau de profissionalização nas Forças Armadas, por meio do viés ocupacional e do profissional civil que cada vez mais se fazia presente. Ao mesmo tempo, essa nova característica se intercalava com os valores tradicionais da caserna (CARREIRAS, 2004; DANTAS, 2018).

Todo esse modelo proposto por Charles Moskos pode ser utilizado lado a lado com o modelo proposto por Soares e Oliveira (2000) sobre o *controle civil objetivo* e *subjetivo* sobre as instituições militares. Nos países onde o controle civil objetivo ocorre de fato, as Forças Armadas assumem mais características do modelo ocupacional, afinal, são os civis, que estão inseridos na lógica racional do mercado, quem organizam e estruturam seus militares e suas Forças. Ao contrário, nos países em que o controle civil subjetivo ainda impera, as Forças Armadas se organizam de acordo com as características do modelo institucional, até mesmo nas áreas técnicas e administrativas, pois os civis pouco conseguem modificar ou influenciar a cultura e a estrutura militar de suas Forças, já muito distante e fechada da sociedade.

Ainda mais recentemente, para dar conta de novas transformações que afetavam as Forças Armadas do fim do século XX, um novo modelo para compreender as Forças Armadas foi proposto também por Charles Moskos, John A. Willian e David R. Segal. Para Carreiras (2004) esse modelo se mostrou muito mais complementar ao primeiro do que antagônico. Nele, nas democracias ocidentais desenvolvidas se percebe uma transição da forma “moderna” das

Forças Armadas, que “(...) se baseavam em uma combinação entre um sistema de conscrição ou milícia e um corpo profissional de oficiais, eram orientadas para missões de guerra, eram masculinas em expressão e ethos e fortemente diferenciadas da sociedade civil (...)” (MOSKOS et al., 2000 apud CARREIRAS, 2004, p.65), para uma forma “pós-moderna”, que se caracteriza por laços mais fracos com o Estado Nação, por ser uma força quase “(...) exclusivamente voluntária, diversificada em missões, crescentemente diversificada em expressão e ethos e com maior permeabilidade face à sociedade civil” (MOSKOS et al., 2000 apud CARREIRAS, 2004, p.65). É como se, a partir de então, no modelo anterior as Forças Armadas do tipo institucional fossem Forças pré-modernas, que irão passar a ser do tipo ocupacional moderno e que, por fim, se caracterizariam como Força pós-moderna. Tem-se então uma tipologia tricotômica que Carreiras (2004) demonstra bem no quadro abaixo.

Variáveis	Moderna (Pré-Guerra Fria) 1900-1945	Moderna tardia (Guerra Fria) 1945-1990	Pós-moderna (Pós-Guerra Fria) Desde 1990
Ameaça percebida	Invasão territorial	Guerra nuclear	Subnacional (ex. violência étnica, terrorismo)
Estrutura das forças	Exércitos de massa, conscrição	Exércitos profissionais de grande dimensão	Exércitos profissionais de pequena dimensão
Missão principal	Defesa da pátria	Apoio a aliança	Novas missões (ex. manutenção da paz, humanitárias)
Perfil dominante do militar profissional	Líder de combate	Gestor ou técnico	Militar-diplomata; militar-acadêmico
Atitude pública face às Forças Armadas	Apoio	Ambivalente	Indiferente
Relações com a comunicação social	Internalização	Manipulação	Cortejamento
Pessoal civil	Componente mínima	Componente média	Componente significativa
Papel das mulheres	Corpos separados ou excluídas	Integração parcial	Integração total
Esposas e famílias militares	Parte integral	Envolvimento parcial	Afastadas

Homossexuais nas Forças Armadas	Punidos	Excluídos	Aceitos
Objecção de consciência	Limitada ou proibida	Habitualmente permitida	Subsumida no serviço civil

Tabela retirada de Helena Carreiras (2004)

Para Carreiras (2004), a participação feminina nas Forças Armadas é reveladora da tendência em direção à pós-modernidade proposta pelos autores em sua tipologia. Enquanto na era pré-moderna as mulheres eram praticamente excluídas da carreira militar, na era moderna elas passam a fazer parte das casernas, mas com cargos ainda vedados à sua participação, a saber os de combate. Na era pós-moderna, as Forças Armadas se organizam no sentido de abertura total das especialidades e unidades às mulheres militares. Todos esses movimentos podem ser verificados em diversas Forças Armadas ocidentais atualmente, inclusive nas Forças Armadas brasileiras.

Nesse sentido, tal como em Lombardi, Bruschini e Mercado (2009), os processos de profissionalização e de feminização nas Forças Armadas não podem ser compreendidos de forma independente. A reestruturação dos recursos humanos e materiais militares, consequência do modo de organização da Guerra Fria, foi acompanhada de uma inflexão no campo de sua ética, passando-se de uma ética de convicções a outra, de responsabilidade, do líder heroico ao gerente, submisso às exigências da racionalidade instrumental. A feminização das FFAA então se insere nesse processo de racionalização das três Forças. Para os autores e Dantas (2018) a própria transformação das atividades militares trabalhou em favor das mulheres, alterando elementos importantes do arquétipo do soldado ideal: as Forças Armadas atualmente “(...) tendem a se dedicar menos à defesa do território pátrio e mais às ações de vigilância e proteção de fronteiras e do espaço aéreo nacionais, apoiadas em tecnologias eletrônicas, de comunicação e digitais (...)” (LOMBARDI; BRUSCHINI; MERCADO, 2009, p.9) o que implica na primazia de técnicas e raciocínio lógico ao invés de força bruta pura e simples, e, consequentemente em uma reorganização do efetivo, que deixou de ser somente um “exército de massas” para se tornar mais profissional. O capital cultural interiorizado perde força no campo para o capital cultural instituído, que passa a ser cada vez mais relevante neste meio. Nesse sentido, a incorporação feminina não reflete apenas a democratização da sociedade, a consolidação dos direitos civis igualitários e uma melhora na imagem desgastada da instituição, mas, também, a modernização das forças e a reformulação do diálogo entre civis

e militares, mesmo que o controle civil sobre os militares brasileiros seja insuficiente (SCHWETHER, 2018; DONADÍO; MAZZOTTA, 2010b).

Para Maria Elizabeth Rocha (2017), no Brasil a abertura das casernas se deveu a uma conjunção de acontecimentos: “(...) a crise de recrutamento vivida pelos principais exércitos do mundo; a supressão da conscrição obrigatória; a remuneração dos soldados sempre abaixo dos salários oferecidos (...)” (ROCHA, 2017, p.25); as inovações tecnológicas; o fim dos exércitos de massa; a profissionalização e a mudança das relações de força no plano internacional, que passaram a demandar pessoas qualificadas para a defesa. Ela nasceu, basicamente, da necessidade de prover recursos humanos para salvaguardar a soberania Brasileira e coincidiu com a atuação feminina na luta política do regime civil-militar, com o fim deste mesmo regime e com a consequente abertura política do país (DANTAS, 2018). Não obstante, Mathias e Adão (2008) entendem que esta inserção se deu não por reivindicação, mas por ausência de interesse civil pelas questões militares. Para as autoras, são três os fatores que propiciam a entrada das mulheres nas Forças Armadas do país. O primeiro fator é a democracia, que exige oportunidades iguais para todos os cidadãos. O segundo é a mudança na forma de fazer guerra, que se dá com as mudanças, em níveis mundiais, tecnológicas e administrativas do período. E o terceiro é chamado de psicossocial, que é consequência da percepção da sociedade sobre a função dos militares, muito modificada com o fim do regime militar, resultando na perda de status da profissão militar.

D acordo com Santos (2017) percebe-se ainda que o processo de inserção das mulheres nas FFAA brasileiras se dá em dois momentos: o primeiro, entre a década de 1980 e 1990, com a entrada feminina no Corpo Profissional de cada Força, ocupando quadros militares em funções de apoio. O segundo, entre o fim da década de 1990 e o começo dos anos 2000, com a entrada no Corpo de Comando, como oficiais de carreira e, em alguns casos específicos, como da Força Aérea, oficiais combatentes. Nesse primeiro movimento as mulheres desempenhavam funções como médicas, dentistas, nutricionistas e professoras, todas as posições de caráter temporário, aquelas consideradas como apropriadas às mulheres pelo estereótipo da nossa sociedade, e formavam quadros fora da estrutura militar oficial, o quadro profissional. No segundo momento, o acesso ao Corpo de Comando, o corpo da linha de comando, modificou verdadeiramente o papel das mesmas na instituição, permitindo às mulheres construir carreiras como oficiais combatentes e concedendo melhores condições de ascensão profissional (DONADÍO, MAZZOTTA, 2010b).

Embora a organização tenha preservado sua dinâmica e homogeneidade, com destaque para a ordem androcêntrica, as mulheres, neste novo cenário pós-1990 tornaram-se fundamentais para o sucesso das operações militares. No entanto, ainda hoje prevalece a posição contrária à presença feminina nos quartéis, sendo vedadas as possibilidades de ocuparem postos de combate direto no Exército Brasileiro e na Força Aérea Brasileira. Para Celso Castro (2007), algumas das justificativas para o atraso do ingresso e da equiparação são sobre a falta de orçamento para fazer os ajustes necessários para receber as mulheres nestes espaços. Considere-se, ainda, que no Brasil as questões ligadas à Defesa Nacional e aos militares e suas demandas ligadas começaram a ser debatidas recentemente, de modo tímido, a partir da metade dos 1980 e só ganhou força após os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007; 2008-2011) (SCHWETHER, 2018).

Santos Júnior (2018) coloca ainda que as diferenças físicas são um assunto bastante polêmico quando o ingresso feminino é abordado. Há aqueles que alegam que a igualdade é impossível tendo em vista sua inferioridade física; há aqueles que sugerem medidas de redução das diferenças, por meio de treinamentos físicos específicos de forma a otimizar as características dos corpos femininos. Também, Almeida (2008) traz que a justificativa para negar o acesso à cargos de combate é a necessidade de ocupar os espaços auxiliares. No entanto, é perceptível que a lógica da inferioridade feminina prevalece, sustentada por argumentos que buscam mostrar que a participação feminina não seria adequada à caserna. Dessa forma, fica cada vez mais claro que as principais razões para a desigualdade de acesso entre homens e mulheres são de cunho sexista, indo da falta de condições físicas das mulheres de suportarem as atividades militares, da sensibilidade aguçada, a necessidade de ter vínculos mais próximos com os filhos das mulheres em relação aos homens, às distrações que as mesmas podem causar aos homens (RESENDE, 2017). Até mesmo as questões de ordem disciplinar-hierárquica que constituem obstáculos à incorporação feminina, são geradas “(...) pelas dificuldades de construção de uma identidade tradicionalmente fincada em adjetivos imputados ao sexo masculino, como coragem, impetuosidade, virilidade” (MATHIAS; ADÃO, 2008, p.97).

Para Donadio e Mazzotta (2010b, p. 61) a existência de diferenças em relação ao acesso de mulheres está intimamente ligada ao conceito de *tokenismo* - prática de fazer apenas um esforço superficial ou simbólico -, sempre presente quando a incorporação de mulheres é posta como uma inclusão verdadeira, quando é apenas uma impressão. Para as autoras, um sinal disso é o retrato das realizações das mulheres militares nos meios de comunicação de massa, criando

assim um sentimento de progresso quanto à igualdade de oportunidades, enquanto as possibilidades de avançar na mesma direção que os homens não são equivalentes na prática.

Para Carreiras (2013, p.477), esses argumentos utilizados para justificar a exclusão das mulheres de determinadas áreas e ambientes militares permanecem inalterados desde 1970. Apesar de as formas como eles são utilizados terem se modificado de acordo com o contexto, podemos organizá-los em torno de quatro áreas fundamentais: i) a das diferenças físicas entre homens e mulheres; ii) a dos impactos sociopsicológico da presença da mulher nas casernas e na coesão do grupo de combate; iii) a do custo-benefício dessa participação e iv) a do impacto em termos de valores sociais e culturais, sendo que a maior parte deles se concentram na presença dessa minoria sobre a coesão da tropa (ii) e sobre a imagem da instituição (iv).

Pode-se, ainda, equacionar a discussão sobre a inserção feminina nas Forças Armadas ou sobre os papéis que elas podem desempenhar em dois polos, o da *cidadania* e o da *eficácia* militar, como se a opção por um deles significasse a exclusão do outro. A posição daqueles que defendem a *eficácia militar*, em seu limite, defendem que a instituição militar é diferente de toda a sociedade e a sua missão de proporcionar segurança à nação é prioritária, assim, ela não precisaria focar em garantir direitos iguais a todos, mas sim no que é melhor para a segurança do país. O argumento dos *direitos civis* coloca que a instituição militar deveria ser um reflexo da sociedade que deve defender e proteger, que cabe a ela defender os valores fundamentais como a igualdade entre os gêneros, como a aplicá-los internamente (CARREIRAS, 2013).

A ala mais tradicionalista e conservadora dos militares, identifica como elementos centrais da identidade e atividade militar o que considera ser as características naturais físicas e psicológicas dos homens, como a agressividade, a confiança, a testosterona. A imagem da mulher fica localizada simetricamente a esta, constituindo o oposto à imagem masculina (CARREIRAS, 2013). Da mesma forma que a identidade do sujeito militar, a identidade coletiva do grupo de combate é também forjada a partir do modelo tradicional masculino e deve corresponder a um bloco monolítico que se opõe ao outro, ao desconhecido, às dúvidas, não havendo espaço para fissuras internas ao grupo. Assim, a admissão de mulheres combatentes produziria abalos nos dois principais alicerces militares, o da homogeneidade das representações de masculinidade individuais e o das representações da identidade coletiva dos grupos militares/combatentes, afinal, a mulher não pode mais ser vista como o outro, o desconhecido, mas sim como parte do grupo, reforçando o companheirismo e a cooperação. Nesse sentido, a mulher combatente mistura os limites entre o “eu” e o “outro” (CHAMBOULEYRON; RESENDE, 2006).

Esse argumento de oposição se baseia na ideia de que as características físicas, biológicas e psicológicas das mulheres, principalmente a gravidez, a amamentação e a falta de testosterona, as tornam combatentes naturalmente menos eficazes que os homens, e para Chambouleyron e Resende (2006), todos os argumentos que buscam explicar por que as mulheres são menos propensas ao combate remetem aos hormônios e a estrutura dos corpos femininos. No entanto, essa ideia não parece estar alinhada com a realidade e já foi desafiada e contradita pelo envolvimento feminino, não só no Brasil, em diferentes momentos e campos de combate. E, apesar de todas as tentativas, as diferenças biológicas serão um ponto de heterogeneidade na massa homogênea militar, serão parte do “eu” militar. O “eu” agora possui indivíduos e características do outro, não há mais essa divisão clara entre os dois sujeitos (CHAMBOULEYRON; RESENDE, 2006)

O que é fundamental neste quesito é questionar a forma como são construídos e aplicados os parâmetros de capacidade física, já que não é objetiva a identificação das características que devem ser testadas e nem os testes são iguais dentro das próprias Forças. Os programas de treinos podem e devem ser diferentes, pois há diferentes formas de melhorar a capacidade física dos militares, entretanto, os critérios para avaliação devem ser baseados em exigências justificadas, objetivas e sustentáveis em todos esses testes.

Também nesse diapasão, a compreensão da sexualidade que existe no meio militar também traz problemas para o convívio entre homens e mulheres. A presença feminina é vista como fonte de distúrbio pois despertaria a libido masculina, tão selvagem e incontrolável que representa uma ameaça à ordem e a hierarquia e à integridade física feminina.

À medida que as forças armadas mais frequentemente adotam para lidar com essa questão é proteger a mulher do assédio masculino, seja limitando o contato entre homens e mulheres, seja restringindo adornos e símbolos de sedução. Nenhuma medida, porém, cogita a possibilidade de o homem ser objeto de desejo da mulher, pois a mulher representa uma figura destituída de sexualidade própria (CHAMBOULEYRON; RESENDE, 2006, p.19).

Em um campo de combate, no entanto, essa divisão espacial não é possível, todos devem lutar lado a lado e dividir acampamentos. Contudo, o desejo sexual não pode ser interpretado como natural e masculino. O desejo é explicado como um conjunto de reações químicas porque existe um elemento de intencionalidade que o caracteriza, e esse elemento é construído com base em símbolos e códigos culturais, independente de quem deseja e quem é desejado. Assim como as identidades tradicionais, a sexualidade é uma construção cultural e não uma simples determinação biológica (CHAMBOULEYRON; RESENDE, 2006).

Todavia, a

(...) transformação dos critérios é, em si mesma, uma questão difícil. Verifica-se habitualmente uma reificação de critérios preexistentes tidos como intocáveis, imunes à possibilidade de qualquer alteração. Na medida em que os testes físicos foram inicialmente concebidos para medir capacidades masculinas, com equipamento limitado, este facto vem reforçar as percepções de inequidade (CARREIRAS, 2013, p.484).

A própria END, em sua última versão (2012), versa que seu propósito é velar para que as Forças Armadas reproduzam a composição da sociedade brasileira, para que elas não sejam apenas uma parte da Nação. Entende-se, assim, que não há como fazer com que as Forças reproduzam, em sua composição, a Nação, sem que as mulheres se façam presentes em seus contingentes. Daí a necessidade jurídica - entre outras - de se desenvolver uma seleção que se baseie no desempenho individual e não no sexo (ALMEIDA, 2014, p.97). Esse movimento é, inclusive, expresso na Diretriz de número 13 da END, que coloca as disposições/capacidades que combatentes homens e mulheres devem possuir para atuar. O que está em jogo é como essa capacidade será medida, na situação concreta e não teórica; e sabe-se que o segmento feminino é prejudicado por visões estereotipadas e preconceituosas (ALMEIDA, 2014).

O segundo grande conjunto de argumentos em que a oposição à integração feminina tem a ver com impacto que a presença de mulheres pode ter na coesão e na eficácia do contingente. Acredita-se que a mulher pode interferir negativamente nos processos interpessoais do grupo e afete, assim, o desempenho e a eficiência dos militares, pois o desempenho da tropa depende de sua coesão. Este último, por sua vez, é resultado da homogeneidade social que o ambiente permite e objetiva. Ao prejudicar a homogeneidade e a coesão do grupo, as mulheres se colocam como uma ameaça à eficácia militar, principalmente em situações de combate (CARREIRAS, 2013). Helena Carreiras (2013) ainda coloca que fortes argumentos empíricos já foram apontados para contrariar esse posicionamento, como a presença de mulheres em grupos de guerrilhas e em grupos terrorista e seus papéis proeminentes nos mesmos e a participação crescente de mulheres em operações de paz da ONU. É convicção de autores sobre esse tema que

(...) a partilha de tarefas em situações mais duras do que as que caracterizam a vida normal do quartel é susceptível de facilitar a integração, reforçar a solidariedade de grupo, aumentando a probabilidade de que as pessoas sejam consideradas como indivíduos mais do que como elementos de um grupo ou categoria sexual (CARREIRAS, 2013, p.485).

Isso que demonstra que a presença feminina nestes ambientes em nada seria prejudicial, ao contrário, significaria um avanço na relação entre homens e mulheres militares. No entanto, para que novas pesquisas resultem em situações positivas, é necessário se atentar à educação dada aos militares: eles devem ser treinados e educados entendendo que as mulheres fazem

parte do grupo e podem funcionar da mesma maneira que antes com elas presente, caso eles se convençam do contrário, é possível que a o funcionamento do continente seja afetado

Essa discussão se agrava quando se coloca a inserção feminina nas áreas de combate. A figura da mulher que escolhe o combate desafia simultaneamente todas as representações femininas que decorrem da sua capacidade de dar à luz. Desafia e subverte também todas as representações do que é ser homem e do que é ser mulher presentes em nossa sociedade: ela recusa ser o indivíduo protegido e escolhe ser o ator da ação beligerante. Para Chambouleyron e Resende (2006), a figura da mulher combatente, em certa medida, acabará por desconstruir a representação quase caricata da masculinidade no ambiente militar, uma vez que é um indivíduo feminino que absorve atributos masculinos, tornando a distinção entre feminilidade e masculinidade menos exata e direta.

Contudo, no geral, a inserção feminina nas Forças Armadas Brasileira foi e está sendo bem-sucedida. Ela logrou modificar não só as formas de atuação das funções auxiliares, mas também o esquema tradicional de recrutamento, alistamento e participação das mulheres nas Forças Armadas, o que, infelizmente, não pode ser dito sobre a situação de homossexuais no meio militar (MARIUZZO, 2008). A questão da autonomia da instituição possui aqui grande relevância. A possibilidade de as FFAA caminharem lado a lado do governo civil quanto à inserção de mulheres nesses espaços diminui devido ao alto grau de autonomia que a instituição possui frente a governo federal. Cabe ao Estado e as lideranças militares coibir manifestações que incitam a discriminação e buscar maneiras equitativas de gerir a diversidade nesta caserna contemporânea, e parte deste trabalho é realizado pela Comissão de Gênero dentro do Ministério da Defesa, criado em 2014, que estuda e propõem ações para a efetivação dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero dentro das Forças Armadas. No entanto, até 2017, as atividades da Comissão consistiram somente na realização de reuniões ordinárias para discussão sobre o tema (SANTOS, 2017). O principal desafio, assim, não está em aumentar numericamente a presença feminina nos contingentes, mas em revelar as estratégias e mecanismos que perpetuam a relação de dominação entre homens e mulher, em compreender a importância das mulheres para as Forças e para o país e isso demanda uma alteração dos padrões pré-concebidos sobre os corpos e uma revisão de estereótipos que organizam o mundo militar (ROCHA, 2017; SCHWETHER, 2018).

4.2 As mulheres nas Academias militares brasileiras: as implicações no *habitus* militar

Indiscutivelmente, toda a forma de hegemonia, incluindo a do padrão androcêntrico tem sido paulatinamente desconstruída para dar espaços às identidades coletivas e seus modos de ser e de viver. Inegável também que a incorporação feminina nas Forças Armadas espelha o avanço do movimento de equidade de gênero, resultando em mais um avanço dos direitos civis e políticos na sociedade brasileira pós-moderna, e também do movimento feminista, que constrói a identidade feminina apartada da cultura sexista e patriarcal, possibilitando novas e verdadeiras percepções sociais, além de gerar mudanças, sociais e tecnológicas, às relações dentro da instituição. Entretanto, para Pierre Bourdieu (2019, p.136-137) o esquema de classificação em que a nossa sociedade está assentada, centrado na primazia da masculinidade, atravessa o tempo e perpassa as diferentes classes econômicas e sociais, mantendo seus aspectos essenciais. A duração desse sistema sem modificações ou atenuações, mesmo diante das transformações econômicas e produtivas do mundo, fez com que ele adquirisse uma essência e aparência natural e se inscrevesse na eternidade da natureza dos corpos. Mais do que contar a história das mulheres, deve-se contar a história dos agentes e das instituições (Família, Igreja, Estado, Escola, etc), das combinações sucessivas de mecanismos estruturais e de estratégias que permanentemente garantem a permanência e eternidade da ordem masculina e da relação de dominação - de forma velada - para que se possa desacobertá-la, e talvez parar com sua continuidade.

A mulher não pode ser eliminada, nem mesmo de maneira simbólica, de seu direito cívico de integração nas FFAA. Paralelamente, não pode o direito ser convertido em instrumento de opções segregadoras e limitantes. A dominação masculina talvez não seja mais algo indiscutível; os questionamentos sobre essa ordem caminharam lado a lado com as transformações que a condição feminina passou. Isso não quer dizer que a primazia masculina deixou de estar presente em todos os corpos, ou que a inércia dos *habitus* deixou de perpetuar o modelo dominante da estrutura familiar e da sexualidade legítima. Mas sim que o surgimento de novos padrões de estrutura familiar e de sexualidade contribuem para quebrar a *doxa* e ampliar os espaços de possibilidades para os indivíduos (BOURDIEU, 2019, p. 145-147). Nesse sentido, assim como Enloe (204, p.120-122) percebe que os movimentos nacionalistas instaram as mulheres a assumir papéis ativos nos movimentos, mas as confinam aos papéis de namoradas egoístas, esposas estóicas ou mães nutridoras, nas Forças Armadas as mulheres são confinadas a papéis estereotipados e limitados pela divisão sexual do trabalho, pois eles condiziam com a condição biológica feminina. As atividades fim da instituição militar não estavam disponíveis aos corpos femininos, e permanecem assim até atualmente. Afinal,

(...) valores associados ao mundo dos homens são considerados arquétipos referenciais no desempenho das atividades profissionais. Tal fato faz com que a identidade das mulheres policiais e o processo de feminização da carreira se manifestem através da presença feminina em locais e atividades carregadas de menor prestígio na instituição (...). (SOUZA, 2011, p.141).

Esta exclusão de determinados postos não só estigmatizam as mulheres e as mantém dominadas, mas desafia o próprio conceito de cidadania ao impedi-las de integrar ou ascender em uma instituição pública de acesso meritório em razão da sua condição de gênero. Pois,

[d]o ponto de vista das relações civil-militares, sustenta a convicção de que os ideais da igualdade e equidade, basilares ao modelo de sociedade democrática em que vivemos, não podem permanecer estranhos a uma organização que tem por objectivo último defender essa sociedade e os seus valores fundamentais (CARREIRAS, 2004, p.87)

Ainda, para que uma mulher seja respeitada no meio militar, ela deve demonstrar muita competência, do contrário, a ideia de que são protegidas ou recebem privilégios é a que prevalece. Isso faz com que ela permaneça constantemente uma cidadã de segunda categoria, subjugada e diminuída (ROCHA, 2017; SCHWETHER, 2018).

No que se refere aos civis, o *habitus* militar é claro sobre o lugar diferente que o militar ocupa frente a este último. As regras, a hierarquia, os símbolos e o prestígio social são responsáveis por separar esses dois grupos; há o “aqui dentro” da caserna e o “lá fora” do mundo civil. Paralelamente a este monólito que a corporação apresenta ser frente aos civis, a presença feminina é considerada uma fonte de rachaduras, de distúrbio ao corpo sólido militar (SCHWETHER, 2018).

Foi somente em 1980, a partir do então ministro da Marinha, Almirante Maximiano da Fonseca, que foi aprovado a presença das mulheres nos quadros militares profissionais. Nesse sentido, desde a década de 1990 percebe-se que a presença feminina tem sido uma tendência crescente em todos os círculos hierárquicos das Forças Armadas do país, sendo expressiva já no nível dos Oficiais subalternos. Apesar de ocorrerem em datas diferentes, os processos para a integração feminina foram semelhantes nas três Forças: inicialmente elas foram inseridas em quadros temporários, complementares e de reserva, ocupando funções administrativas e da área de saúde, para posteriormente avançar na hierarquia.

Com a primeira Força, Aeronáutica, permitindo o ingresso feminino em 1996 em sua Academia, esperava-se que as outras duas logo a seguissem. No entanto, somente em 2015 tem-se a Marinha permitindo o ingresso de mulheres em seu contingente e em 2018 o Exército Brasileiro o fazendo. Assim, nas FFAA brasileiras ainda prevalece a posição contrária à presença feminina nos quartéis, sendo vedadas as possibilidades de ocuparem postos na Aeronáutica e no Exército. Nos dois casos, as explicações para as proibições são de cunho

sexista, indo da falta de condições físicas das mulheres às distrações que as mesmas podem causar aos homens. Na análise de Adão e Mathias (2008), mesmo as questões de ordem disciplinar-hierárquica que constituem obstáculos à incorporação feminina, são geradas “[...] pelas dificuldades de construção de uma identidade tradicionalmente fincada em adjetivos imputados ao sexo masculino, como coragem, impetuosidade, virilidade” (ADÃO; MATHIAS, 2008, p.297). Verifica-se, dessa forma, que a integração feminina às Forças Armadas do Brasil é um processo, infelizmente lento e não natural, mas que dá a esperança de que dentro de algumas décadas irá se completar, logrando em formar mulheres gerais em todas as três Forças.

Força	Marinha	Exército	Aeronáutica
Escola de Formação	Escola Naval (EN)	Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)	Academia da Força Aérea (AFA)
Ano de Admissão	2015 Em 2019 elas entram para o Corpo da Armada (CA) e o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), através da Lei nº 13.541 de 18/12/2017 que altera a Lei nº 9.519, de 1997, que dispõe sobre a estrutura de Corpos e Quadros da Marinha do Brasil.	2018 Prazo máximo imposto pela Lei n. 12.705, de 2012, considerando-se que, em 2017, as mulheres adentraram a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx).	1996 Na aviação, a primeira turma de mulheres entrou em 2003
Corpos, Armas, Serviços, Quadros e Especialidades	Intendência, Armada e Fuzileiro Naval	Intendência, Material Bélico	Intendência, Aviação

3.2.1 A Força Aérea Brasileira

A Força Aérea Brasileira foi a primeira das três Forças a permitir o ingresso feminino em sua Academia de formação de Oficiais de carreira, ainda na década de 1990. Ela foi, no entanto, a segunda a permitir o ingresso feminino em seu contingente. O marco histórico foi sua entrada em 1982, através da Lei 6.924 de 29 de junho de 1981, no Corpo Feminino da

Reserva da Aeronáutica (CFRA), que empregava mulheres em funções *burocráticas* e *administrativas* para compensação de contingentes masculinos insuficiente no âmbito do Quadro Feminino de Oficiais (QFO) e do Quadro Feminino de Graduadas (QFG). Posteriormente, através do aviso ministerial nº 006/GM3/024 de 05 de maio de 1995 do então ministro da Aeronáutica Tenente-Brigadeiro do Ar Mauro José Miranda Gandra, determinou-se a realização de estudos para que fosse permitida a inscrição e matrícula de mulheres no Curso de Formação de Intendência na AFA. Assim, em 1996, no início do ano letivo, o Corpo de Cadetes da Aeronáutica possuía um efetivo de 534 cadetes, com as mulheres constituindo 3% do total do corpo e 37% do total de cadetes intendententes. Nesse mesmo ano, também foi permitido o ingresso de mulheres no Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA). Ademais, a AFA é hoje a única Academia que não define cota para a entrada feminina, como o faz as outras duas com cota de 10% (TAKAHASHI, 2002; SCHWETHER, 2018).

A entrada feminina veio acompanhada de *novos regulamentos e procedimentos* na Academia, comunicados através de Boletins doutrinários, Informativos e Norma Padrão de Ação, mas com um tom paternalista em relação às cadetes, como forma de tranquilizar os pais das mesmas. Dentre eles, tem-se: a padronização do uso de adornos, maquiagem, roupas íntimas e do corte de unha das cadetes - Boletim doutrinário nº 016 de 12 de abril de 1996; a obrigatoriedade de manifestação, comunicação de efetivação e/ou rompimento de relacionamento afetivo no interior da organização, assim como limitação dos toques, olhares em público do casal - B.D. nº 015 de 28 de março de 1996; a delimitação da conduta em relação ao acesso a alojamentos - B.D nº 017 de 29 de abril de 1996; a delimitação da conduta social dos cadetes nos ônibus da Sociedade dos Cadetes da Aeronáutica ou em representações - B.D nº 029 de 03 de novembro de 1997. Para além dos novos regulamentos comunicados oficialmente, foram realizadas diversas reuniões entre os oficiais que constituíam o Corpo de Cadetes e a Cadeia de Comando dos Cadetes para discutir e também comunicar os novos comportamentos que surgiram e surgiriam com a chegada das mulheres. Todos estes comportamentos que reforçavam o estereótipo da mulher como corpo frágil para este ambiente (TAKAHASHI, 2002, p.136-138). Quanto ao espaço físico, instalações para as mulheres tiveram de ser criadas. Os alojamentos, banheiros e espaços compartilhados para elas, no entanto, só foram levantados na iminência da entrada dos corpos femininos e em alguns locais, para além da AFA, eles não estavam completamente terminados quando as cadetes chegaram. Todos, porém, construídos no mesmo estilo dos espaços masculinos, que favorecem a observação dos Oficiais. Todas essas alterações objetivas, no âmbito do espaço quanto da grade

curricular, geraram brincadeiras sobre a turma mista e uma frequente comparação dos cadetes homens as mulheres, que integravam uma “turma de mulheres” e não uma “turma com mulheres” (TAKAHASHI, 2002).

Dentre todas as alterações, uma significativa, logo no início, foi a retirada do salto de paraquedas no âmbito da Academia no trote. A retirada não foi atribuída a entrada feminina, mas também não houve qualquer justificativa do porquê foi feita, gerando desconforto entre os cadetes e piadas com a primeira turma mista. Esse salto só voltou a ser realizado em 2003, com o ingresso feminino no curso de aviadores (GIANNINI; FOLLY; LIMA, 2016). Percebe-se que desde o começo, as mulheres teriam, e têm, dificuldade em acessar o capital cultural interiorizado (aptidão física, liderança, voz de comando, entre outros) neste campo. Apesar de tentarem, como acontece também nas outras Forças, elas conseguem com mais facilidade adquirir o capital cultural instituído, buscando fazer deste um dos principais em sua ascensão no campo.

Tendo em vista as brincadeiras, sabe-se que o ingresso feminino não se deu sem oposição. Mesmo com as reuniões e os comunicados oficiais, foram muitos aqueles que se mantiveram contrários à inserção feminina e não deixavam de alarmar qualquer deslize que ocorresse. As cadetes atribuíam essas manifestações à imaturidade e ao machismo dos cadetes e buscaram mostrar que estavam no curso para serem levadas à sério. As opiniões dos cadetes eram variadas quanto à participação feminina. Alguns poucos eram radicais contra sua presença, outros faziam restrição à participação delas em outros quadros que não a Intendência e outros, por fim, entendiam que a presença delas era benéfica. No entanto, eles se referiam às mulheres sempre de modo comparativo, utilizando o sexo para assentar as diferenças entre eles e aprisioná-las na condição biológica de inferioridade. Segundo as entrevistas da autora, a presença feminina era prejudicial ao ambiente pois elas *amolecem* o ambiente, são mais competitivas, mais difíceis de se doutrinar, não conseguem mexer com o *brio* dos homens, não conseguem se impor quando no comando, *brincam* de fazer educação física, recebem tratamento diferenciado, são *acochambradas*, *pegam só boca-rica* e apresentam *menos espírito de corpo* que os homens (TAKAHASHI, 2002).

As novidades, no entanto, eram uma via de mão dupla. Assim como a Academia, acostumada a lidar somente com homens ficava sem ação diante da novidade de trabalhar com mulheres, elas também estavam vivenciando uma experiência nova e não tinham indicações de qual era a melhor maneira de ser e viver. Em trabalhos que realizaram entrevistas com as cadetes elas apontam dificuldades tanto subjetivas, relacionadas ao *ethos* militar e que dizem respeito

aos estereótipos dos papéis masculinos e femininos na sociedade e a relação das Forças Armadas com o feminino, quanto dificuldades objetivas, relacionadas à *héxis* militar e que se referem à infraestrutura e restrições quanto às formas de ingresso e ausência de legislação clara sobre as mesmas. Nesse sentido, a melhor maneira que elas encontraram para serem respeitadas e se mostrarem como dignas, foi aplicar um esforço sem medida para conseguirem acompanhar os homens em todas as atividades para provarem que também eram *capazes*, que *mereciam*, e se unirem para suportar a pressão contrária à sua presença no curso (TAKAHASHI, 2002; GIANNINI; FOLLY; LIMA, 2016).

O começo foi horrível, a gente chorava muito no alojamento por causa da imaturidade dos cadetes em querer nos colocar prá baixo só porque somos mulheres. Mas uma ajudava a outra (...) Não fizemos o jogo deles, não íamos procurar os oficiais a toda hora como eles diziam, pelo contrário, pedíamos que eles (os oficiais) nos tratassem como cadetes, sem a distinção as/os para que fôssemos aceitas como parte do grupo, como iguais... Qualquer coisa era motivo para falar que a gente era acochambrada, teve cadete com cólica insuportável, com dores nas pernas, nos joelhos, bolhas, “quebradas”, que mesmo assim não paravam o exercício para não reformar o machismo dos rapazes... Pensavam que as mulheres não iam aguentar (...) (Cadete, retirado de TAKAHASHI, 2002, p.140)

Aqui (na Academia, a recuperação (física) do homem é mais rápida do que a da mulher. Porquê? Porque a mulher vai levando, levando, ela aqui tenta suportar mais a dor. A gente pergunta: - fulana, tá doendo? Tá, mas ela continua fazendo. Quando ela pára, é porque não dá mais. O rapaz não: - ah, tá doendo o meu joelho, eu vou sair de forma, vou na enfermaria. Dois dias depois, um anti-inflamatório, uma fisioterapia, um banho de água quente aí já passou. A menina não, ela tinha que “baixar (ficar fora das atividades) porque não conseguia andar mais. É aquela vontade de querer fazer, de suportar mais a dor, aí se quebram mesmo (...) (Cadete, retirado de TAKAHASHI, 2002, p.150)

De todos os anos que os cadetes vivenciam na Academia, o primeiro é o mais significativo. É durante este que são lançadas as bases para a formação do *habitus* militar, que deve se aperfeiçoar até o fim da graduação e perdurar durante toda a carreira militar do Oficial. É também durante este que os cadetes pontuam sofrer as maiores dificuldades, ser o mais puxado, apertado, o que possui maior quantidade de testes/pressões físicas e psicológicas que levam o cadete ao extremo para testar sua vontade de permanência; não existe “moleza”; mas também é o período que vai determinar como o contingente vai se relacionar e se comportar durante os anos seguintes (ROSA, 2007; TAKAHASHI, 2002). Até 2016, meninas não podiam ingressar na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR) em modelo de internato como os meninos, o que impactava tanto seu acesso à Academia (que era feito somente através de concurso público) quanto seu primeiro ano lá dentro. Os ingressantes do meio civil, os PQDs (referência a “caiu de paraquedas”), apresentavam dificuldades extras de adaptação e eram mais propensos a lesões frente os ingressantes da EPCAR, o que impactava diretamente na socialização inicial das cadetes, que além de mulheres eram civis (GIANNINI; FOLLY; LIMA,

2016). Essa mesma situação se verifica também com as aspirantes da Marinha, que ainda não podem ingressar no Colégio Naval. As mulheres já ingressavam, assim, na Academia numa posição mais baixa que os homens civis, afinal conjugavam duas categorias mal vistas no campo: civil e mulher. O caminho para a ascensão no campo, para elas, era dessa forma mais árduo e longo do que para qualquer outro indivíduo, mesmo que fossem tratados como cadetes sem distinção de gênero, pois esta categoria foi assentada em características tradicionalmente masculinas que não foram revisadas com o ingresso feminino. Portanto, a elas caberia o trabalho de se adequar a esta categoria e não o contrário.

De acordo com Emília Takahashi (2002), a chegada dos “estagiários” na AFA (Estágio de Instrução Básica Militar - EIBM) é marcada pelo choque de uma nova realidade e com a entrada das “estagiárias da Intendência” não foi diferente. É o momento de escolher entre “pegar ou largar” a carreira militar, se adaptar a um novo ambiente e cultura para ambos. A igualdade entre os estagiários era imprescindível no período do EIBM; a nivelção e homogeneização, tanto em termos de vida pessoal quanto de conhecimento e procedimentos da vida militar, entre os novos cadetes era a preocupação central. A imposição de nivelamento, que se inicia nesse momento, pode ser interpretada como a necessidade de *igualdade não só comportamental e de regras*, mas também *visual*, com a entrada das mulheres a partir da turma de 1996. Cabelos curtos, mesmos uniformes, mesmos exercícios, eram algumas das imposições para a homogeneização do esquadrão.

Todavia, devido a sua constituição biológica, as mulheres realizavam alguns exercícios físicos de forma diferente dos homens, o que foi um ponto de tensão constante entre a primeira turma mista. Mesmo com toda a preparação anterior, os cadetes acreditavam ser privilégio e protecionismo poder realizar as atividades físicas de forma diferente. Outras atividades, como reuniões do comando com as mulheres, também eram interpretadas como tratamento diferenciado, fazendo com que a coesão e homogeneização da turma neste primeiro momento fosse mais complicada. Até mesmo as cadetes acreditavam que no início estavam sendo tratadas de forma diferente, de forma protegida.

(...) E foi um tratamento diferenciado porque era uma coisa que tinha que dar certo na minha opinião. Eu acho que entraram 15 mulheres, as 15 tinham que se formar, não tinha o caso deles pensarem em chegar no terceiro ano e menos mulher aqui (...) No começo do primeiro ano, por exemplo, elas sempre tinham reuniões separadas da gente, tinham um acompanhamento psicológico meio diferente, quando só estavam os homens na sala era um tipo de tratamento, aí quando entravam as mulheres era outro. Até a própria liderança, o quarto ano não tava preparado prá receber as mulheres e acabaram deixando mais leve o EIBM... (Cadete, retirado de TAKAHASHI, 2002, p.144)

No começo a gente achava que o comando tentava superproteger a gente, porque eles chamavam a gente demais, a gente saía de forma demais prá ir em muitas “reuniõezinhas” a parte e isso deixava os meninos cabreiros porque eles continuavam em forma. Falavam que o major era nosso “papaizinho” (...) Tinha uma tenente psicóloga que fazia um trabalho de grupo com a gente, prá gente se entrosar com o grupo, prá não sentirmos tanto o preconceito e o machismo... o fato de a gente ter que se adaptar sempre, porque pioneiro é sempre cobaia (...) (Cadete, retirado de TAKAHASHI, 2002, p.145-146)

No entanto, as próprias cadetes nas entrevistas se fixam nas diferenças entre os sexos para se caracterizarem e para justificarem a diferença de tratamento, seja para aplicar os castigos ou para criticar a diferença deles. Elas consideram a *docilidade* e a *obediência* como características tipicamente ou naturalmente femininas, assim como serem mais “certinhas” aparece ligado ao fato de ser mulher. Elas também não viam como proteção o tratamento que recebiam, pelo contrário, elas afirmavam que “pagavam” apenas por serem mulheres e pagavam mais. Elas, no entanto, também reconheciam suas limitações físicas e sentiam que devem se esforçar ainda mais para que o espírito de corpo não seja rompido pelos comentários feitos aos seus testes físicos. Elas buscaram enfatizar ainda aspectos positivos de sua inserção no ambiente, como a *humanização* e a aproximação dos esquadrões, ambos conectados com a ideia de mulher ser um ser doce e pacífico (TAKAHASHI, 2002).

A todo momento nesse início, o espírito de corpo e o sentimento de companheirismo já é fortemente cobrado dos estagiários para com a sua turma e a corporação, mas para a primeira turma mista da AFA esta coesão surgiu um pouco mais tardiamente, somente passado o choque de conjugar com o corpo do “outro” no “nós”.

Aqueles que conseguem completar o período do EIBM são considerados oficialmente cadetes após a cerimônia de incorporação do esquadrão ao Corpo de Cadete, momento no qual os estagiários recebem as platinas e apresentam seu grito de guerra (TAKAHASHI, 2002, p.165). Este é o momento considerado como o objetivo a ser atingido quando estão no EIBM. Ainda para Takahashi (2002) o EIBM, momento de nivelamento e homogeneização e absorção dos valores, atitudes e crenças próprias dos cadetes, é um período de transformação radical da realidade subjetiva. Estes casos radicais implicam um processo de socialização mais brusco e necessita de mecanismos de re-socialização que envolvem a segregação física, podendo ser colocado como o período de ações pedagógicas mais violentas de forma a inculcar rapidamente o *habitus* militar (ROSA, 2007). Para as mulheres, no entanto, é um período de internalizar o *habitus* militar e saber conjugá-lo com seu *habitus* primário feminino, afinal, assim como nas outras Forças, sua inserção se deu dentro dos limites do que se entender ser o corpo feminino e a mulher.

Após o EIBM, os cadetes são separados por “elementos” de acordo com o Quadro e esquadrilha ao qual pertencem e tem início o Programa de Treinamento Militar (PTM), que ocorre durante o 1º e 2º ano de curso (TAKAHASHI, 2002, p.166). Em meio a todas as novidades que se dão nesses 2 primeiros anos, as comparações e diferenciações são inevitáveis. O gênero, marcador social, era referência frequente quando havia a necessidade de responsabilizar algum cadete. Neste caso, as mulheres eram vistas pelos próprios cadetes como protegidas, dóceis, delicadas e sem as características básicas de um militar para atuar no mesmo nível deles, os portadores naturais das características militares. As atitudes consideradas características femininas e as características físicas femininas eram tratadas em tons jocosos nos relatos de Takahashi (2002) e são dadas como não adequadas à vida militar. Simultaneamente, as cadetes se diziam privilegiadas por possuírem mais capricho, organização e disciplina que os cadetes, podendo assim assimilar melhor e mais rápido as atitudes e valores militares ensinados no primeiro ano. Esses posicionamentos iniciais, de homens e mulheres, refletem a *doxa* militar - e também civil - acerca do corpo feminino no ambiente público, e pouco se vê sendo feito para quebrá-la ou desfazê-la durante o curso.

Deus me livre namorar cadete, professora, o lugar delas não é aqui, elas não têm estrutura física para aguentar a vida militar, vão perder a feminilidade, choram à toa, são protegidas e ainda fazem a turma toda pagar por visita o namorado mais antigo, pode perguntar prós cadetes mais antigos, a gente só está perdendo, a Força Aérea vai virar bagunça com elas (Cad. Av, retirado de TAKAHASHI, 2002, p.173)

Cad 1 - eles se incomodam tanto com a gene que a gente até ouve: - ah, fulana tá mais gorda, fulana ta mais magra, fulana “pegou” alguém. Todos os meninos e incomodam muito com a gente (...)

Cad 1 - Quando a gente chegou aqui foi difícil conhecer o pessoal, a gente nem conhecia o nome de todo mundo, mas todo mundo já tinha apelido e já era falada pelo apelido. Todas as meninas tinham apelido (...)

Cad 2 - Quando eles querem dizer que uma mulher é feia eles dizem: ah, aquela mulher parece uma cadete"! Eles relacionam mulher feia com a cadete (...)

Cad 1- eles falam: eu, namorar uma cadete, uma mulher que usa *boot*? Que tem o joelho todo ferrado? Mãos calejadas? Minha namorada estudar aqui? Minha irmã? Nunca! (Cadetes, retirado de TAKAHASHI, 2002, p.173-174)

Neste período ocorre o primeiro Exercício de Campanha, “Exec-1”, exercício militar em que os cadetes vivenciam uma situação de acampamento militar, dentro da Academia. Os relatos colhidos por Takahashi (2002) sobre esse momento demonstram que esse exercício ajudou a desenvolver a coesão e o companheirismo na turma mista, sem muita conotação de gênero na atividade. O reconhecimento delas como parte da Força se dá nestes momentos de necessidade coletiva, em que elas buscam colocar a identidade militar acima da feminina para serem respeitadas e reconhecidas pelo grupo. Essa incorporação dos valores e dos modos de agir dos militares opera como instrumento de conhecimento do mundo e como meios de

comunicação que, simultaneamente, produzem divisões no mundo social. Ao tornar-se militar, essas mulheres se separam dos não-militares; ao afirmarem-se iguais aos homens elas se inserem em uma comunidade de destino, por isso a necessidade do embrutecimento aos olhos dessas militares (BIASUS; GRAEFF; CARLOS, 2015; TAKAHASHI, 2002).

A necessidade de nivelamento que se impõe diante dos diferentes grupos sociais que compõem o esquadrão do primeiro ano, que vem desde o período do EIBM, deságua no combate das divergências através do primeiro ponto de igualdade entre todos os cadetes: o ser militar. Essa característica se sobrepõe a todas as outras. Essa sobreposição vem a ser um problema para a identidade feminina das cadetes, porque ao não repensar o imbricamento entre masculinidade, guerra e a identidade militar, o caminho encontrado pelas cadetes é o do embrutecimento, é o de absorção de características tradicionalmente masculinas para se fazerem levadas a sério.

Porque bem ou mal a gente passou pela questão do embrutecimento para provar que éramos tão capazes quanto os garotos... Então, quando a gente se deu conta disso, no ano passado (3º ano), quando a gente percebeu esse embrutecimento, a gente começou a trabalhar para recuperar a nossa identidade (feminina) 9...) começamos a nos ajudar para recuperar nossa auto-estima como mulheres, aí, prá sair à noite, uma maquiava a outra, uma penteava o cabelo da outra (...) Ainda hoje a gente tenta se estimular para recuperarmos do embrutecimento que a gente teve que viver para provar que podemos ser cadetes mas também podemos ser mulheres (Cadete, retirado de TAKAHASHI, 2002, p. 150)

A partir do momento em que elas tentam conjugar as duas categorias, militar e mulher, as cadetes forçam uma adaptação do *habitus* militar ao corpo feminino, e não o contrário, obrigando-o a mudar de verdade, apesar de lentamente. Esse mesmo movimento que também aconteceu na Marinha, e possivelmente no Exército, guarda em si uma grande capacidade de mudança no *habitus* militar, pois associa características antes impensáveis, como força e mulher ou coragem e mulher, e, no limite, retira, aos poucos, a conotação masculina de atributos militares.

O mal-estar inicial da presença feminina, começa a se diluir a partir do segundo ano de Academia, quando Quadros adquirem contornos próprios e as diferenças entre eles se tornam evidentes, quase palpáveis, com as disciplinas técnico-especializadas tomando mais espaço na rotina dos cadetes. Eles então, passam a compartilhar um novo mundo de símbolos, linguagens e condutas com outros cadetes do seu Quadro e as diferenças se evidenciam no esquadrão. Tem-se então, uma união entre os Quadros, mas ainda uma diferenciação permanente entre homens e mulheres dentro dos mesmos. As últimas, melhor integradas ao Quadro da Intendência, passam a se destacar intelectual e militarmente (TAKAHASHI, 2002, p.150). A partir deste

momento, elas já possuem ideia das regras do jogo do campo e conseguem passar a jogá-lo com mais certeza e a ascender no campo, ganhando capital social e capital militar mais facilmente.

Ao fim dos dois primeiros anos, inicia-se o Programa de Treinamento de Liderança (PTL), que corresponde ao 3º e 4º ano de academia. O terceiro ano é caracterizado como o ano de mudanças bruscas, relevantes, de novas e maiores responsabilidades tanto em relação às novas funções como em relação à assimilação dos valores e das atitudes militares. Para além das diferenciações e comparações entre os Quadros que se fixam a partir do 2º ano, Takahashi (2002) apresenta o terceiro ano como o ano marcado pelas rivalidades e competições entre homens e mulheres da mesma turma, pela classificação e pela função de liderança de elemento. Novamente, as características femininas e o gênero são alvos de piada em alguns momentos e diminuídos em outros.

Já o quarto ano é apontado como o mais tranquilo e mais esperado, é o momento do Programa de Treinamento de Liderança Avançado, em que responsabilidade e maturidade são as características mais cobradas dos cadetes. Todos possuem funções de comando também neste ano. A igualdade entre todos os cadetes, tão reforçada no primeiro ano de Academia, volta a ser uma constante neste ano, diminuindo as diferenças que surgem a partir do segundo ano e se intensificam no terceiro. Com relação às cadetes, é somente neste último ano que elas passam a serem vistas como cadetes e companheiras de turmas pelos colegas. Há ainda nesse ano um processo de re-socialização, no qual os cadetes buscam se readaptar à sociedade civil, para onde agora irão voltar como Aspirantes (TAKAHASHI, 2002).

É somente ao fim do PTL que o relacionamento entre homens e mulheres se modifica sem o tom de discriminação entre os gêneros, o que faz com que o respeito pelas diferenças apareça. Para Takahashi (2002), as diferenças entre homens e mulheres são diluídas na medida em que buscam “ser militar”, sem recorrer tanto as diferenças geradas pelo sexo. Ser líder e não somente chefiar, avaliar se os valores da profissão militar foram assimilados, a falta de privacidade, preparo para o combate, a mobilidade geográfica, a adaptação à diferentes ambientes, a pressão psicológica do combate e o espírito de corpo, fazer parte de uma classe social diferenciada, defesa da nação e retidão de caráter, compromisso com a pátria e função social para se diferenciar dos civis, responsabilidade, honestidade, camaradagem, solidariedade, iniciativa, são todas características do “ser militar” levantadas pelos cadetes da AFA nas entrevistas realizadas pela autora, e que não possuem nenhum viés de gênero.

Em 2003, novamente pioneira, a Força Aérea Brasileira, sendo estimulada pelas experiências bem sucedidas de inserção feminina nos quadros criados em 1982 para exercer

funções burocráticas e que ainda poderiam ser consideradas de “mulher” e também no quadro de intendentes em 1996, ingressa na Academia da AFA a primeira turma de aviadoras, no Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV). Essa inovação, no entanto, não foi vista com bons olhos, novamente, por muitos militares, indicando a permanência de um pensamento tradicional, caracterizado pela busca da ordem, pela categorização e pela atribuição de rótulos (SANTOS; ROCHA-COUTINHO, 2010).

Esse fato merece destaque pois, além de ser a primeira Força brasileira a aceitar o ingresso feminino em sua linha de combate, esses pilotos são a *elite* combatente das Forças Aéreas ao redor do mundo; eles e elas são testados orgânica, física, intelectual e psicologicamente e selecionados ao extremo. A entrada de mulheres nesta arma significou um verdadeiro avanço para a situação feminina nas Forças Armadas brasileiras, principalmente para a mulher combatente, e foi tendo em vista a entrada feminina na Academia em 1996, mais “fácil” para as aviadoras, afinal o espaço e os instrutores já estavam preparados para lidar com mulheres. Em tese, essas mulheres poderão atingir o último posto em pouco mais de 25 anos, o que lhes permitirá, se escolhidas pelo Presidente da República, ocupar o cargo de Comandante da Aeronáutica.

Tal como em Giannini, Folly e Lima (2016), há uma percepção entre os oficiais da FAB de que a primeira turma de aviadoras também foi protegida e que havia pressão para que não houvesse desligamento, além de as cadetes serem percebidas como “estrelinhas” pelos seus pares. Havia uma presença constante da mídia para reportar a novidade e era necessário retirá-las de exercícios ou sala de aula, o que gerou um sentimento de injustiça em relação aos cadetes homens, instaurando até mesmo uma competição negativa entre eles e uma maior dificuldade de entender o corpo feminino como parte válida do ambiente.

Na pesquisa realizada por Santos e Rocha-Coutinho (2010), apesar de as oficiais aviadoras se sentirem satisfeitas com as mudanças que vem ocorrendo com o papel da mulher na sociedade, a maioria delas ainda acredita existir características próprias a cada gênero que os qualificam mais ou menos para determinadas profissões. Nesse sentido, as autoras questionaram as entrevistadas sobre as características que elas acreditavam ser necessárias para seguir sua profissão, e apareceram características como disciplina, responsabilidades, perfeccionismo, paciência e determinação. Nota-se que elas não são específicas a um gênero, é o que uma/um aviadora/aviador deve ser. As entrevistadas ainda acreditavam ser mais nervosas, mais ansiosas, mais inseguras e mais emocionais, mas também, por natureza, mais caprichosas, cuidadosas e detalhistas, o que as ajudavam na profissão escolhida. As mesmas afirmam

também que receberam o mesmo treinamento que os homens e consideram que seja necessário ser desta maneira.

[T]êm características que você vai ver mais em homens, mas num impede que uma mulher tenha essa característica e desempenhe. Por exemplo, babá é uma coisa de mulher, você imagina que a mulher vai ter mais cuidado com o bebê, com o cuidar de criança, cuidar de casa, mas pode ser que tenha homem que tenha todo esse cuidado assim e seja uma maravilha. De homem (...) a gente sempre tem aquele estereótipo, né? Pedreiro, (...) uma coisa bruta, trabalho forte, mas pode ter uma mulher que goste de fazer aquilo tudo, (...) saiba fazer bem e faça melhor (Rita) (retirado de SANTOS; ROCHA-COUTINHO, 2010, p.262).

- (...) você tem que deixar um pouco o lado emocional pra lá (...) Tem que começar a raciocinar, a pensar nas coisas um pouco mais friamente (...) a gente tem que raciocinar mais friamente (Sara);

- Acho que mulher é mais detalhista (...) acaba se apegando mais aos detalhes e isso é bom. Porque o voo em si é cheio de detalhes, entendeu? (Ângela)

- (...) algumas fases do voo (...) um certo capricho a mais, um cuidado ali, faz a diferença. Isso aí eu acho que pelo instinto feminino pode trazer algum benefício (Catarina) (retirado de SANTOS; ROCHA-COUTINHO, 2010, p.263).

Para além das restrições legais, elas também colocam as dificuldades de conciliação entre a *vida afetiva/familiar* e a *profissional*. Há um conflito entre as exigências familiares e aquelas que exigem disponibilidade total que caracterizam as atividades militares. A mulher militar enfrenta exigências de lealdade, tempo e energia de ambos os espaços, além de disposição e empenho. O casamento também é uma das limitações às ambições femininas que atuam nas FFAA. Isso acaba por provocar um aumento dos namoros e casamentos entre militares, que traz consequências para ambas as instituições, levando ou ao sacrifício da carreira de um dos cônjuges ou o casal optando por não ter filho (TAKAHASHI, 2002). Nesse ponto, Santos e Rocha-Coutinho (2010) observam que as aviadoras não apontam a mesma dificuldade para os homens sobre família, o que pode apontar para a prevalência da ideia de que enquanto a carreira é algo fundamental para os homens, para as mulheres a família ainda tem um peso bastante grande, o que pode levar as mesmas a largarem tudo para seguirem seus maridos e serem as “mães” que estão destinadas a serem desde a inculcação do seu *habitus* primário feminino.

Em relação ao tratamento que recebem no ambiente militar, todas as aviadoras da primeira turma acreditam que foram tratadas e exigidas como os homens, apesar de algumas afirmarem que os superiores foram mais educados, formais e polidos com elas. No entanto, no momento inicial de Academia, elas afirmam terem recebido tratamento diferenciado, não por preconceito ou discriminação, mas por ser uma situação inédita para os oficiais (SANTOS; ROCHA-COUTINHO, 2010). No entanto, diferentemente da turma de 1996, a Academia e o espaço já estavam mais bem preparados para recebê-las, o que fez com que o choque dos oficiais

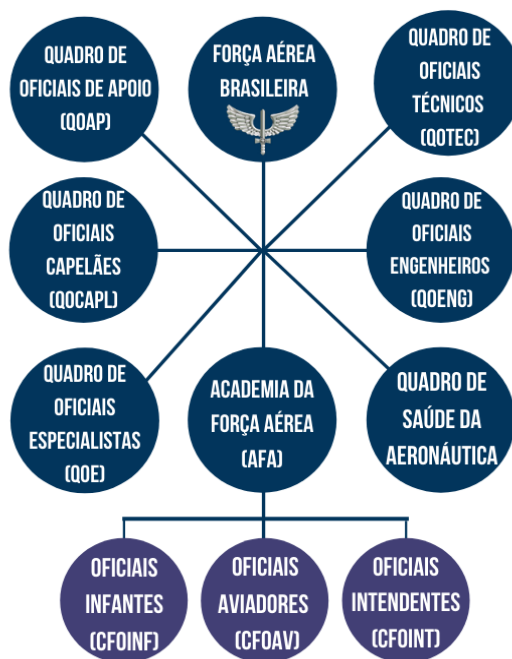
instrutores fosse menor. Mesmo assim, percebe-se que os mesmos estereótipos que foram usados sobre a primeira turma mista, também retornaram à Academia de forma mais clara com a entrada das aviadoras, evidenciando pouca, ou quase nenhuma, mudança na concepção de mulher no meio militar.

tratam do mesmo jeito (...) Só que aí acaba acontecendo, eu não faço isso que, pô, eu me considero tranquila, entendeu? (...) Mas eu já vi assim acontecer de como (...) ela é mulher, então ela num vai ter pulso firme, entendeu? E o cara vai poder, ela acha que o subordinado vai fazer o que ele quiser, (...) então ela tende a cobrar mais (...) ela tende a acabar sendo mais rígida (Bárbara) (retirado de SANTOS; ROCHA-COUTINHO, 2010, p.264).

(...) geralmente, serviço de mulher, eles acham que podem alguma coisa, (...) que (...) a gente vai ser mais frágil, mais boazinha de coração. (...) Teve um cara que veio chegar pra mim porque ele ia tirar a carteira de motorista (...), que ia embora 6:30h, 7:00h da manhã. Eu falei assim “não, só vai embora quando passar o serviço, eu só vou embora quando passar o serviço e você também” (...) se fosse um amigo meu, infante, (...) fosse um homem, um galalau, ele num ia falar nada porque ia ter medo de chegar pra o homem e contar historinha triste (Rita) (retirado de SANTOS; ROCHA-COUTINHO, 2010, p.264).

O Curso de Formação de Oficiais da Infantaria da Aeronáutica (CFOINF), é o único na AFA que continua vedado ao acesso feminino, e não há um consenso sobre a possibilidade de as mulheres se tornarem cadetes infantes. Nesse mesmo sentido, não há mulheres ocupando as graduações de Cabo e de Soldado, nem pela via do concurso público e nem pela do Serviço Militar Voluntário. Essas duas últimas restrições na graduação, presentes também nas outras duas Forças, criam uma setorização quanto à presença feminina nas FFAA. As exclusões das áreas de combate, atualmente na AFA e no Exército Brasileiro, concentram as mulheres em áreas que são tradicionalmente percebidas como mais adequadas para o sexo feminino. Essas proibições de acesso ainda se assentam nas percepções do papel social da mulher como não-combatente, não-suficiente e não-válida para a guerra, ao contrário do homem (ALMEIDA, 2014).

Nesse sentido, tem-se, no quadro de Oficiais da Aeronáutica, a seguinte situação quanto ao ingresso feminino:



Formulada com base em: Brasil, 2005

Ao se graduarem na AFA, os alunos recebem a patente de Aspirante, podendo alcançar o quadro de Oficiais Superiores, sendo o posto de Tenente-Brigadeiro destinado a aviadores, o de Major-Brigadeiro destinado aos intendentes, e o de Coronel aos infantes. Chambouleyron e Resende (2006, p.11) apontam um fato interessante, pois a Infantaria, a arma de características mais combatentes e a única vedada à mulher, é a única arma que não oferece promoção aos postos do Generalato.

Além destes, há ainda o Quadro de Oficiais da Reserva não-Remunerada Convocados (QOCon) e o Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (QCOA), que configuram os Oficiais Temporários. Dentre todos esses, somente os Quadros de Oficiais Infantes (QFOINF) e alguns postos no Quadro de Oficiais Especialistas (QOE) e no Quadro de Oficiais Técnicos (QOTEC) não permitem o ingresso feminino em seus contingentes, estes dois últimos consequências do não ingresso feminino em cursos de formação ministrados na Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR) e no Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR).

Todos esses avanços são perpassados por modificações não somente estruturais e físicas, mas também de ordem cultural e de identidade, tanto para os homens militares quanto para as mulheres em todo o campo militar brasileiro, apesar de cada Força apresentar suas especificidades. O que é possível perceber inicialmente é o pragmatismo e a desmistificação do caráter vocacional prévio à carreira que muitos militares afirmam ser necessário possuir para

ser parte da corporação e, posteriormente, a diminuição do viés masculino nas características que devem ter todos os militares.

Em todo este processo é possível identificar nos discursos dos/das entrevistados(as) uma transformação nos valores sociais relacionados à posição das mulheres na sociedade. Mesmo que ainda seja cobrado o desempenho em atividades tradicionalmente femininas, o discurso social hoje é de incentivo à realização pessoal e a sua satisfação. Todas as oficiais entendem que vivem em uma sociedade que possibilita melhores condições às mulheres e que mudanças, ainda que lentas, estão correndo. Os próprios entrevistados afirmam que a inserção feminina trouxe um ambiente mais tranquilo, mais polido. Para os oficiais, trouxe melhora no preparo profissional, no desempenho no comando, no reconhecimento do segmento feminino na Força, retirou do *habitus* militar a necessidade da brutalidade constante para se fazer valer como militar e adicionou características, em seu limite, entendidas como livre de gênero, como seriedade, racionalidade, esforço e comprometimento.

Entretanto, percebe-se que permaneceram padrões masculinos no que tange o ambiente de trabalho das mulheres militares na FAB; que ainda é necessário que as mulheres se ajustem e ajam em conformidade com os comportamentos tradicionalmente estabelecidos pelos e para os homens, ou mesmo que aspectos da identidade de gênero, construídos socialmente, são tratados como biológicos, sobretudo a força física e a sensibilidade. A divisão sexual do trabalho parece ser reforçada pelas entrevistadas, que falaram sobre atividades exclusivas de homens e de mulheres e atividades mais apropriadas para cada gênero. Da mesma forma, ainda permanece para elas dificuldades para conciliar casamento e maternidade com a profissão, o que não acontece com os homens, pois as mesmas acreditam ser as responsáveis pela casa e pelos filhos.

Embora toda a estrutura de formação das oficiais da Força Aérea Brasileira se voltem para a anulação das diferenças de gênero, elas são muito mais profundas e estão inscritas no *habitus* militar, tanto no *ethos* quando na *héxis*, quase que de forma permanente. O uniforme, a distribuição de tarefas, as responsabilidades, os papéis adotados por cada um, a hierarquia, tudo isso ainda é norteado pela convicção de que homens e mulheres são biológica e mentalmente diferentes, sendo o primeiro superior e destinado ao trabalho da guerra e da defesa em comparação a segunda.

4.2.2 A Marinha do Brasil

Pioneira das três Forças, a Marinha foi a primeira a aceitar as mulheres em seu efetivo. De forma voluntária elas poderiam integrar o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (composto de dois Quadros, o QAFO - Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais - e o QAFP - Quadro Auxiliar Feminino de Praças), criado em 1980 a partir da lei nº 6.807, para atuarem em atividades técnicas e administrativas. Elas foram inseridas no contingente da Marinha para suprir a necessidade de urgente de contratação de pessoal técnico, já que a Força na época a Marinha passava por um processo de ampliação e renovação dos meios flutuantes, aéreos e anfíbios e com a construção do Centro Médico Naval do Rio de Janeiro, e se deparava com um contingente insuficiente de oficiais formados, com um alto custo, pela Escola Naval. A contribuição das mulheres à corporação objetivava, assim, utilizar o trabalho feminino no desempenho de uma atividade masculina, liberando o oficial ou praça para emprego no mar e aproveitá-las em funções que pela peculiaridade da intuição feminina, são por elas melhor realizadas (HONORATO; RABELLO, 2015).

O arcabouço legal que se constituiu em torno do ingresso e da integração das mulheres na Marinha manteve a lógica da ordem androcêntrica da divisão sexual do trabalho, e, assim, os limites à integração feminina na corporação estavam registrados nas normas, leis e regras, nos Boletins Informativos, bem como nos editais de concursos às diversas carreiras na Força. A legislação que estabeleceu o CAFRM criou, assim, os limites iniciais de aceitação das mulheres na corporação. Para regulamentar o o Corpo Feminino da Marinha, à lei 6.807, de 7/7/1980, sucedeu-se: i) o decreto 85.238 de 7/10/1980, que estabeleceu “as condições de recrutamento, seleção inicial, matrícula em cursos e estágios, ingresso nos Quadros, convocação e permanência definitiva no Serviço Ativo da Marinha” (BRASIL, 1980); ii) a portaria 1.355 de 14/9/1981, que regulariza a licença à gestante, de quatro meses e com remuneração; e iii) a portaria 1.356 de 14/9/1981 junto da Instrução 108.102 de 13/1/1981, que regularizam as expressões possíveis do feminino e da feminilidade no ambiente militar, enquanto a primeira define os parâmetros de comportamento das mulheres em serviço, destacando os aspectos morais e também de apresentação pessoal, a segunda enfatiza os cabelos e os adornos possíveis, estipulando os aceitos e os proibidos (LOMBARDI, BRUSCHINI, MERCADO, 2009). Nestas duas últimas é possível perceber, desde o início, como o *habitus* primário em que essas mulheres foram socializadas, o *habitus* feminino, precisa ser contido, se possível alterado, para dar espaço para o *habitus* - secundário - militar se expressar e ser o *habitus* dominante nestes corpos.

Em 1997, através da lei nº 9.519, o CAFRM foi extinto e as mulheres passaram a incorporar a estrutura de Corpos e Quadros da Marinha para Oficiais e Praças. A partir de então, além de terem acesso ao Corpo de Saúde, de intendentes e de Engenheiros Navais, elas poderiam participar em missões nos navios hidrográficos, oceanográficos e de guerra, assim como integrar a tripulação de helicópteros da Marinha, e a estrutura da corporação assume a partir de então os contornos que possui até hoje (DANTAS, 2018).

Foi somente em 2012, no entanto, a partir da lei nº 12.704, que as mulheres puderam ingressar na carreira militar na Academia Militar da Marinha. Assim, em 2014, a Escola Naval recebeu a primeira turma com 12 aspirantes mulheres no Corpo de Intendentes da Marinha (CIM), novamente restritas a área administrativa e burocrática. Ainda neste ano, em novembro, foi assinada a promoção da primeira mulher a ocupar um cargo de Oficial General das Forças Armadas Brasileiras, a Contra-Almirante (Md) Dalva Maria Carvalho Mendes, que apesar de chegar a um cargo de alto oficialato, o fez como profissional da Saúde, de modo que não tem a possibilidade de assumir postos de maior comando. Para além da nomeação da capitão-de-mar-e-guerra Dalva Maria Mendes em 2012, outra mulher de destaque é a 1º Tenente Auxiliar Fuzileiro Naval (AFN) Débora Ferreira de Freitas, que antes mesmo da lei nº 13.541 de 2017 tornou-se a primeira combatente da Marinha Brasileira. Como segundo-sargento músico do CFN, ela se inscreveu no concurso de oficiais do CFN, que em seu edital não possui impedimentos de gênero para se inscrever, e passou (DANTAS, 2018).

Em 2017, através da lei nº 13.541 e do Memorando nº 1, de 10 de abril, o Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, permite o ingresso, ainda com cotas, de ambos os sexos, “(...) em atividades de aplicação efetiva do Poder Naval, autorizando o embarque em navios e unidades de tropa. Dessa forma, as Oficiais passarão a ingressar nos Corpos da Armada (CA) e de Fuzileiros Navais (CFN), a partir da Escola Naval, (...)” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020a). Destarte, em 2019, as mulheres que se tornaram aspirantes na EN, poderão ao final de 2021 escolher ingressar no Corpos da Armada (CA), dos Fuzileiros Navais (CFN) ou de Intendentes da Marinha (CIM), fazendo parte da atividade fim da Força (DANTAS, 2018). Assim, como aconteceu com a turma mista de Aviadoras na AFA, as turmas mistas que ingressaram no CA e no CFN poderão ter uma adaptação inicial mais “fácil” já que a primeira turma mista ingressou na EN em 2014. No entanto, os impactos que essas mulheres podem levar ao *habitus* militar da Marinha devem ainda ser analisados. O quadro da carreira de oficiais da Marinha do Brasil, exemplificado abaixo, fica desta forma, com todos permitindo o acesso feminino.



A seleção e a formação inicial, para as primeiras mulheres do CAFRM, foi de estranhamento, tanto da corporação militar masculina quanto das próprias mulheres aspirantes a Praças e Oficiais. Apesar de toda as preparações burocráticas e legais, e até mesmo físicas, militares não estavam habituados com o feminino e, em muitas situações do dia-a-dia, não sabiam como lidar com ele. Conforme a pesquisa dos autores, criou-se entre as moças das primeiras turmas, muita integração e amizade, grande entrosamento, até para poder suportar a pressão (LOMBARDI, BRUSCHINI, MERCADO, 2009, p.63). Essa mesma situação se repetiu com a primeira turma mista na Escola Naval e, assim como colocado pelas cadetes da Aeronáutica, a adaptação a este ingresso é uma via de mão dupla: de um lado, há a adaptação ao ambiente masculino por parte das mulheres e, de outro, há a adaptação ao mundo feminino, por parte dos homens e da Academia.

O ingresso na Academia pode se dar por dois caminhos: por meio da conclusão do ensino médio no Colégio Naval (CN) ou pelo Concurso Público de Admissão à Escola Naval (CPAEN) e a ideia de classificação e hierarquia que perpassa toda a carreira militar já se faz presente desde o período de entrada e adaptação na Academia. A posição inicial do aspirante é determinada levando em conta a nota do concurso, caso civil ou a classificação ao final do período no Colégio Naval adicionado de seu desempenho no período do estágio. Dessa forma, desde o início, os oficiais se preocupavam em garantir que não haveria regalias para as aspirantes, buscando garantir um processo de ingresso e adaptação o mais igualitário possível.

Todavia, já no processo de eleição do CPAEN de 2013 estabeleceu-se critérios diferentes para a seleção de homens e mulheres. Para a avaliação no TAF, nas provas de corrida e natação, o tempo máximo de realização era maior para os homens para respeitar a diferença fisiológica entre os indivíduos. Na avaliação acadêmica também houve uma diferença: a prova de física foi suspensa para as mulheres, sob a justificativa de que como aspirantes do CIM elas não precisam de estudar a disciplina, enquanto os homens poderiam ainda escolher entre os três Corpos e suas respectivas habilitações, para as quais precisariam do conteúdo de física (HONORATO; RABELLO, 2015; MELO, 2017).

Ao ingressarem na EN os novos alunos são chamados de “adaptandos” ou estagiários, pois é somente após a conclusão do estágio de adaptação que sua matrícula é efetivada e eles são considerados, então, aspirantes. O estágio acontece durante o mês de janeiro e é menor para os ingressantes oriundos do Colégio Naval, pois pressupõe-se que eles já possuem o *espírito militar*. Os “adaptandos” nesse período participam de várias oficinas que visam o conhecimento da Escola e de seu funcionamento, de sua rotina, dos códigos militares, entre outros. Ele é marcado, no entanto, por três elementos constantes: a prática de exercícios físicos, a falta de tempo devido à rotina e a pressão psicológica (MELO, 2017). Assim como na AFA e na AMAN, esse período serve para selecionar aqueles que “servem” para a profissão e para introduzir os indivíduos a vida militar (e da Marinha); é um processo que consiste numa transição *brusca* e intensa do mundo civil para o mundo militar, buscando diminuir - quase desfazer - o *habitus* primário do indivíduo para inculcar o mais rápido possível o *habitus* militar.

Neste primeiro momento adaptação, conforme demonstra Honorato e Rabello (2015) as aspirantes afirmaram que não pensaram e desistir em nenhum momento do curso e que buscavam se apoiar mutuamente caso a situação se tornasse muito *pesada* para elas. Percebe-se que, assim como também aconteceu na AFA, havia um espírito de corpo e companheirismo entre essas militares. Quando questionadas sobre o tratamento que receberam, algumas aspirantes afirmaram que o tratamento foi de respeito e de aceitação, enquanto algumas afirmaram sentir que eram cobradas mais por serem mulheres. No entanto, para todas, ao fim do Estágio, a amizade cresceu entre os companheiros de turma de forma positiva.

Ao final desse período, quando questionadas sobre como iriam lidar com a carreira após a graduação, todas colocaram que vão lidar com os oficiais e praças como são ensinadas na Escola Naval. Podemos notar que as respostas dadas pelas aspirantes, como: “com respeito e cordialidade” (Asp. 4, HONORATO; RABELLO, p.171); “mantendo a compostura, mostrando aos militares que nós também podemos ser excelentes Oficiais” (Asp. 1, HONORATO;

RABELLO, p.171); e “com muita postura e profissionalismo no ambiente de trabalho; ética e respeito de um para com outro” (Asp. 5, HONORATO; RABELLO, p.171); são todas características *sem* gênero, no limite. A conduta que elas buscam construir, tanto na EN como fora da mesma, são baseadas em características que qualquer militar, independente de gênero, deve ter para com seus pares. Sabe-se que durante muito tempo a ideia de profissional estava associado a imagem do homem, aquele que ocupava o espaço público e o mercado de trabalho. No entanto, em momento algum as respostas das aspirantes caminharam no sentido de mostrar seu valor com base em uma característica tradicionalmente masculina, diferentemente das turmas de Intendentes e Aviadoras da AFA, ingresso ocorreu mais de 10 anos antes desta. Nesse sentido, é possível perceber que há uma mudança na imagem da mulher e do homem na sociedade moderna que gera ruídos na ação e no posicionamento da mulher militar nas Academias hoje, que, em certa medida, entendem que algumas características, como *profissionalismo, seriedade, postura*, são qualidades que qualquer indivíduo pode ter.

Desde o período do Estágio elas também demonstram que havia uma preocupação em conciliar a família com a vida profissional. Esse mesmo comportamento também pode ser observado nas cadetes das duas primeiras turmas da AFA. Mesmo com mais de 10 anos separando a entrada das turmas no CFOIn e CFOAv e a turma de aspirantes intendentes na EN, verifica-se que ainda há uma preocupação por parte da mulher com o seu papel como *mãe, cuidadora, da família*, que não se encontra em nenhum dos discursos dos cadetes ou aspirantes. Para eles a construção e a manutenção de uma família não são um problema ou um objetivo a ser conciliado com a vida profissional. “(...) [A] maternidade aparece como condição apriorística e que impede as mulheres de se “doarem completamente à carreira” como exigiria a profissão militar, entendida não somente como uma profissão, mas como um estilo de vida.” (MELO, 2017, p.25). Isso evoca a ideia de que o exercício da função militar é um dever e uma vocação para o homem, que vai em desacordo com a instituição moderna proposta por Charles Moskos (1970), na qual a carreira militar é apenas uma opção profissional. Nesse sentido, diferentemente das características que um indivíduo pode assumir no mercado de trabalho, as funções tradicionalmente atribuídas às mulheres em nossa sociedade pouco, ou nada, se modificou: elas ainda são as responsáveis por criar uma família, cuidar da casa e dos filhos. Ser mãe é ainda uma obrigação - inconsciente - para o *habitus* feminino.

Conforme Honorato e Rabello (2015) e Melo (2017, p.20-21), mudanças arquitetônicas nos espaços físicos foram feitas para receber o primeiro contingente feminino. Um dos camarotes que não estava sendo utilizado pelos aspirantes do segundo ano foi reformado a fim

de se tornar o alojamento feminino da EN. O local fica situado ao final de um corredor no terceiro andar do prédio dos camarotes dos aspirantes separado por uma porta. “A entrada e saída dele se dá pela escada de emergência, a fim de que as aspirantes não passem em meio às escadas e corredores que dão acesso aos camarotes masculinos, o que é proibido” (MELO, 2017, p.21) Além do alojamento, outros espaços foram transformados para receberem as mulheres: um dos espaços da enfermaria se tornou uma ala feminina e um dos banheiros foi destinado ao uso das aspirantes; um vestiário próximo à piscina, um banheiro no Pátio Inhaúma e banheiros próximos às salas de aula foram também convertidos em femininos.

Além das mudanças espaciais, ocorreram mudanças também no Comando do Corpo de Aspirantes (ComCA), setor responsável pela formação dos aspirantes e, até então, formado somente por oficiais homens. É um grupo que possui grande poder simbólico, porque os oficiais que o compõem são aqueles que “dão o exemplo”, que servem “como espelho” para os aspirantes da EN. Assim, devido à inserção feminina, três mulheres oficiais mulheres do quadro complementar, que já serviam na Escola, foram deslocadas para o ComCA. Elas foram as primeiras mulheres a ocupar este espaço e a exercer função de Oficial de Serviço (OSCA), “(...) que deve pernoitar a Escola e ficar de sobreaviso para a resolução de qualquer questão que se apresente” (MELO, 2017, p.22). O objetivo dessa medida era que essas oficiais acompanhassem e orientassem a formação das aspirantes e os problemas “de mulher” que pudessem surgir e que gerariam constrangimentos ou estariam além da compreensão se tratados com homens. Elas também atuavam como ponto de apoio para as aspirantes nas questões subjetivas e emocionais concernentes às dificuldades da carreira militar (MELO, 2017). Dessa forma, mais do que a hierarquia de cargos, o gênero era um marcador fundamental nesta relação entre oficiais-aspirantes, configurando uma relação de mulher para mulher de compreensão mútua das vivências no meio militar. Desse modo, fica evidente como se dá a construção do feminino na Marinha Brasileira: um corpo ancorado nas concepções tradicionais do *habitus* feminino que é incompreensível como *capaz* para o imaginário masculino.

Durante o primeiro ano, é muito marcada a distinção entre os aspirantes que ingressaram na EN por meio do Colégio Naval e aqueles que ingressaram diretamente na Academia por meio do concurso público, os *quebecs*. O CN é ainda hoje a principal via de acesso à Escola Naval, que é a mais importante via para o oficialato na linha bélica da Marinha (MELO, 2017, p.37). A diferença de acúmulo de conhecimento entre os alunos que vem do CN e do CPAEN se traduz na classificação hierárquica dos aspirantes no interior da turma: os três anos de vivência no meio militar garante aos alunos egressos do Colégio Naval os primeiros lugares em

suas turmas e, assim, a possibilidade de se tornarem oficiais-alunos. A classificação que se deu na EN desde o período do estágio, com a primeira turma mista foi

(...) composta primeiro pelos alunos oriundos do Colégio Naval, carregando a sua classificação do final do terceiro ano da instituição; são incorporados os discentes repetentes; depois vêm os alunos do concurso público do gênero masculino; a seguir os estrangeiros matriculados que passaram pelo estágio de qualificação realizado no ano anterior; e, por último, as 12 adaptandas (HONORATO; RABELLO, 2015, p.169)

É uma situação homóloga a que existe entre os militares de carreira e os militares temporários. O Colégio Naval, no entanto, até a presente data ainda não aceita o ingresso de mulheres. Assim, os oriundos do CN “fazem guerra” com as aspirantes assim como fazem com os *quebecs* homens, mas utilizam o gênero para poder diminuí-las: “pior que *quebec*, só *quebec* mulher” (MELO, 2017, p.39).

Essa distinção traz consequências para várias situações ao longo dos anos na Academia, principalmente quando se leva em conta a acumulação de capitais social, militar e cultural ao longo dos anos na carreira militar e percebe-se que, conforme a classificação após o período do Estágio, as mulheres saem em desvantagem. Como colocado por Piero Leirner (1997) e demonstrado no capítulo anterior, a hierarquia é um elemento e situação de grande importância no meio militar, pois vai influenciar toda a carreira dos indivíduos. Como a classificação dos aspirantes a oficial já se dão a partir do momento em que eles ingressam na Academia, mesmo que a relação entre eles seja discursivamente produzida em termos de irmandade, a classificação hierárquica gera uma competitividade muito grande no interior da turma. Havia uma resistência à entrada das mulheres nessa classificação, pois caso elas concorressem à antiguidade com os demais, elas estariam disputando boas posições e oportunidades, e nenhum aspirante gostaria de perder suas chances para um *quebec*, *ainda mais mulher* (MELO, 2017).

Essa classificação gerou diversos pontos de tensão ao longo dos quatro anos de curso em situações diferentes, todas com a preocupação sendo de os aspirantes perderem boas oportunidades para as aspirantes. Dentro da cadeia de comando da EN há o grupo de oficiais-alunos, que comandam os pelotões, batalhões e Companhias que existem na estrutura da Academia. Esse grupo é formado pelos 28 aspirantes melhor classificados do quarto ano e possui alunos dos três Corpos. Todavia, como há uma hierarquia em relação aos Corpos da Marinha, com o Corpo da Armada sendo o mais alto no escalão, seguido pelo Corpo de Fuzileiros Navais e, após esse, pelo Corpo de Intendentes da Marinha, há uma diferença nas vagas destinadas a cada Corpo, sendo: 16 reservadas para o CA, 6 para o CFN e 6 para o CIM. Os oficiais-alunos são hierarquicamente superiores a todos os outros no Corpo de Aspirantes e exercem funções de maior responsabilidade, além de auxiliar na formação militar das turmas

mais novas (MELO, 2017, p.35). Segundo Melo (2017, p.36) nenhuma das aspirantes mulheres que chegaram ao quarto ano em 2017 tornaram-se oficiais alunas.

Ainda, durante o primeiro ano, as turmas são divididas em quartos para assistirem às aulas e são ordenados dentro da sala de acordo com a sua classificação, com os piores classificados ficando com as últimas carteiras. Também, dentro desses quartos os alunos se avaliam entre si anonimamente e são classificados de acordo com o resultado desta, o conceito paralelo. Na pesquisa conduzida por Thaís Melo (2017, p.41), nas primeiras turmas mistas as mulheres aspirantes foram as que receberam os piores conceitos paralelos.

O conceito paralelo é ainda levado em conta para definir o conceito do aluno, classificação que leva em conta a avaliação de critérios nas áreas de domínio militar-naval, profissional e pessoal. O conceito, por sua vez, forma a nota de aptidão para o oficialato do aspirante, que junto de seu desempenho acadêmico e sua nota de Teste de Aptidão Física (TAF) o classificam no interior de sua turma (MELO, 2017). O conceito opera como um mecanismo importante no interior da EN e pode ser considerado um dos tipos de capital militar deste meio. Aqueles que possuem bom grau em seu conceito são aqueles que possuem boas colocações na hierarquia e, conseqüentemente, na carreira militar. Como Melo (2017) coloca, as mulheres, até 2017 não possuíam muito desse capital e se encontram em desvantagem no campo, não sendo as melhores da turma ou chegando ao grupo de oficiais-alunos. É relevante notar que este capital é fortemente influenciado pelo capital social. Somente aquele aspirante que se engaja com o meio e consegue angariar a atenção dos oficiais possuem boas classificações em seu conceito. Ainda, tal qual em Melo (2017)

[a]queles que não buscam esse reconhecimento acabam por ter uma rotina de atividades menos intensa, (...) porém eles são considerados **apagados**. Seus superiores não os conhecem. Por não os conhecerem, deduzem que eles não estão envolvidos nas atividades, o que não é “bem visto”, logo não consideram justo atribuir-lhes o mesmo conceito que atribuem aos aspirantes-padrão (MELO, 2017, p.42, destaque do autor)

Esse quadro reflete como a posição da mulher é ainda frágil no campo militar e pouco consegue avançar em sua hierarquia, pois além dos limites objetivos, *nomus*, os limites subjetivos, *habitus*, pouco modificaram a ideia do feminino que construíram ao longo dos anos.

A ausência da disciplina de física no processo de seleção do CPAEN gerou problemas na classificação hierárquica na Escola. Para suprir a ausência desta matéria, foi criada uma disciplina a parte para elas: Cultura Organizacional Militar. De acordo com Melo (2017, p.60-61), as aspirantes não se sentiam confortáveis com essa disciplina paralela e afirmavam preferir fazer física junto de seus pares para concorrer à antiguidade junto com toda a turma. Ainda segundo a autora, a disciplina inclinava para uma atuação feminina em áreas tradicionalmente

atribuídas ao feminino nas Forças Armadas, como projetos sociais desenvolvidos pelas Forças, e o acolhimento oferecido pela comandante que a ministrava se aproximava do cuidado materno, caracterizando a disciplina como um espaço *de mulher* criado no interior da “casa dos homens” (MELO, 2017, p.61). Para resolver o problema da classificação hierárquica, a instituição então determinou que as aspirantes cursassem física I no primeiro semestre do segundo ano e física II no segundo semestre do segundo ano para que fosse possível uma classificação geral da turma. Somente partir de 2015 que o currículo se tornou idêntico para ambos os gêneros e as provas escritas do CPAEN também.

É possível notar que a disciplina criou uma maior proximidade entre as aspirantes, levando-as a estarem sempre próximas e se relacionando mais entre si; era uma relação de “mulher para mulher”. Neste sentido, as aspirantes eram estimuladas a compartilhar e expressar suas emoções e eram aceitas e acolhidas, era uma *necessidade feminina*, como demonstrado nesta fala de um aspirante do quarto ano:

A gente fez algumas simulações de situações inusitadas, se alguma aspirante começasse a chorar do nada, se alguma aspirante dissesse que tava menstruada, se ela indicasse sinais de TPM, de estresse... a gente aprendeu mais ou menos a como lidar com isso. (...) “Engole o choro e continua” e continuar motivando ela. O negócio é, como se fosse qualquer outro aspirante [homem], **chamar num canto, com mais um aspirante, porque é mulher, e conversar** (MELO, 2017, p.62-63)

Ao contrário, a masculinidade no meio militar - e civil - é construída sobre o controle das emoções, sobre ser capaz de dominar seus sentimentos. Destarte, para eles, ocorre nesse primeiro ano “(...) uma brusca transição não só do “mundo de fora” para o “mundo de dentro”, mas do privado-maternal para o público-guerreiro. Contudo, no caso das aspirantes, a relação “de mulher para mulher” se encarrega de estabelecer uma continuidade com esse domínio” (MELO, 2017, p.62). Essa situação, porém, faz com que o capital social das aspirantes seja constantemente baixo, pois, assim como na AFA, as primeiras turmas femininas tendem a fechar-se em si mesmas. Todos estes elementos somados dificultavam a integração das aspirantes na turma e no corpo de aspirantes; eles eram vistos como vantagem dada às mulheres (MELO, 2017, p.58)

Também, assim como na AFA, a presença constante da mídia era um fator causador de tensão entre a turma. As visitas das emissoras de TV e revistas alterava a rotina da turma do primeiro ano e fazia com que os aspirantes homens considerassem as aspirantes como “estrelinhas”. Na visão interna da Academia, o primeiro ano não deveria receber esse tipo de atenção. Este período é, pelo contrário, considerado o pior ano da Escola para um aspirante, ele está na base da cadeia hierárquica e, assim, não devem receber nenhum tratamento diferenciado. Todavia, a presença das aspirantes era solicitada para diversos eventos da Marinha e toda essa

atenção e oportunidades diferentes eram lidas pelos aspirantes homens como *coxa* e representava uma quebra de hierarquia (MELO, 2017).

A atuação da mídia ao demonstrarem o processo de inserção feminina na Escola Naval contribuiu para que o *habitus* militar e o *habitus* masculino pudessem, em certa medida, permanecer o mesmo. As reportagens descreviam o camarote feminino como um espaço a parte na instituição, distintivamente feminino, com objetos coloridos e “frufus”. As aspirantes, por sua vez, eram apresentadas perto de suas maquiagens e o espectador era informado de que elas não “deixaram de lado sua vaidade” ao entrar para o meio militar, elas eram um seletor “clube da Luluzinha” como coloca Melo (2017, p.67).

Outro ponto apresentado por Melo (2017, p.65-66) que dificultava a integração feminina era o fato de elas já ingressarem como parte do CIM. A escolha pela Intendência, Armada ou Fuzileiro Naval é definida pela antiguidade. Concluir os dois primeiros anos de curso sendo bem classificado é valorizado e desejado, aspirantes que conseguem são bem vistos e aclamados, ao contrário daqueles que são os últimos classificados. O quadro que se criava para os aspirantes homens era de que as mulheres, dessa forma, estariam “roubando suas vagas”, pois estariam pulando esta etapa e lesando seus companheiros de turma que deveriam passar por esse período que demanda esforço e sacrifício. A igualdade para a escolha, no entanto, também não era bem vista pelos aspirantes. O corpo feminino era visto como um problema para a eficácia militar e a ordem moral da instituição. Eles eram tidos como uma indisposição natural que não deveriam estar ali - ou futuramente compor os Corpos da Armada e de Fuzileiros Navais.

Eu achei estranho, não tem nada a ver [a inserção feminina na Escola]... Para mim, a Escola forma para navio, para fuzileiro, para fazer campo... as atividades para as quais a Escola Naval forma, eu acho que as mulheres não se encaixam. Tem várias teorias. Teve um garoto, aspirante, que estava conversando comigo e disse que tem uma reportagem sobre uma mulher nos Estados Unidos, fuzileira, eu acho. Ela disse que fazia de tudo, tão bem quanto um homem. Só que chegou um momento que o corpo dela não aguentou. Não é tão resistente quanto o do homem. Ela ficou com a imunidade mais fraca depois de um tempo. Não conseguia se recuperar, entendeu? Eu fico pensando nisso (Aspirante, homem, 4º ano) (MELO, 2017, p.70).

E a maior parte das aspirantes concordam que a sua condição biológica é um fator que dificulta sua integração com o restante da turma.

Eu procurava sempre superar tudo que eu tinha capacidade. Eu procurava dar o meu melhor (eu tinha isso pra mim mesma). Eu não gostava de fracassar, sabe? De me mostrar fraca. Porque eu não queria que ninguém tivesse essa imagem das mulheres “- Ah, as mulheres entraram, mas são fracas. Não aguentam nada.” Eu não reclamava de nada. Tudo que mandavam fazer, eu fazia do mesmo jeito, não fazia cara de sofrimento - “Ah, eu sou mulher...” (Aspirante, mulher, 1º ano) (MELO, 2017, p. 71-72).

Tem esses comentários, como se a gente não devesse ter passado de uma dona de casa. Tem homem aqui, que por ele não teria mulher aqui dentro. ‘Ah, porque vocês pagam flexão de joelho no chão’. Pô, eu pago flexão com o joelho porque é assim que eles mandam eu pagar. Tem esses comentários que não são agradáveis, mas eu já não me importo (Aspirante, mulher, 1º ano) (MELO, 2017, p.71)

É no corpo, no entanto, que se inscrevem as técnicas de distinção utilizadas pelas mulheres neste meio homogeneizador. É nele também que tem início a preocupação por parte dos oficiais para saber lidar com o *mistério feminino*. Há um regulamento sobre o que é permitido e o que não é permitido, mas nem todas usam o que é previsto como brincos, maquiagens claras, esmaltes discretos, uma pulseira, um anel, tamanho de decote das roupas civis, entre outros. Essas regras mostram a reprodução de uma moralidade tradicional sobre o corpo feminino que não se modificou e que ainda perdura no *habitus* masculino, feminino e militar.

As tenentes que foram transferidas para o ComCA eram importantes para criar um referencial feminino da perspectiva do ser militar para as “adaptandas”, indicando que mulheres eram necessárias para formar as aspirantes. Tudo que envolvia o corpo feminino, como lidar com ele, sua vestimenta, como se comportar perto dele eram “coisas de mulher” e, assim, deveriam ser conduzidas por mulheres e/ou ensinadas detalhadamente aos homens. O feminino se apresentava na EN como um mistério, como algo inacessível aos homens, mas também como um conjunto de moralidades advindas da visão tradicional a acerca de seus usos (MELO, 2017).

Até hoje eles [tenentes homens] não sabem direito inspecionar nosso uniforme. Eles não sabem se o sapato é aquele mesmo, se o coque está certo (Aspirante, mulher) (MELO, 2017, p.75)

Aspirante adaptador: A gente fez algumas simulações de situações inusitadas, se alguma aspirante começasse a chorar do nada, se alguma aspirante dissesse que tava menstruada, se ela indicasse sinais de TPM, de estresse... a gente aprendeu mais ou menos a como lidar com isso (...) (MELO, 2017, p.75).

Em uma dinâmica dupla, enquanto em alguns aspectos a representação do feminino e seu corpo se baseavam na ideia de fragilidade, fraqueza, pequenez, na falta de eficiência frente ao corpo do homem, em outros, como nos discursos sobre relacionamento entre aspirantes, o feminino e o corpo feminino são tidos como engenhoso, sedutor e astuto, um perigo para o aspirante que se relaciona com uma aspirante.

Para conversar com as **tutoreadas** tinha que arrumar um lugar mais... “em público” possível. Às vezes conversava na sala da Cia que a porta é de vidro, todo mundo vê. (...) Pode ter uma menina mau-caráter que quer te ferrar e fala: “ele me assediou”, alguma coisa assim. Vai ser sua palavra contra a dela e eu acho que a mulher sempre ganha nessas coisas. Aí eu falei – “vou ficar longe, nem vou passar perto”. Fiquei com isso na cabeça (Aspirante, homem, 4º ano) (MELO, p.76)

No início eles que ficavam retraídos. Porque antes de a gente entrar lá, na Escola e no Colégio também, passaram muitas instruções para eles. Para eles não ficarem muito perto da gente, para não acontecer nada que pudesse ter uma imagem ruim... para não dar problema lá dentro. Porque a gente não pode ter nenhum contato físico, essas coisas. Então você vê que no início eles tinham muito pé atrás de conversar com a gente, não pode ficar sozinho conversando... Por medo mesmo de tomar um catrapo, alguém lá dentro reclamar (Aspirante, mulher, 1º ano) (MELO, p.78)

A honra e a virtude feminina possuem um conteúdo distinto da honra e da virtude masculina, revelado na relação de “mulher para mulher” que se estabeleceu entre as tenentes e as adaptandas/aspirantes; ao passo de que a honra e a virtude masculina militar devem ser demonstrações de força, coragem, sexualidade, brutalidade. A honra e a virtude feminina militar são o oposto, contribuindo para a construção da identidade militar baseada, ainda, nos aspectos tradicionalmente associados ao masculino. O grupo que se formou entre as aspirantes e as tenentes construiu um espaço na caserna marcado pela feminilidade, pela emotividade feminina e para cuidar para que as imagens das aspirantes sejam resguardadas, já que estão constantemente em foco.

As tenentes vieram pra cá justamente para orientar a gente. Elas instruíram a fazer coque, a usar uniforme, como é que usava, tamanho... Aí no dia que a gente foi experimentar os uniformes elas ensinaram como é que põe. Instruíram a gente em todos esses sentidos. Quando a gente precisava, assim, de um apoio feminino, elas também conversavam com a gente, tiravam dúvidas. Elas vieram exatamente para isso, para apoiar o Corpo Feminino. Tem coisas que nem sempre a gente pode se abrir com um homem, né? (Aspirante, mulher, 1º ano) (MELO, p.80)

Elas nunca falaram assim: “– Ah, não dança”. Nunca falaram. Mas já falaram, muitas vezes – “É feio uma mulher fardada [rebolar] até o chão”. É feio. Eu acho feio também. Acho que deveria ser feito tanto para mulher quanto para homem. Tá fardado, cara. Não adianta. Então fizessem um baile civil... ainda assim ia **agarrar**. Porque a gente está na nossa instituição. Porque na festa junina, por exemplo... pô, mesmo eu como civil tenho que ter comportamento adequado. Eu não podia ficar ali no meio como se fosse uma pessoa normal. Pelo menos é a instrução que a gente recebe. E nós doze, a gente cumpre. Nunca teve caso de nenhuma das doze terem bebido, terem feito alguma coisa errada, a gente sempre faz direitinho. Então elas mandam – “Não pode isso...” Não é não pode, é “Não faz isso”, “não é legal”. A gente sempre faz do jeito que é aconselhado. Porque vai vir depois também outras meninas. Elas falam muito disso, que a gente tem que dar o exemplo (Aspirante, mulher, 1º ano) (MELO, p.80)

Aspirante Y (mulher): Elas ensinaram tudo. Ensinou como fazer coque rápido, como se agir em festa. Porque nós somos mulheres, tem que se comportar de um modo diferente. E elas ensinavam. Tudo que eu sei hoje, foram elas que me ensinaram (MELO, p. 81)

As aspirantes que não cumprem as ordens morais - ou os conselhos - podem, indiretamente, comprometer suas chances de conseguir boas posições em sua carreira. Isso acontece

(...) porque a imagem dos aspirantes, sua postura (mensurada em termos de “seriedade”), seu relacionamento com seus companheiros de turma, seu caráter, são dimensões de avaliação para atribuição do conceito. Nesse contexto, essa moralidade tradicional é reproduzida e, construída como um atributo distintivo dos militares com relação aos paisanos (MELO, 2017, p.88).

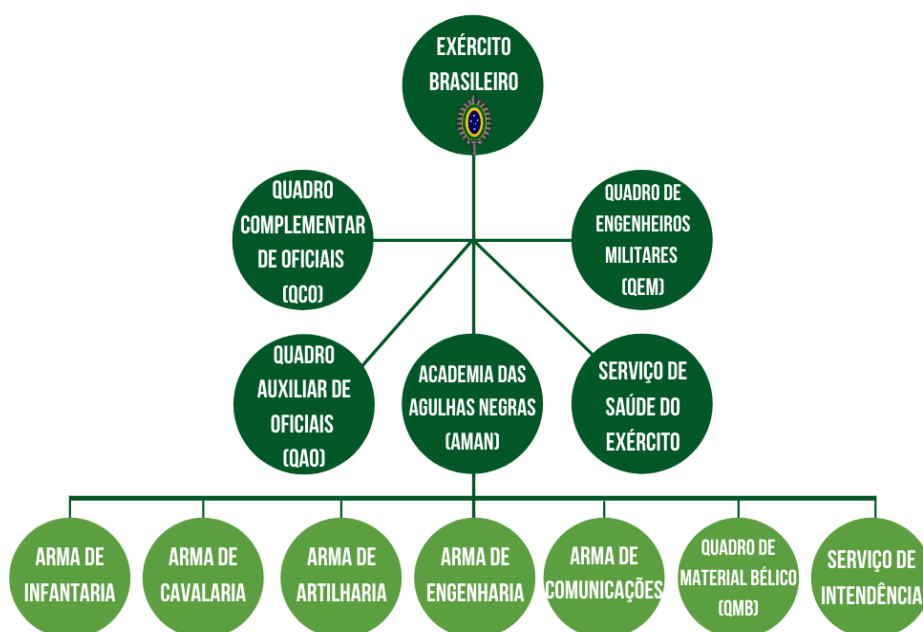
Percebe-se, então, que a relação que se dá entre as tenentes e as aspirantes, e posteriormente entre as aspirantes, reproduz na caserna um ideal de feminilidade pautado nas condutas moralmente valorizadas pela sociedade tradicional. A militar, ao contrário do militar, para ser uma boa militar, deve ser uma mulher decente, comportada, quieta, fechada. Na perspectiva de se *encaixar* no campo militar, as mulheres reproduzem e ensinam essas estruturas incorporadas, estruturas essas construídas pelos homens. Entretanto, as mulheres que adentram o meio militar estabelecem relações outras com seus corpos que não a relação tradicional do *habitus* feminino da sociedade: elas exercem poder de mando, se apropriam de atributos outrora aprendidos como exclusivamente masculinos, como a coragem, intrepidez e postura corporal rígida. Ao adentrarem o campo militar elas buscam rapidamente compreender o jogo e suas regras, se apropriar de elementos como a confiança, postura, buscam obter informações, buscam demonstrar força, tanto de corpo como de caráter e serem vistas com respeito por seus pares homens; buscam ser sérias e não se refugiar em estereótipos femininos. Nesse sentido, há um potencial transformador na ocupação desses espaços que está na possibilidade de redefinição de horizontes de possibilidades socialmente construídas e na apropriação de características que durante a nossa socialização *gendrificada* foram apresentadas e aprendidas como exclusivamente masculinos. “Desnaturalizar essas relações e perceber esses elementos arbitrariamente definidos como masculinos ou masculinizantes, se apropriar deles e buscar respaldo nas normas e regras tem potencial emancipador para as mulheres” (MELO, 2017, p.92).

4.2.3 O Exército Brasileiro

Sendo a última das três Forças, foi somente em 1987 que o Exército Brasileiro começou a pensar o ingresso feminino em seu contingente, através da Portaria Ministerial nº810 que concedia 30% das vagas nos Colégios Militares para o sexo feminino. Nesse mesmo ano, a Lei 7.831 criou o Quadro Complementar de Oficiais (QDC), que facultou a entrada de mulheres na antiga Escola de Administração do Exército (EsAEx), hoje Escola de Formação Complementar

do Exército (EsFCEx), formando a primeira turma de oficiais compostas por homens e mulheres. Em 1996 avanços significativos foram dados, quando, ampliando a possibilidade de atuação das mulheres, instaurou-se o Serviço Militar Feminino Voluntário para médicas, farmacêuticas, dentistas e veterinárias (MFDV). Em 1997, o Instituto Militar de Engenharia (IME) e a Escola de Saúde do Exército (EsSEEx) receberam aquelas que viriam a ser as primeiras oficiais de carreira engenheiras e médicas. Um ano mais tarde, criou-se o Serviço de Estágio Técnico para profissionais de nível superior de diversas áreas para atender à Instituição, podendo permanecer até oito anos na Força. Em 2001 a EsSEEx, permitiu a inscrição de mulheres para participar do concurso público para o preenchimento de vagas no Curso de Sargento de Saúde que passou a funcionar em 2002 (DANTAS, 2018; MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020b).

No entanto, foi somente em 2017, através da lei nº 12.705/12 que as mulheres puderam ingressar como cadetes na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e também na Escola de Sargentos de Logística (EsSLog) e no Centro de Instrução de Aviação do Exército (CI Av Ex). O edital de 2016 da AMAN ofereceu 40 vagas para mulheres no Quadro de Material Bélico e no Serviço de Intendência e pela primeira vez elas teriam a possibilidade de alcançar os postos mais altos da Força, mas não de participarem da atividade-fim da Força, pois essas duas carreiras não atuam no campo de batalha diretamente. Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, as Armas presentes nos campos de batalha, ainda permanecem sem acesso ao sexo feminino. Dessa forma, em toda a carreira de oficiais, exemplificada abaixo, todos exceto as armas combatentes e os postos que derivam dessas especialidades, estão disponíveis para as mulheres.



Para poderem incorporarem o efetivo da AMAN, as mulheres devem passar pelo concurso de admissão da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx). Dessa forma, em 2017 adentrou na EsPCEEx a primeira turma mista de cadetes, que em 2018 passaram a fazer parte do quadro da AMAN. Como consequência da inserção tardia, o Exército é hoje a Força que menos possui mulheres em seu contingente e a que a Academia ainda não formou nenhuma turma mista até o momento desta pesquisa. Sendo assim, os dados e estudos sobre estas turmas, até então 3, e sobre essas mulheres são escassos. Dessa forma, além de esta pesquisa buscar contribuir nesta área, utilizaremos neste ponto algumas poucas fontes bibliográficas resultados de estudos etnográficos para podermos começar a avaliar qual o impacto que a presença feminina - e o *habitus* feminino - causou, e está causando, no *habitus* militar da Força mais antiga e mais tradicional do Brasil.

Todo o processo de inserção feminina foi pensado e desenhado pelo Estado-Maior do Exército (EME). Foi o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx) o incumbido de implementar o Projeto Inserção do Sexo Feminino na Linha de Ensino Militar Bélico do Exército Brasileiro (PISFLEMB). Assim como ocorreu nas outras duas Academias, além dos planejamentos para preparar o espaço físico da Academia e sua grade curricular, foi realizado um esclarecimento ao público interno por meio da divulgação do projeto visando criar um novo ambiente organizacional, no qual o corpo da “outridade” estaria presente. A divulgação e comunicação visava, dessa forma,

(...) atender as necessidades do corpo do docente, a preparação dos instrutores para o trato com as cadetes, a confecção do exame de aptidão física inicial, dos programas de treinamento e das provas físicas observando a peculiaridades e a proporcionalidade entre homens e mulheres, a adequação das normas escolares, buscando estabelecer tratamento igualitário para ambos os sexos, e a busca pelo comprometimento de forma plena dos envolvidos no processo de formação (JÚNIOR SANTOS, 2018, p.59).

O concurso de 2016 da EsPCEEx foi o mais concorrido da história da Escola. A relação candidato/vaga para o segmento feminino foi de 192,65, ao passo que para os homens foi de 55,14. Numericamente, no entanto, houveram 22.055 homens inscritos e 7.706 mulheres inscritas. Segundo Júnior Santos (2018, p. 60-61) houve, comparativamente, um aumento de 68% nas inscrições em comparação com o concurso do ano anterior, 2015, quando o sexo feminino não tinha vagas.

Júnior Santos (2018) buscou verificar a adaptação inicial na linha militar bélica do Exército e as repercussões para as mulheres do primeiro ano da primeira turma mista. Assim, o autor verificou a adaptação social, o rendimento escolar, rendimento militar e ação de combate

através dos cadetes do sexo masculino e feminino, bem como os instrutores que participaram diretamente do primeiro ano da formação dessa turma.

Ainda durante o ano de curso na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, ao comparar as médias de desempenho escolar de ambos os gêneros, através de quatro itens gerais, a saber: disciplinas da Divisão de Ensino (Div Ens), disciplinas militares, testes físicos (TAF) e competências atitudinais, Júnior Santos (2018) obteve a seguinte tabela:

Disciplina	Sexo Feminino				Sexo Masculino			
	Média	Mediana	Máxima	Mínima	Média	Mediana	Máxima	Mínima
Língua Portuguesa I	8,27	8,17	9,68	6,63	7,17	7,2	9,25	0
Língua Inglesa I	9,23	9,46	9,93	7,19	8,37	8,51	10	0
Língua Espanhola I	8,57	8,64	9,92	7,13	7,63	7,7	9,51	2,78
História	8,67	8,93	9,97	6,55	8	8,1	9,86	2
Física Aplicada	8,63	8,8	9,82	4,35	8,08	8,28	10	0,9
Química Aplicada I	8,1	8,25	9,23	5,71	7,65	7,81	9,39	2,44
Cálculo	7,66	7,98	9,79	1,71	7,2	7,32	9,9	1
Cibernética I	7,34	7,4	8,64	4,78	7,27	7,26	9,57	2,33
Introdução das Técnicas Militares	7,09	7,61	8,53	2,63	6,91	7,01	9,22	3,16
Técnicas Militares I	8,65	8,7	9,51	6,92	8,63	8,73	9,68	5,1
Técnicas Militares II	8,45	8,64	9,21	7,3	8,04	8,08	9,74	1,36
TFM I	7,6	7,5	10	2,5	8,34	8,75	10	2,5
TFM II	8,15	9,5	10	1	9,21	10	10	2,5
TFM III	5,56	5,5	9,75	0,5	8,05	8,25	10	0
Competência Atitudinal	8,39	8,42	9,53	6,13	8,09	8,17	9,63	4,17

Retirada de Júnior Santos (2018, p.63)

As disciplinas da Div Ens congregam as disciplinas curriculares do primeiro ano de formação do oficial combatente do EB ministradas pela Divisão de Ensino: Língua Portuguesa I, Língua Inglesa I, Língua Espanhola I, História, Física Aplicada, Química Aplicada I e Cálculo. O item de disciplinas militares, estas que possuem caráter de formação militar, é composto pelas disciplinas de: Introdução das Técnicas Militares, Cibernética I, Técnicas Militares I e Técnicas Militares II. O item de testes físicos é composto pelos testes que são aplicados através dos testes de aptidão física (TAF) e é composto pelas disciplinas: Treinamento Físico Militar I (composto pelas provas de natação e aquáticas), Treinamento Físico Militar II (composto pelas provas neuromusculares) e Treinamento Físico Militar III (composto pelas provas de corrida) (JÚNIOR SANTOS, 2018, p.62-63).

Percebe-se desde então que no item de disciplinas da Div Ens, notavelmente acadêmicas, as cadetes obtiveram médias maiores em todas, além de possuírem somente uma média abaixo de 8 e nenhuma mínima com valor 0, enquanto os cadetes obtiveram cinco médias abaixo de 8 e duas mínimas com valor 0. No âmbito das disciplinas militares os cadetes

obtiveram uma média maior que as cadetes na disciplina de Técnicas Militares II, mas nas outras três elas possuem médias maiores. Neste item as médias estão mais bem equiparadas frente os outros três, todavia, enquanto a maior mínima das cadetes é de 7,3, a dos cadetes é de 5,1. A situação no item de testes físicos, no entanto, é o contrário. Os cadetes obtiveram médias maiores em todas as três disciplinas, com todas as médias maiores que 8, ao passo que as cadetes obtiveram somente uma média maior que 8. Elas, porém, não obtiveram nenhuma mínima zerada, enquanto os cadetes sim.

Nesse sentido, fica claro a diferença dos tipos de capitais entre os cadetes ao iniciar o curso na Academia Militar das Agulhas Negras. Enquanto as mulheres possuem maiores quantidades de capital cultural instituído (notas maiores na parte acadêmica do curso), os homens possuem maior quantidade de capital cultural interiorizado (aptidão física). Os dois capitais são levados em conta na classificação geral do cadete, assim como os outros adquiridos ao longo do curso na EsPCEX e na AMAN, no entanto, neste primeiro momento tem-se um reforço dos estereótipos de que as cadetes são sempre as mais estudiosas, mais comprometidas com as notas, enquanto os cadetes são os mais fortes, os fisicamente capazes e merecedores da carreira militar. O *habitus* militar, assim, assimila as cadetes dentro dos padrões tradicionais femininos, de dedicação e esforço para atividades mentais. Esse movimento, todavia, demonstra uma mudança neste *habitus*. Anteriormente, o capital cultural - que envolve a Academia - era restrito aos homens, pois somente eles eram permitidos frequentar a Academia militar e, assim, chegar ao alto comando de sua respectiva Força. Com a entrada da mulher nos quadros complementares o maior grau de capital cultural (objetivado, interiorizado e instituído) ainda permaneceu restrito aos homens militares, pois somente eles poderiam frequentar a Academia de formação de oficiais. Hoje, apesar de grande parte deste capital estar ao alcance das mulheres militares oficiais, ainda resta uma parte que ainda lhes é negada, o capital cultural referente às outras cinco armas da AMAN, que permitem que os oficiais possam chegar a comandar o Exército Brasileiro algum dia. Por conseguinte, pelo *nomus* do campo, elas ainda estão destinadas a serem parte da classe dominada no campo do Exército.

Para além deste período na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, Júnior Santos (2018) analisou, através de questionários, o cenário inicial do primeiro ano de formação da turma mista de oficiais do Exército Brasileiro. Logo sobre o número de vagas disponibilizadas, o autor notou que enquanto 48% das cadetes acreditavam que não deveria haver vagas pré-definidas para mulheres, os oficiais instrutores colocaram que o número de vagas deveria ser mantido. Diferentemente deste último, 37% dos cadetes acreditavam que deveriam ser

disponibilizadas mais vagas para mulheres ao passo que 27% acreditavam que menos vagas deveriam ser disponibilizadas a elas (JÚNIOR SANTOS, 2018, p.65). Nota-se um certo protecionismo em relação aos homens por parte dos homens que responderam o questionário, principalmente pelos oficiais instrutores, aqueles que têm alguma capacidade de influenciar as regras do jogo no campo militar. O posicionamento das cadetes foi um claro ponto de transformação, seja desenhando mais vagas, equiparando as vagas ou eliminando as cotas disponíveis para ambos os gêneros.

Ao serem questionados sobre o tratamento entre os cadetes em momentos de pressão, os cadetes pontuaram que em todos os cenários recebem tratamentos inferiores que as cadetes, enquanto as cadetes e os oficiais afirmaram tratar todos de forma semelhante. Neste item, os oficiais e as cadetes afirmaram que em relação a elas, os próprios tratam todos os alunos de forma semelhante, ao passo que os cadetes colocaram que as cadetes buscam se ajudar mais. Como foi observado nas outras Academias, as primeiras turmas femininas, por se encontrarem em um ambiente que prima por aspectos tradicionalmente entendidos como masculinos e que aplica ações pedagógicas de forma violenta para inculcar o *habitus* militar, buscam se aproximar para dividirem as dificuldades e as vivências, pois partilham do *habitus* primário feminino e, nesse sentido, compreendem melhor o que todas passam. Não é possível, no entanto, afirmar que esta união se verificou na primeira turma na AMAN, apesar de ser o esperado.

Seguindo o padrão das médias das notas do período na EsPCEEx, ao investigar o desempenho em algumas ações gerais observáveis, como estudos e avaliações, o cumprimento de missões diversas, o treinamento físico militar, entre outros, Júnior Santos (2018, p.67) encontrou que enquanto as mulheres seguem sendo as melhores em relação à estudos e avaliações, os homens são os melhores nos treinamentos físicos. Permanecendo este mesmo padrão, percebe-se que a inserção feminina é feita nos moldes do *habitus* feminino atual, como a mulher sendo o indivíduo mais dedicado e comprometido com atividades que exigem trabalho mental e o homem o mais indicado para trabalhos que exigem esforço físico.

ESTUDOS E AVALIAÇÕES	Instrutores		Masculino		Feminino	
Desempenho melhor do sexo feminino	13	87%	247	74%	18	67%
Desempenho melhor do sexo masculino	0	0%	29	9%	0	0%
Desempenho semelhante de ambos os sexos	1	7%	57	17%	9	33%
Não observado	1	7%	1	0%	0	0%
TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	Instrutores		Masculino		Feminino	
Desempenho melhor do sexo feminino	1	7%	5	1%	0	0%
Desempenho melhor do sexo masculino	13	87%	317	95%	17	63%
Desempenho semelhante de ambos os sexos	0	0%	10	3%	10	37%
Não observado	1	7%	2	1%	0	0%

Seguindo este padrão, as cadetes são ainda apontadas como as que possuem melhor desempenho no comportamento e na dedicação e no comprometimento por parte dos oficiais. Entre os próprios cadetes, a maioria acredita que há um desempenho semelhante entre homens e mulheres nestes pontos.

Ao investigar como os cadetes e as cadetes se sentem sobre os TAFs, os cadetes acreditam que são prejudicados desde a inserção feminina. Porém, a uma forte inclinação em todos os grupos a perceberem como justos os testes físicos como ocorrem no momento. 26% do grupo feminino acredita que o sexo feminino é prejudicado nos TAF atuais e, com base nos dados do tópico anterior, as notas das mulheres nas disciplinas de Treinamento Físico Militar foram inferiores às notas masculinas, o que pode ser entendido como uma justificativa para essa resposta (JÚNIOR SANTOS, 2018, p.68). Curiosamente, ao questionar sobre quais outras especialidades deveriam ser abertas às mulheres, a Artilharia foi consenso entre os oficiais, os cadetes e as cadetes. Esta é uma das armas de combate do Exército e seu traço principal é a *meticulosidade*, que deve transparecer em todos os aspectos da vida pessoal, além de calma e metodicidade. Segundo Celso Castro (1990, p.95), o *cuidado com detalhes*, inclusive com *limpeza*, os levam os cadetes da artilharia a uma *simbólica pureza*, invocada pelo próprio patrono da Arma. Isso faz com que os artilheiros sejam chamados de *frescos*, *babacas*, *certinhos*, *gravatas*, pois são os combatentes que se desgastam menos no campo de batalha (CASTRO, 1990). Os próprios cadetes se colocam como combatentes-técnico e o estudo é muito incentivado nesta especialidade. Percebe-se, novamente, que a imagem da mulher militar é de um indivíduo dedicado, limpo, metucioso, estudioso, que se comporta bem perante os outros e é racional, dentro dos padrões que a sociedade espera do comportamento feminino no espaço público, diferentemente dos militares homens das principais armas combatentes, que são os mais bem preparados *fisicamente*. O corpo feminino e sua biologia, assim, ainda são um forte empecilho, talvez o maior, para o acesso feminino a todas as especialidades militares na Força mais tradicional do Brasil.

Analizando também a opinião dos oficiais, dos cadetes e das cadetes, desempenho das funções combatentes pelas mulheres após a formação comparadas com o desempenho atual dos homens, percebeu-se que os cadetes ainda não veem as cadetes de forma igualitária. 37% dos cadetes acredita que elas não poderão desempenhar as funções combatentes nas mesmas condições que os eles e 36% acredita que elas talvez poderão trabalhar em igualdade. Os oficiais

instrutores e as cadetes, por sua vez, concordaram que elas poderão desempenhar as funções combatentes em igualdade com os homens.

Nesse sentido, além de ter sido a última das três Forças a permitir o acesso feminino à carreira de oficiais combatentes, percebe-se que a adaptação está sendo feita de forma lenta e gradual. O imaginário militar ainda é fortemente marcado pelo estereótipo da feminilidade, de um indivíduo *quieto, controlado, cuidadoso, maternal, habilidoso*, que ajuda a construir a identidade do próprio militar, na medida em que fornece a imagem do outro para poderem se afirmar e buscar suas características. Ao ter que conjugar o “outro” dentro do “nós”, o *habitus* militar encontra dificuldades em rapidamente se atualizar, afinal ele deve prezar pela tradição e pela honra de sua história, marcadamente masculina. As mulheres militares são um importante ponto de inflexão no *nomus* e no *habitus* militar, e um ator que carrega em seu corpo um grande potencial de mudança, por ser estar presente e ser biologicamente diferente. Apesar de serem inseridas nos limites da feminilidade tradicional, em todas as três Forças elas demonstraram indícios de querer a equidade entre os gêneros no campo, e, com o acesso ao generalato elas logo poderão ter maior capacidade de influenciar a estrutura legal do campo assim como o *ethos* e a *héxis* do mesmo para que consigam, quiçá, levar o Exército, e as FFAA Brasileira, para o status de Força Armadas modernas.

5. CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo central compreender em que medida a inserção feminina no alto oficialato das Forças Armadas brasileiras alterava, ou mesmo se alterava, elementos que compõem o *habitus* militar. No esforço introdutório, buscou-se perceber como o conceito de gênero, ainda relativamente novo no campo das Relações Internacionais, se desenvolveu e ganhou destaque através de movimentos feministas e demandas sociais em todo o mundo. Nota-se que, mais do que uma simples palavra, a ideia de gênero envolve uma miríade de elementos psicológicos e sociais, assim como gera consequências sociais, políticas, culturais e econômicas. O final do século XX foi um período de grandes ganhos para os movimentos feministas e a Resolução 1.325 de 2000 do CSNU fortaleceu estes ganhos, demonstrando como o campo dos estudos feministas é intrinsecamente ligado ao dos estudos de segurança e defesa.

Nesse caminho, observou-se que a identidade e as características que o gênero impõe aos indivíduos devem ser compreendidas como construções sociais que atravessaram a história e que, apesar das modificações sofridas, ainda possuem um padrão claro: o masculino é superior ao feminino. No entanto, estas duas esferas que parecem existir de forma independente, na verdade, existem de maneira conjunta; o masculino e o feminino são dois polos que se reforçam a todo tempo. Assim, a construção que se tem da identidade do masculino é sempre pautada na “outridade” da identidade feminina e essa dinâmica é ainda mais clara no ambiente militar, este que historicamente foi associado e construído como masculino e que, assim, enaltece as características compreendidas como tradicionalmente masculinas. O soldado é o oposto do que uma mulher *deve* ser.

Todavia, a literatura tradicional das Relações Internacionais e do campo de estudos de Segurança e Defesa não é suficiente para perceber todas as nuances que envolvem os indivíduos, seus gêneros e o meio militar. Por ser um aporte teórico, em grande parte das vezes, estado-centrado, o indivíduo e sua vivência se tornam irrelevantes para suas análises. Neste sentido, o primeiro capítulo se ocupou da literatura bourdieusiana, que busca demonstrar a relação entre *habitus*-campo-capital se mostrou mais adequada, por conseguir conjugar tanto as relações individuais quanto grupais de um indivíduo.

O segundo capítulo permitiu, a partir da lógica de Pierre Bourdieu, compreender como o campo militar brasileiro foi construído e caracterizado. Mais do que compreender os fatos que historicamente foram relevantes para a instituição, foi possível analisar como duas esferas importantes, a esfera burocrática e a esfera social, funcionam e moldam os indivíduos membros

desde campo. Através de ações pedagógicas, definidas e estruturadas de acordo com a hierarquia e elite desde campo, o *habitus* militar, *habitus* secundário, é inculcado aos seus corpos de forma a sobrepor, e no limite substituir, seu *habitus* primário.

A ideia, no entanto, de que este *habitus* militar é construído baseado em características tradicionalmente masculina combinada com a tradição e história, elementos de suma importância neste campo, faz com que ao analisar como a inserção feminina nas Academias Militares aconteceu, no terceiro capítulo, perceba-se que este movimento ainda permanece no limite do que é “de mulher”. É fato que a entrada de mulheres no alto oficialato das Forças Armadas brasileiras foi um grande avanço para o movimento feminista do país, bem como é uma oportunidade de criar um ambiente militar mais equitativo. Entretanto, conforme se demonstrou, o *habitus* militar pouco, ou quase não, perdeu sua primazia masculina, levando até algumas características tradicionalmente entendidas como femininas, como ser observadora, detalhista, cuidadosa, fossem absorvidas por arquétipos de determinados postos, como os aviadores na AFA e os artilheiros no EB. Dessa forma, as características antes tradicionalmente femininas se tornam características que um soldado homem deve objetivar e possuir, e caso consiga, é louvado.

Paralelamente, percebe-se que as mulheres passaram a encarnar as características tradicionalmente masculinas e se afastar, dessa forma, das características tradicionalmente femininas que pertencem ao seu *habitus* primário, em um processo de descrito como “embrutecimento”, para ganharem respeito dos seus pares. Isso, no limite, significa que uma oficial mulher ainda não consegue conquistar o respeito em seu meio sendo “mulher”, ela precisa demonstrar que sabe agir como um homem para se fazer valer como oficial. Somente depois deste processo elas podem voltar a apresentar características tradicionalmente femininas no seu modo de ser e se portar. Ironicamente, as características tradicionalmente femininas que foram incorporadas ao arquétipo ideal de soldado, representam para os homens sucesso, destaque e esforço e ganham uma conotação masculina, são diminuídas no processo de formação da oficial mulher e, para elas, são características que devem ser evitadas para se conquistar respeito. Em um espectro, podemos pensar que durante a formação de uma oficial ela sai de uma situação de “mais mulher” para “menos mulher”, em seus dois primeiros anos de Academia, para voltar ao status de “mais mulher” na graduação. Nos parece que o *habitus* militar secundário age nesse momento inicial de formação – momento de ações pedagógicas mais cruéis - e se sobrepõem ao primário, nas características possíveis, e parece ser mesclado ao primário após o 3º ano de academia. Nesse momento o *habitus* do indivíduo parece ter

compreendido e absorvido do campo, das vivências individuais, das vivências grupais, as características que melhor o servem, que mais lhe fazem sentido e então sua *héxis* e *ethos* são modificados e a estrutura interna do indivíduo se adapta para poder dar seguimento na carreira.

Não só o *habitus* militar pouco foi alterado com a presença feminina no campo, mas em toda a esfera simbólica pouco parece ter sido modificado. Mulheres ainda não estão presentes nos espaços das Academias ou seus feitos são louvados, não é claro ainda como lidar com o corpo feminino e suas funções biológicas nas atividades físicas, existem ainda postos que são vedados às mulheres, a maternidade, o casamento e a família, o corpo e a mente feminina ainda são justificativas para não aceitá-las no campo militar como também para diminuí-las, existe uma certa divisão entre os tipos de capitais que podem ser facilmente acessados pelas mulheres – cultural instituído e objetivado – e os que não podem – cultural interiorizado e capital econômico –, entre outras formas de discriminação que ainda se fazem presentes no campo.

Mas, é necessário ressaltar, por fim, que apesar de ainda existir muito a ser trilhado no campo dos estudos de segurança e de gênero no meio militar, as Forças Armadas brasileiras aparentam caminhar para se tornar um corpo mais racional e pós-moderno, deixando para trás suas características emocionais e vocacionais que a carreira militar evoca e permitindo que o militar possa ser um arquétipo livre de gênero. Nesse sentido, espera-se que o movimento da Marinha Brasileira de permitir acesso irrestrito ao alto oficialato alcance as duas outras Forças, forçando uma verdadeira transformação no *habitus* e espírito militar brasileiro e que este aconteça em paralelo com outros dos muitos ganhos almejados pelas mulheres do Brasil.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Políticas de Defesa e orçamentos militares no Cone Sul. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Samuel Alves; MATHIAS, Suzeley Kalil (org.). **Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas: I Encontro da ABED**. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2008. p. 101-121.

ALMEIDA, Vítor Hugo de Araújo. Mulheres nas forças armadas brasileiras: situação atual e perspectivas futuras. **Cadernos ASLEGIS**: Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Brasília, v. 51, n. 1, p. 91-134, abr. 2014. Quadrimestral. ISSN 1677-9010. Disponível em: https://www.aslegis.org.br/files/cadernos/2014/caderno-51/aslegis51_baixa.pdf. Acesso em: 23 ago. 2020.

ALMEIDA, Mariza Ribas D'Ávila de. Características do processo decisório sobre o ingresso da mulher militar na Marinha do Brasil. **Navigator**: Subsídios para a História Marítima do Brasil, [S.I.], v. 6, n. 12, p. 79-89, dez. 2010. Semestral. ISSN-0100-1248. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig12/art/N12_art1.html. Acesso em: 29 jun. 2020.

BASHAM, Victoria M. Gender and militaries: the importance of military masculinities for the conduct of state sanctioned violence. In: SHARONI, Simona; WELLAND, Julia; STEINER, Lisa; PEDERSEN, Jennifer (ed.). **Handbook on Gender and War**. Cheltenham: Edward Elgar, 2016. Cap. 1. p. 29-46. Disponível em: <http://orca.cf.ac.uk/95244/2/Basham%20Final%20May%202015.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BIASUS, Felipe; GRAEFF, Lucas; CARLOS, Paula Pinhal de. Mulheres Oficiais e Graduadas na Base Aérea de Canoas/RS: um estudo de memória social. **Gênero & Direito**, João Pessoa, v. 4, n. 3, p. 100-115, 22 dez. 2015. Revista Gênero & Direito. <http://dx.doi.org/10.18351/2179-7137/ged.2015n3p100-115>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/issue/view/1638>. Acesso em: 13 abr. 2020.

a. BRASIL. Marinha do Brasil. Ministério da Defesa. **Postos e Graduações**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/postos-e-graduacoes>. Acesso em: 10 set. 2020.

b. BRASIL. Força Aérea do Brasil. Ministério da Defesa. **Postos e Graduações**. Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/afa/index.php/postos-e-graduacoes>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL, Ministério da Defesa, **Projeto de Lei EM nº 99**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 28 fev. 2005. Assunto: reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e Praças da Aeronáutica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/EXPMOTIV/MD/2005/99.html. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Assembleia Legislativa. **Decreto nº 85.238, de 7 de outubro de 1980**. Brasília, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85238-7-outubro-1980-434657-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

BOBEA, Lilian. Gênero, Forças Armadas e Missões de Paz no Caribe. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (org.). **Sob o signo de Atenas: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. Gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 107-150.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades do campo. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 89-94.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In.: **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Trad.: Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 207 p. Tradução de Maria Helena Kühner.

CARREIRAS, Helena. O olhar dos homens: resistência e cumplicidade nas respostas masculinas à integração de mulheres nas Forças Armadas. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (org.). **Sob o signo de Atenas**: gênero na diplomacia e nas forças armadas. Gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 169-190.

CARREIRAS, Helena. Diversidade Social nas Forças Armadas: gênero e orientação sexual em perspectiva comparada. **Nação e Defesa**, Lisboa, v. 107, n. 2, p. 61-88, out. 2004.

CARREIRAS, Helena. Mulheres nas Forças Armadas: transformação institucional e recrutamento feminino. **Sociologia - Problemas e Prática**. nº. 18. 1995. p. 97-128.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARVALHO, Karine Fernandes de. OS CONCEITOS DE HABITUS E CAMPO NA TEORIA DE PIERRE BOURDIEU. **Cadernos de Campo**: Revista de Ciências Sociais, Araraquara, n. 9, p. 101-111, 2003.

CASTRO, Celso. **Primeira sessão: A transição do regime militar para a democracia**. In: D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. Democracia e Forças Armadas no Cone Sul. Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2000. 336p.

CASTRO, Celso. Diversity in the Brazilian armed forces. In: SOETERS, Joseph; MEULEN, Jan van Der (ed.). **Cultural Diversity in the Armed Forces**: an international comparison. Oxfordshire: Routledge (Cass Military Studies), 2007. p. 64-76.

CASTRO, Celso. **O espírito Militar**: um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. 247 p.

CHAMBOULEYRON, Ingrid Cyfer; RESENDE, Erica Simone Almeida. Duque de Caxias e Maria Quitéria na mesma trincheira: o questionamento das representações do masculino e feminino pela mulher combatente. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30, 2006, Caxambu. **Paper eletrônico**. [S.I.], 2006. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt09-16/3283-chambouleyron-resende-duque/file>. Acesso em: 26 ago. 2020.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O FEMINISMO BRASILEIRO EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 174-190.

- DANTAS, Stela da Rocha de Medeiros. **MULHERES E FORÇAS ARMADAS**: uma análise da participação feminina nas forças armadas brasileiras. 2018. 100 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cmdn/2019/7_mulheres_e_forcas_armadas_uma_analise_da_participacao_feminina_nas_forcas_armadas_brasileiras.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.
- DIAS, Tânia; FONSECA, Fernanda; MARROQUIM, Lucas Pereira. O LUGAR DA MULHER NA MARINHA DO BRASIL: desigualdades na vila naval do Recife. In: CONGRESSO ALAS, 31., 2012, Montevideu. **Paper eletrônico**. [S.I.], 2017.
- a. DONADÍO, Marcela; MAZZOTTA, Cecilia. Women in the regional scenario. In: DONADÍO, Marcela; MAZZOTTA, Cecilia (ed.). **WOMEN IN THE ARMED AND POLICE FORCES**: Resolution 1325 and Peace Operations in Latin America. Buenos Aires: RESDAL, 2010. p. 32-37. Disponível em: <https://issat.dcaf.ch/Learn/Resource-Library2/Policy-and-Research-Papers/Women-in-the-armed-and-police-forces-Resolution-1325-and-peace-operations-in-Latin-America>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- b. DONADÍO, Marcela; MAZZOTTA, Cecilia. Women in the Armed Forces. In: DONADÍO, Marcela; MAZZOTTA, Cecilia (ed.). **WOMEN IN THE ARMED AND POLICE FORCES**: Resolution 1325 and Peace Operations in Latin America. Buenos Aires: RESDAL, 2010. p. 50-81. Disponível em: <https://issat.dcaf.ch/Learn/Resource-Library2/Policy-and-Research-Papers/Women-in-the-armed-and-police-forces-Resolution-1325-and-peace-operations-in-Latin-America>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. Cap. 1. p. 25-48.
- ENLOE, Cynthia. **BANANAS, BEACHES AND BASES**: Making feminist sense of International Politics. 2. Ed. Los Angeles: University Of California Press, 2014. 461 p.
- Exército Brasileiro. **A trajetória da mulher no Exército Brasileiro**. Verde Oliva, Brasília, v. 237, n. XLIV, p. 6-11, jul. 2017. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/VO/article/view/752/801>. Acesso em: 08 abr. 2020.
- FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007. 295 p.
- FRANÇA, Karoline Veiga; BRAUNER, Maria Claudia Crespo. O CORPO FEMININO SOB UMA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA: rumo à construção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 7, 2018, Rio Grande. **Anais [...]**. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2018.
- GENTRY, Caron E.; SJOBERG, Laura. **MOTHER, MONSTERS, WHORES**: women's violence in global politics. Londres e Nova Iorque: Zed Books, 2007. 276 p.
- GIANNINI, Renata Avelar; FOLLY, Maiara; LIMA, Mariana Fonseca. **Situações extraordinárias**: a entrada de mulheres na linha de frente das forças armadas brasileiras. a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras. 2016. Elaborada pelo

Instituto Igarapé. Disponível em: <https://igarape.org.br/mulheres-forcas-armadas/pt/>. Acesso em: 20 set. 2020.

GUZZINI, Stefano. Applying Bourdieu's framework of power analysis to IR: opportunities and limits. In: INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION, 47, 2006, Chicago. **Paper**. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.531.2260&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

HONORATO, Hercules Guimarães; RABELLO, Débora De Araújo. AS PRIMEIRAS ASPIRANTES NA ESCOLA NAVAL. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 135, n. 04/06, p. 161-174, jun. 2015.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. 124p.

LIMA, Raphael Camargo. **A ARTICULAÇÃO ENTRE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA DE DEFESA NO BRASIL: UMA GRANDE ESTRATÉGIA INCONCLUSA**. 2015. 259 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação San Tiago Dantas (unesp, Unicamp, Puc-sp), São Paulo, 2015.

LOMBARDI, Maria Rosa; BRUSCHINI, Cristina; MERCADO, Cristiano M.. **As Mulheres na Forças Armadas brasileira: a Marinha do Brasil** /. São Paulo: FCC/DPE, 2009. 105 p. (Coleção Textos FCC, v. 30). Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/textosfcc/article/viewFile/2448/2403>. Acesso em: 14 abr. 2020.

MARIUZZO, Patrícia. Mulheres nas forças armadas desafiam conceito de soldado. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 60, n. 4, p. 10-11, out. 2008. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 abr. 2020

MCCAN, Frank. **Soldados da Pátria - História do Exército Brasileiro 1889-1937**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.

MATHIAS, Suzeley Kalil. Gênero, Defesa e Paz no Cone Sul. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (org.). **Sob o signo de Atenas**: gênero na diplomacia e nas forças armadas. Gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 17-50.

MATHIAS, Suzeley Kalil; ADÃO, Maria Cecília. Ser soldado, ser mulher. **Tend. Mund.**, Fortaleza, v. 4, n. 7, p. 273-310, 31 dez. 2008.

MATHIAS, Suzeley Kalil; GIANNINI, Renata Avelar. Gênero nas Forças Armadas. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (org.). **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 479-491. Disponível em: https://www.academia.edu/37855341/Dicionario_de_Seguranca_e_Defesa.epub. Acesso em: 22 mar. 2020.

MATON, Karl. Habitus. In: GRENFELL, Michael (ed.). **Pierre Bourdieu: Key Concepts**. 2. ed. Oxfordshire: Routledge, 2012. cap. 3, p. 48-64. ISBN 978-1-84465-529-8.

MELO, Thaís Barrozo. **PROBLEMAS DE MULHER**: um estudo etnográfico sobre a inserção feminina na escola naval brasileira. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.

MENEZES, Delano Teixeira. Uma visão sobre as relações civis-militares na sociedade brasileira de hoje. In: ENABED - FORÇAS ARMADAS E SOCIEDADE CIVIL: ATORES E AGENDAS DA DEFESA NACIONAL NO SÉCULO XXI, 9, 2016, Florianópolis. **Anais**. São Cristóvão: Editora UFS, 2018. p. 89-106.

a. MINISTÉRIO DA DEFESA. Marinha do Brasil. Mulher na Marinha. In: MINISTÉRIO DA DEFESA. Marinha do Brasil. **Mulher na Marinha**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/mulher-na-marinha>. Acesso em: 15 jun. 2020.

b. MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. A História da Mulher no Exército. In: MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. **Mulheres no Exército**. [S. l.], 2020. Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/ingresso/mulheres-no-exercito/-/asset_publisher/6ssPDvxqEURI/content/a-historia-da-mulher-no-exercito?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fweb%2Fingresso%2Fmulheres-no-exercito%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_6ssPDvxqEURI%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1. Acesso em: 15 jun. 2020.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Forças armadas, defesa e segurança. **Strategic Evaluation**: International Journal of Defence & Conflict Analysis, Galiza, v. 1, p. 71-96, abr. 2007.

MORAIS, João Rafael Gualberto de Souza. As relações civis-militares no governo Lula. In: ENABED - FORÇAS ARMADAS E SOCIEDADE CIVIL: ATORES E AGENDAS DA DEFESA NACIONAL NO SÉCULO XXI, 11, 2016, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. 2016.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de; SOARES, Samuel Alves. **Brasil: Forças Armadas, direção política e formato institucional**. In: D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. Democracia e Forças Armadas no Cone Sul. Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000. 336p.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. O aparelho militar: papel tutelar na nova república. In: MORAES, João Quartim de; COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **A tutela militar**. São Paulo: Vértice, Editora dos Revista dos Tribunais, 1987. Cap. 2. p. 54-81.

POULIOT, Vincent; MÉRAND, Frédéric. Bourdieu's concepts - Political Sociology in International Relations. In: ADLER-NISSEN, Rebecca (ed.). **Bourdieu in International Relations**: Rethinking key concepts in IR. Oxfordshire: Routledge, 2013. p. 24-40. (The New International Relations).

RESENDE, Stella Maria Vargas. UMA QUESTÃO DE GÊNERO: mulheres, forças armadas e operações de paz. **Cadernos de Relações Internacionais**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. 76-95, 6 dez. 2017. Faculdades Católicas. <http://dx.doi.org/10.17771/pucrio.cadri.32188>.

ROCHA, Márcio. A relação civil-militar no Brasil: uma análise do período de 1985 a 2006. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 15., 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: Isbn, 2012. p. 1-15.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. A MULHER MILITAR E SUA INTEGRAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS. **Revista CEJ**, Brasília, v. 72, p. 24-22, ago. 2017.

ROSA, Alexandre Reis. **(O) Braço Forte, (A) Mão Amiga**: um estudo sobre dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar. 2007. 355 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.

ROUQUIÉ, Alain. **El Estado militar en América Latina**. Buenos Aires: Emecé, 1984.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **La Defensa en la Política Exterior del Brasil: el Consejo Suramericano y la Estrategia Nacional de Defensa**. 2009. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_es/contenido?WCM_GLOBAL_CO NTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/dt50-2009>. Acesso em: 20 out. 2019.

SANTOS, Gabriela Freitas dos. **A INSERÇÃO DAS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS DO CONE SUL**. 2017. 62 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SANTOS, Marina Miranda Lery; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Mulheres na Força Aérea Brasileira: um estudo sobre as primeiras oficiais aviadoras. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 15, n. 3, p. 259-267, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2010000300005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 03 Jun 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000300005>.

SANTOS JÚNIOR, Geraldo Luciano dos. **AS MULHERES COMBATENTES NO EXÉRCITO BRASILEIRO**: adaptação inicial e novas possibilidades para o sexo feminino na linha militar bélica. 2018. 111 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Militares, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2018.

SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 21., 1998, Chicago. **Trabalho**. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>. Acesso em: 31 maio 2020.

SCHWETHER, Natália Diniz. Incorporação feminina nas Forças Armadas: as trajetórias de brasil e argentina. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 9, 2016, Florianópolis. **Anais**. São Cristóvão: UFS, 2018. p. 327-362.

SCHWETHER, Natalia Diniz; PAGLIARI, Graciela de Conti. As novas tendências militares: uma oportunidade para as mulheres? **ESTUDOS INTERNACIONAIS: REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA PUC MINAS**, Belo Horizonte, v. 4, n. 3, p. 45-58, 23 abr. 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/issue/view/864>. Acesso em: 05 abr. 2020.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. O Comitê CEDAW: Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. *In: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*. [S. l.], [2020]. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/instancias-regionais/o-comite-cedaw-2013-comite-para-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contr-a-mulher>. Acesso em: 6 jul. 2020.

SOARES, Samuel Alves. **Controles e autonomia**: As Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999). São Paulo: Unesp, 2006.

SOUZA, Rafael Benedito de. FORMAS DE PENSAR A SOCIEDADE: O CONCEITO DE HABITUS, CAMPOS E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM BOURDIEU. *Ars Historica*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 139-151, fev. 2014.

TAKAHASHI, Emília Emi. **Homens e Mulheres em Campo**: um estudo sobre a formação da identidade militar. 2002. 278 p. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

TICKNER, J Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists, *International Studies Quarterly*, v. 41, n. 4, 1997, p. 611-632.

THOMSON, Patricia. Field. *In: GRENFELL, Michael (ed.). Pierre Bourdieu: Key Concepts*. 2. ed. Oxfordshire: Routledge, 2012. cap. 4, p. 65-82. ISBN 978-1-84465-529-8.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Resolution 1325 (2000)**. Nova Iorque, 2000. Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325%282000%29. Acesso em: 06 de jul. de 2020.

WACQUANT, Loic. Esclarecer o Habitus. **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, v. 10, n. 16, p. 63-71, set. 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/126>. Acesso em: 02 jun. 2020.

WINAND, Érica, SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A fragilidade da condução política da defesa no Brasil. **História (São Paulo)**, vol.29, n.2, pp. 3-29, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221019007002>. Acesso em: 20 maio 2019. ISSN: 0101-9074.

Anexo I

Quadro hierárquico Marinha do Brasil

OFICIAIS

<u>GENERAIS</u>	<u>SUPERIORES</u>	<u>INTERMEDIÁRIOS</u>	<u>SUBALTERNOS</u>
 ALMIRANTE	 CAPITÃO DE MAR E GUERRA	 CAPITÃO TENENTE	 PRIMEIRO- TENENTE
 ALMIRANTE DE ESQUADRA	 CAPITÃO DE FRAGATA		 SEGUNDO- TENENTE
 VICE-ALMIRANTE	 CAPITÃO DE CORVETA		 GUARDA-MARINHA (PRAÇA ESPECIAL)
 CONTRA- ALMIRANTE			

PRAÇAS OU GRADUAÇÕES

 SUBOFICIAL	 TERCEIRO- SARGENTO
 PRIMEIRO- SARGENTO	 CABO
 SEGUNDO- SARGENTO	 MARINHEIRO

Quadro hierárquico Exército Brasileiro

OFICIAIS

<u>GENERAIS</u>	<u>SUPERIORES</u>	<u>INTERMEDIÁRIOS</u>	<u>SUBALTERNOS</u>
 MARECHAL	 CORONEL	 CAPITÃO	 PRIMEIRO-TENENTE
 GENERAL DE EXÉRCITO	 TENENTE-CORONEL		 SEGUNDO-TENENTE
 GENERAL DE DIVISÃO	 MAJOR		 ASPIRANTE A OFICIAL
 GENERAL DE BRIGADA			

PRAÇAS OU GRADUAÇÕES

 SUBOFICIAL	 TERCEIRO-SARGENTO	 TAIFEIRO DE 1ª CLASSE
 PRIMEIRO-SARGENTO	 TAIFEIRO-MOR	 TAIFEIRO DE 2ª CLASSE
 SEGUNDO-SARGENTO	 CABO	 SOLDADO

Quadro hierárquico Força Aérea Brasileira

OFICIAIS

<u>GENERAIS</u>	<u>SUPERIORES</u>	<u>INTERMEDIÁRIOS</u>	<u>SUBALTERNOS</u>
 MARECHAL DO AR	 CORONEL	 CAPITÃO	 PRIMEIRO- TENENTE
 MAJOR- BRIGADEIRO DO AR	 TENENTE- CORONEL		 SEGUNDO- TENENTE
 TENENTE- BRIGADEIRO DO AR	 MAJOR		 ASPIRANTE
 BRIGADEIRO			

PRAÇAS OU GRADUAÇÕES

 SUBOFICIAL	 TERCEIRO- SARGENTO	 SOLDADO DE 1ª CLASSE	 SOLDADO DE 2ª CLASSE
 PRIMEIRO- SARGENTO	 CABO	 TAIFEIRO DE 1ª CLASSE	 TAIFEIRO DE 2ª CLASSE
 SEGUNDO- SARGENTO	 TAIFEIRO-MOR		